BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 30 de Junho de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) relativas ao período findo em 30 de junho de 2019 serão divulgadas, simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1) Conjuntura Econômica

No segundo trimestre, apesar de terem seguido uma trajetória relativamente volátil, os preços dos ativos financeiros brasileiros encerraram o período com cotações mais favoráveis que as observadas ao final do primeiro trimestre do ano. O Santander avalia que tantos fatores domésticos quanto internacionais foram responsáveis por este comportamento volátil com bom desempenho ao final do período. A taxa de câmbio reverteu a desvalorização observada no primeiro trimestre ao ter recuado de R$3,92/US$ ao final de março de 2019 para R$3,84/US$ no final de junho de 2019 - patamar também inferior ao de R$3,88/US$ registrado no final do ano passado. Para o final de 2019, atualmente projetamos que a taxa de câmbio volte para o patamar de R$3,90/US$. Este movimento foi seguido pelo indicador de risco soberano, já que o CDS brasileiro para o prazo de 5 anos recuou de 180bps para 150bps entre março de 2019 e junho de 2019, sinalizando maior apetite por parte dos investidores estrangeiros com ativos do país. Já o índice Bovespa subiu do nível aproximado de 95.400 pontos em Mar/19 para patamar superior aos 100.000 pontos, rompendo uma barreira simbólica bastante importante para o mercado brasileiro de ações. Por fim, mas não menos importante, os preços dos instrumentos de renda fixa também registraram alta no período, o que se traduziu em queda da taxa de juros implícita ao longo de todos os prazos da estrutura a termo da taxa de juros - por exemplo, a taxa de juros futura com vencimento em 01 de janeiro de 2020 recuou de aproximadamente 6,5% a.a. em março de 2019 para 6,0% a.a. em junho de 2019. Como dito anteriormente, apesar de todos os ativos financeiros terem registrado melhora de cotações ao final do segundo trimestre do ano, o Banco ressalta que tal desempenho não seguiu uma trajetória sem sobressaltos em alguns momentos, tanto por fatores domésticos, quanto externos.

Do ponto de vista internacional, o Santander entende que houve aumento das tensões derivadas da chamada "Guerra Comercial" entre China e Estados Unidos, que continuaram a pesar sobre a percepção dos agentes econômicos ao redor do globo quanto à magnitude do impacto negativo que tal situação poderá ter sobre o desempenho econômico mundial. Aliás, o surgimento de sinais mais concretos de desaceleração no ritmo de crescimento econômico das economias americana e chinesa suscitou ainda mais cautela, tendo inclusive levado a autoridade monetária americana a alterar substancialmente a sinalização quanto às próximas ações a serem implementadas na condução da política monetária nos EUA. Ao mesmo tempo, houve comentários por parte de autoridades chinesas de que novas medidas de estímulo possam ser adotadas ainda neste ano para sustentar a expansão da economia. Se, no início do ano, havia ainda quem imaginasse que o FOMC (Federal Open Market Committee - órgão pertencente ao Federal Reserve) pudesse elevar a taxa básica de juros nos EUA neste ano, atualmente parece existir convicção de que será necessário reduzi-la em algum momento dentro dos próximos seis meses - visão compartilhada, inclusive, por membros do FOMC. Isto equivale a dizer que, ao invés de antecipar a continuidade de uma taxa de crescimento robusta nos EUA, a autoridade monetária americana passou a temer que haja perda substancial no ritmo de expansão econômica do país. A despeito da ansiedade gerada pela incerteza quanto à robustez da expansão econômica mundial, o fato das outras principais economias globais terem sinalizado postura semelhante ao FOMC, elevou a atratividade de ativos de outros países considerados de maior risco, o que beneficiou os ativos financeiros brasileiros entre março de 2019 e junho de 2019.

Já no ambiente doméstico, o segundo trimestre de 2019 foi marcado pelo progresso no trâmite da agenda de reformas estruturais, especialmente o avanço na análise da emenda constitucional referente à reformulação do sistema previdenciário brasileiro, que contou com aprovação da matéria em 1º turno na Câmara dos Deputados em meados de julho de 2019. O fato é importante, pois que sinalizou a possibilidade de contenção do processo de piora das contas públicas. Isto é, a percepção de que as transformações necessárias para o equilíbrio fiscal estão a caminho de serem implementadas acabou por melhorar os ânimos para aumento de exposição a ativos financeiros brasileiros. Entretanto, o processo também não foi algo linear, com idas e vindas, encontros e desencontros entre congressistas alinhados com o governo e integrantes da administração federal trazendo volatilidade aos preços dos ativos - principalmente para o mercado acionário, para a taxa de câmbio e para o risco soberano.

Para além do ambiente político observado, o Banco constatou uma nova rodada de frustração com o desempenho dos indicadores da atividade econômica, a qual gerou uma onda de revisões e reduções nas projeções de crescimento do PIB para 2019. O Santander revisitou sua projeção para o desempenho da economia brasileira neste ano e, ao invés de trabalhar com uma expectativa de expansão de 2,3% para o PIB de 2019, agora considera ser provável que a economia do país avance 0,8% neste ano. A manutenção de um ritmo mais gradual de crescimento acabou por reforçar a dinâmica favorável dos índices de preços, com as medidas subjacentes de inflação sinalizando amplo conforto para cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional para os próximos anos. Diante deste quadro, o Banco entende que tenha acontecido ampliação do espaço para que o Banco Central do Brasil possa reduzir a taxa básica de juros do atual patamar de 6,50% a.a. para um nível de 5,50% a.a. ainda em 2019, sem prejuízo à sua missão de manter a dinâmica inflacionária compatível com a convergência da inflação corrente para as metas. Desta maneira, o Santander passou a considerar que, após atingir 5,50% a.a. em 2019, a meta da taxa Selic deverá permanecer inalterada até o final de 2020 - anteriormente, a indicação era de que manteria estável em 6,50% a.a. tanto neste ano quanto no próximo.

Estas baixas projeções para as taxas de crescimento, inflação e de juros efetuadas pelo Banco Santander têm como premissa a continuidade da agenda de reformas na economia brasileira, sobretudo no campo fiscal. O Santander reitera a avaliação de que a disposição e o comprometimento do atual governo em buscar a estabilização da dívida pública, bem como de manter uma política econômica sustentável, serão fundamentais para que o país atinja um desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

2) Desempenho

2.1) Resultado Societário

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA (R$ Milhões)	1S19	1S18	variação anual %	2T19	1T19	variação trimestral %
Receitas da Intermediação Financeira	38.580,6	39.604,9	-2,6	18.030,0	20.550,5	-12,3
Despesas da Intermediação Financeira	(21.530,2)	(30.239,9)	-28,8	(8.973,5)	(12.556,6)	-28,5
Resultado Bruto da Intermediação Financeira (a)	**17.050,4**	**9.365,0**	**82,1**	**9.056,5**	**7.993,9**	**13,3**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (b)	(5.671,0)	(4.462,9)	27,1	(3.028,6)	(2.642,4)	14,6
Resultado Operacional	**11.379,4**	**4.902,1**	**132,1**	**6.027,9**	**5.351,5**	**12,6**
Resultado não Operacional	(111,4)	27,3	-508,4	(111,9)	0,5	-23.356,3
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**11.268,0**	**4.929,4**	**128,6**	**5.916,0**	**5.352,0**	**10,5**
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	(3.336,4)	1.936,1	-272,3	(1.960,3)	(1.376,1)	42,5
Participações no Lucro	(925,3)	(900,1)	2,8	(456,8)	(468,4)	-2,5
Participações dos Acionistas Minoritários	(181,2)	(173,4)	4,5	(89,1)	(92,0)	-3,2
Lucro Líquido Societário	**6.825,2**	**5.791,9**	**17,8**	**3.409,8**	**3.415,4**	**-0,2**

Para melhor compreensão dos resultados em BRGAAP, abaixo estão apresentados o Resultado Bruto da Intermediação Financeira e Imposto de Renda e Contribuição Social, desconsiderando o efeito do *hedge* (vide item 1):

RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA AJUSTADO (R$ Milhões)	1S19	1S18	variação anual %	2T19	1T19	variação trimestral %
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	17.050,4	9.365,0	82,1	9.056,5	7.993,9	13,3
IR/CSLL *(hedge)*	(367,7)	5.420,4	-106,8	(520,5)	152,8	-440,6
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Ajustado	**16.682,7**	**14.785,4**	**12,8**	**8.536,0**	**8.146,7**	**4,8**

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (R$ Milhões)	1S19	1S18	variação anual %	2T19	1T19	variação trimestral %
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.336,4)	1.936,1	-272,3	(1.960,3)	(1.376,1)	42,5
IR/CSLL *(hedge)*	367,7	(5.420,4)	-106,8	520,5	(152,8)	-440,6
Imposto de Renda e Contribuição Social Ajustado [1]	**(2.968,7)**	**(3.484,3)**	**(14,8)**	**(1.439,8)**	**(1.528,9)**	**(5,8)**

[1] A variação, após os efeitos do *hedge*, refere-se, principalmente, ao maior volume de Juros sobre o Capital Próprio deliberado e pela mudança na alíquota da CSLL de 20% para 15%.

a) *Hedge* Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além da subsidiária Santander Brasil EFC, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL), considerando a variação cambial negativa de 1% e 1,8% para Dólar e Euro, respectivamente (2018 – 17% e 15%), conforme demonstrado abaixo:

HEDGE CAMBIAL DAS AGÊNCIAS GRAND CAYMAN E LUXEMBURGO E DA SUBSIDIÁRIA SANTANDER BRASIL EFC (R$ Milhões)	1S19	1S18	variação anual %	2T19	1T19	variação trimestral %
Variação Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	(554,5)	6.566,1	-108,4	(780,0)	225,5	-445,9
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	967,1	(12.462,9)	-107,8	1.363,9	(396,8)	-443,7
IR/CSLL	(367,7)	5.420,4	-106,8	(520,5)	152,8	-440,6
PIS/Cofins - Despesas tributárias	(45,0)	476,4	-109,4	(63,4)	18,4	-444,6

b) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias - Destaque para: (a) comissão de cartão de crédito/débito e Serviços Adquirentes, com crescimento de 13,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente, ao aumento do faturamento de cartões; (b) Serviços de Conta Corrente, com aumento de 16,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciada pelo crescimento contínuo da base de clientes, que crescem há 49 meses consecutivos; (c) Comissões com Seguros, com aumento de 13,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, acompanhando a dinâmica de crescimento da carteira de crédito; e (d) Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem, com crescimento de 35,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente, ao aumento das atividades com o mercado de capitais.

As receitas com comissões sobre operações de crédito e garantias prestadas apresentaram queda na comparação com o mesmo período do ano anterior, principalmente, em função da revisão de tarifas, em linha com as diretrizes de mercado.

Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias (R$ Milhões)	1S19	1S18	variação anual %	2T19	1T19	variação trimestral %
Administração de Recursos	516,4	509,8	1,3	265,6	250,8	5,9
Serviços de Conta Corrente	1.892,8	1.624,0	16,5	983,3	909,5	8,1
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	665,6	784,5	-15,2	341,3	324,3	5,2
Operações de Crédito	390,9	465,3	-16,0	201,3	189,6	6,2
Rendas de Garantias Prestadas	274,7	319,2	-13,9	140,0	134,7	3,9
Comissões de Seguros	1.514,2	1.337,8	13,2	775,0	739,2	4,8
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	3.086,4	2.722,6	13,4	1.477,5	1.608,9	-8,2
Cobrança e Arrecadações	752,6	752,5	0,0	377,2	375,4	0,5
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	477,4	353,1	35,2	285,6	191,8	48,9
Outras	278,4	324,4	-14,2	149,4	129,0	15,8
Total	**9.183,8**	**8.408,8**	**9,2**	**4.654,9**	**4.528,9**	**2,8**

Despesas Gerais - O total de despesas gerais, que inclui despesas com pessoal e participações nos lucros, outras despesas administrativas, excluindo os efeitos da amortização do ágio, apresentou aumento de 6,7%, sendo que as despesas de pessoal e participações no lucro, aumentaram 0,8% e as outras despesas administrativas, aumentaram 12,0%. As variações em despesas administrativas decorrem, principalmente, pelo aumento das despesas com processamento de dados, associadas a maior transacionalidade e ao crescimento da base de clientes e despesas com serviços técnicos especializados e de terceiros, principalmente pela contratação de serviços de tecnologia.

Despesas Gerais (R$ Milhões)	1S19	1S18	variação anual %	2T19	1T19	variação trimestral %
Despesas de Pessoal e Participações no Lucro	(4.631,1)	(4.594,9)	0,8	(2.312,1)	(2.319,0)	-0,3
Outras Despesas Administrativas, excluindo os efeitos da amortização do ágio	(5.685,1)	(5.077,2)	12,0	(2.901,6)	(2.783,5)	4,2
Total de Despesas Gerais, excluindo os efeitos da amortização do ágio	**(10.316,2)**	**(9.672,1)**	**6,7**	**(5.213,7)**	**(5.102,5)**	**2,2**

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (R$ Milhões)	jun-19	jun-18	variação jun/19 vs. jun/18 %
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	823.718,0	728.300,3	13,1
Permanente	12.539,6	10.770,8	16,4
TOTAL DO ATIVO	**836.257,6**	**739.071,1**	**13,1**
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	763.715,9	673.247,6	13,4
Resultados de Exercícios Futuros	279,8	423,0	-33,9
Participação dos Acionistas Minoritários	1.760,1	2.075,8	-15,2
Patrimônio Líquido	70.501,8	63.324,8	11,3
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**836.257,6**	**739.071,1**	**13,1**

Os ativos totais estão, principalmente, representados:

(R$ Milhões)	jun-19	jun-18	variação jun/19 vs. jun/18 %
Carteira de Crédito	317.624,8	290.478,6	9,3
Títulos e Val. Mob. e Inst. Financeiros Derivativos [1]	202.990,9	187.416,6	8,3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	38.898,7	53.294,6	-27,0
Relações Interfinanceiras	94.849,5	90.695,2	4,6

[1] Atendendo a Circular do Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, no montante de R$10.721,1 milhões em 30 de junho de 2019 (30/06/2018 - R$11.226,7 milhões).

2.3) Carteira de Crédito

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R$ Milhões)	jun-19	jun-18	variação jun/19 vs. jun/18 %
Pessoa Física [1]	141.431,5	119.836,7	18,0
Financiamento ao Consumo	53.156,2	45.368,6	17,2
Pessoa Física [1]	46.512,2	40.338,8	15,3
Pessoa Jurídica	6.644,0	5.029,8	32,1
Pequenas e Médias Empresas (PMEs)	37.131,3	33.757,4	10,0
Grandes Empresas	85.905,8	91.515,9	-6,1
Total Carteira de Crédito	**317.624,8**	**290.478,6**	**9,3**
Outras Operações com Riscos de Crédito	76.507,1	77.766,1	-1,6
Total Carteira ampliada (bruta)	**394.131,9**	**368.244,7**	**6,9**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa [2]	(18.491,1)	(18.096,1)	2,2
Total Carteira de Crédito (líquida)	**375.640,8**	**350.148,6**	**7,3**

[1] Incluindo Financiamento ao consumo, a carteira de pessoa física atinge R$187.943,7 em 30 de junho de 2019 (30/06/2018 - R$160.175,5).

[2] Inclui debêntures, FIDC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados às atividades de adquirência e avais e fianças.

Em 30 de junho de 2019, os principais destaques foram os segmentos: (a) "Pessoa Física", que apresentou crescimento de 18,0% em comparação a 30 de junho de 2018, influenciado, principalmente, pelo crescimento do consignado, cartão de crédito e imobiliário, devido à boa aderência dos canais digitais pelos clientes e forte dinâmica comercial da rede; (b) "Financiamento ao Consumo", também com crescimento de 17,2% em comparação a 30 de junho de 2018. O desempenho dessa carteira pode ser atribuído em parte pela performance da plataforma "+Negócios", focada no segmento de veículos; (c) "Pequenas e Médias Empresas (PMEs)", com crescimento de 10,0% em comparação a 30 de junho de 2018.

Inadimplência

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 3,0% do total da carteira de crédito em 30 de junho de 2019, 0,2% acima quando comparado a 30 de junho de 2018 (2,8%). O índice se mantém em patamar controlado, resultado da gestão preventiva de riscos e modelos assertivos do Banco Santander.

O saldo das provisões para créditos de liquidação duvidosa representa 5,8% da carteira de crédito em 30 de junho de 2019, 6,4% em 30 de junho de 2018.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos nos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, foi de R$5.313,3 milhões e R$5.361,3 milhões, respectivamente, apresentando redução de 0,9%.

2.4) Captações com Clientes

CAPTAÇÕES COM CLIENTES (R$ Milhões)	jun-19	jun-18	variação jun/19 vs. jun/18 %
Depósitos à vista	20.521,5	17.369,3	18,1
Depósitos de poupança	46.574,5	42.571,0	9,4
Depósitos à prazo	197.300,8	177.610,7	11,1
Debêntures/LCI/LCA/LIG [1]	50.477,2	53.979,6	-6,5
Letras Financeiras/COE	36.635,7	33.348,3	9,9
Total das Captações	**351.509,7**	**324.878,9**	**8,2**

[1] Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito do Agronegócio e Letras Imobiliárias Garantidas.

2.5) Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o resgate dos Notes que compunham o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de U$2.5 bilhões. A recompra foi aprovada pelo Bacen em 18 de dezembro de 2018.

Em conjunto com a aprovação do resgate dos notes anteriores, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor de US$2.5 bilhões, para integralização no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para non-US Persons, com base no Regulation S no âmbito do Securities Act, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data. Esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas.

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Características Específicas	Nível I [1]	Jun-19 Nível II [1]	Nível I [1]	jun-18 Nível II [1]
Emissão	nov/18	nov/18	jan/14	jan/14
Principal	US$1.250	US$1.250	R$3.000	R$3.000
Taxa de Juros [2]	7,250%	6,125%	7,375%	6,000%
Vencimento	Sem Prazo (Perpétuo)	nov/28	Sem Prazo (Perpétuo)	jan/24
Periodicidade de Pagamento	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014	semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014

[1] Notes recompradas em 2019; conforme autorização do Bacen em 17 de dezembro de 2018, a partir da data da autorização os mesmos deverão ser excluídos do Nível I e Nível II do PR.

[2] As emissões de janeiro de 2014 foram efetuadas pelo Banco Santander no Brasil, incidindo assim Imposto de Renda na Fonte assumido pelo emissor, dessa forma a taxa efetiva de juros dessas emissões, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente. As emissões efetuadas de novembro de 2018, foram efetuadas através da Agência de Cayman e consequentemente não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

As Notes emitidas em 2018, possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US$150 mil e em múltiplos integrais de US$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5° (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

2.6) Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2019, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou aumento de 11,3% em comparação a 30 de junho de 2018.

A variação do Patrimônio Líquido entre 30 de junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, foi decorrente, principalmente, do ajuste de avaliação patrimonial positivo (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R$1.424,5 milhões e pelo lucro líquido do período no montante de R$6.825,2 milhões e reduzido pelo destaque de Juros sobre Capital Próprio no montante de R$2 bilhões.

Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 01 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 1 de novembro de 2017, programa de recompra de *Units* e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 37.753.760 *Units*, representativas de 37.753.760 ações ordinárias e 37.753.760 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2018, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2018, o Banco Santander possuía 362.227.661 ações ordinárias e 390.032.076 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 12 meses contados a partir de 6 de novembro de 2018, encerrando-se em 5 de novembro de 2019.

Abaixo, a movimentação das Ações em Tesouraria:

	jun-19 Quantidade *Units*	jun-18 Quantidade *Units*
Ações em Tesouraria no Início do Exercício	**13.316**	**1.773**
Aquisições de Ações	4.975	13.478
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(3.065)	(4.336)
Ações em Tesouraria no Final do Exercício	**15.226**	**10.915**
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R$ 612.398	R$ 356.672
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R$ 2.410	R$ 219
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	**R$ 614.808**	**R$ 356.891**
Custo/Cotação da Ação	**Units**	**Units**
Custo mínimo	R$7,55	R$7,55
Custo Médio Ponderado	R$31,51	R$27,51
Custo Máximo	R$49,55	R$36,98
Cotação da Ação	R$45,46	R$27,64

No período findo em 30 de junho de 2019 e de 2018 houve destaque de Juros sobre Capital Próprio, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R$ Milhões)	jun-19	jun-18
Juros sobre o Capital Próprio	2.000,0	600,0
Dividendos Intercalares	0,0	600,0
Total	**2.000,0**	**1.200,0**

2.7) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR em 2018 foi de 11,0%, composto de 8,625% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,875% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 8,375% e o Capital Principal Mínimo para 6,875%.

Para o ano base 2019, a exigência de PR permanece em 10,5% (desde janeiro de 2019), incluindo 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 8,5% e o Capital Principal Mínimo 7,0%.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	jun-19	jun-18
Patrimônio de Referência Nível I	67.550,0	57.152,8
Capital Principal	62.709,6	52.271,1
Capital Complementar	4.840,4	4.881,7
Patrimônio de Referência Nível II	4.832,6	4.953,4
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	**72.382,6**	**62.106,2**
Risco de Crédito	371.140,8	354.413,8
Risco de Mercado	29.463,7	28.802,2
Risco Operacional	46.527,0	37.372,3
Total de RWA	**447.131,5**	420.588,3
Índice de Basileia Nível I	**15,1**	**13,6**
Índice de Basileia Capital Principal	**14,0**	**12,4**
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	**16,2**	**14,8**

2.8) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao período findo em 30 de junho de 2019, das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Carteira de Crédito [1]	Participação %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	45.670,7	2.098,7	617,7	41.194,4	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	24.448,9	2.466,2	301,1	0,0	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	7.042,7	5.739,4	3,1	1.872,2	99,99%
Banco Bandepe S.A.	6.300,4	4.185,6	146,2	0,0	100,00%
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Crédito, S.A.	3.561,5	3.423,2	3,1	777,4	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	3.187,0	2.765,6	203,5	0,0	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	3.994,2	638,4	41,8	0,0	100,00%

[1] inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

Os saldos apresentados acima estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3) Outros Eventos

3.1) Plano de Benefício Pós-Emprego

Em 30 junho de 2018, foi aprovado o aumento de contribuição de custeio estabelecida no Plano de Benefício Pós-Emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição do custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas no Benefício Pós Emprego implicam em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários externos.

3.2) Avaliação do Valor Recuperável

No primeiro semestre de 2018, o Banco Santander reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no montante de R$341 milhões, sobre ativos intangíveis na modalidade de aquisição e desenvolvimento de sistemas. A perda foi registrada em função da realização de análises técnicas, as quais demonstraram perspectiva de redução significativa nos benefícios econômicos futuros esperados sobre estes ativos, sem efeitos relevantes em 30 de junho de 2019.

3.3) Abertura da agência em Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças do Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

3.4) Reestruturações Societárias

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos. A conclusão da operação está sujeita à implementação de condições precedentes usuais a esse tipo de transação, inclusive a prévia autorização pelo Bacen.

b) Opção de venda de participação no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado à Aymoré CFI. A conclusão da operação está sujeita à implementação dos procedimentos previstos no Contrato de Investimento.

c) Aquisição de Participação Residual na Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Em 19 de dezembro de 2018, o Banco Santander e os acionistas Minoritários da Getnet S.A. celebraram aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A., no qual o Banco Santander se comprometeu a adquirir a totalidade das ações dos Minoritários, correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., pelo valor de R$1.431 milhões. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 18 de fevereiro de 2019 e concluída em 25 de fevereiro de 2019, de modo que o Banco Santander passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Getnet S.A.

d) Constituição da Esfera Fidelidade S.A.

No dia 14 de agosto de 2018, foi constituída a Esfera Fidelidade, com participação totalmente detida pelo Banco Santander. A Esfera Fidelidade atuará no desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. Em 26 de novembro de 2018, a Esfera Fidelidade teve seu capital aumentado em R$10.000, passando o capital social para o valor de R$10.001, dividido em 10.001.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander. A sociedade iniciou suas operações em novembro de 2018

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3.5) Evento Subsequente

Em 22 de julho de 2019, foi constituída a sociedade empresária limitada Hyundai Corretora de Seguros Ltda. (Hyundai Corretora). A Hyundai Corretora tem capital social no valor de R$2.000 dividido em 2.000.000 (dois milhões) de quotas, com valor nominal individual de R$1,00, totalmente subscritas e pendentes de integralização, divididas entre seus sócios Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. e Hyundai Capital Services, Inc. na proporção de 50% para cada.

4) Estratégia

O Banco Santander Brasil é o único banco internacional, com escala, no País. O Banco está convicto de que o caminho para crescer de forma rentável, recorrente e sustentável é prestar serviços com excelência para aumentar o nível de satisfação e obter mais clientes e mais vinculados. Sua atuação está pautada em uma relação próxima e duradoura com clientes, fornecedores e acionistas. Com isso, o propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem, sendo um Banco simples, pessoal e justo, com as seguintes prioridades estratégicas:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, digitais, inovadores, com alto valor agregado, por meio de uma plataforma multicanal.
- Gerar resultados de forma sustentável e rentável, com maior diversificação de receitas, considerando equilíbrio entre crédito, captação e serviços. Ao mesmo tempo, manter uma gestão preventiva de riscos e controle rigoroso de despesas.
- Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento.
- Ganhar participação de mercado de forma rentável por meio do portfólio robusto, otimizar o ecossistema e lançar novos negócios, melhorando continuamente a experiência dos nossos clientes.

O modelo de negócios do Banco Santander focado na melhoria do atendimento e fortalecimento da vinculação segue proporcionando recorrência na geração de resultados, com destacado patamar de rentabilidade. Nesse primeiro semestre do ano, o Banco Santander apresentou crescimento consistente da base de clientes, em conjunto com ganhos rentáveis de participação de mercado. Esses fatores, somados à sólida base de capital e liquidez, posiciona o Banco para capturar as oportunidades de mercado. Destaca-se:

Reconhecimento: o melhor Banco no Brasil e o melhor banco na América Latina pela *Euromoney Awards for Excellence* 2019.

Varejo

- Cartões: a participação de mercado atingiu 13,4% (+0,9 p.p. YoY, Fonte Bacen, data-base maio/19) enquanto o faturamento total nesse trimestre expandiu 22% YoY. Foi divulgada uma parceria com uma das principais agências online de viagens no país para emitir cartões com serviços e benefícios para os viajantes. Em relação ao crediário Santander estão sendo realizadas diversas ações para divulgar essa nova opção de parcelamento de compras. Adicionalmente, o aplicativo Santander *Way* atingiu mais de 6,9 milhões de clientes ativos e continua com boa avaliação no mercado. Além disso, cabe mencionar que o seguro viagem agora pode ser contratado direto no *app* para maior praticidade. O cartão *AAdvantage®* segue com boa aceitação pelos clientes e está com uma campanha que concede milhas extras na aquisição desse produto. Todas essas iniciativas estimulam o faturamento e a vinculação dos clientes.
- Consignado: a participação de mercado em carteira de crédito atingiu 10,5% (+1,2 p.p. YoY, Fonte Bacen, data-base maio/19). Os canais digitais cujo número de contratos realizados aumentou 78% em doze meses, em conjunto com novos convênios e ofertas diferenciadas contribuem para a organização financeira de nossos clientes e são alavancas que apoiam o crescimento.
- Imobiliário: foi realizada uma parceria com o maior grupo de portais imobiliários, oferecendo uma experiência online pioneira para aquisição de imóvel, apoiando o cliente desde a escolha até o pagamento. Além disso, foi lançada uma campanha em conjunto com uma grande varejista, para uma oferta atrativa na aquisição do financiamento imobiliário, incluindo condições competitivas. Como resultado, a quantidade de propostas simuladas dobrou em relação ao mês anterior.

Agro

Ao longo do trimestre, o Banco Santander participou de diversas feiras do setor, incluindo a maior delas, Agrishow, onde levou ofertas exclusivas. Adicionalmente, segue expandindo as lojas agro vocacionadas que ganhou mais uma unidade na região Sul. Dessa forma, totalizaram 24 lojas vocacionadas no país. A proximidade do cliente é um dos fatores que contribui para o aumento da base de clientes e crescimento sustentável da carteira de crédito. Em emissões de LCA, o Banco Santander atingiu 9,2% (+2,7 p.p. YoY, Fonte Bacen, data-base maio/19) de participação de mercado.

Getnet

A oferta da SuperGet, para pessoas físicas e microempreendedores, já tem reflexo no incremento da base com 200 mil novos clientes no segmento. Essa oferta traz mais transparência no relacionamento com o cliente e posiciona o Banco Santander de forma competitiva para aumentar a presença nesse público. No período, foi lançado o split de pagamentos, na plataforma digital da Getnet, com objetivo de melhorar a gestão de pagamentos. A participação de mercado atingiu 11,5% (Fonte ABECS - Monitor Bandeiras data-base 1T19 novo critério) enquanto o faturamento total do 1S19 expandiu 11,2% YoY.

PMEs

Foi anunciado um novo modelo de atendimento com uma oferta diferenciada para o pequeno empreendedor, o Santander DUO, que une a conta individual e jurídica em um único gerente e com uma só tarifa, incluindo o benefício Santander Master com 10 dias sem juros. Além disso, como oportunidade de *cross-sell*, na abertura de uma conta MEI (microempreendedor individual) o cliente recebe vantagens na aquisição da Superget. A participação de mercado em carteira de crédito atingiu 8,3% (+0,3 p.p. YoY, Fonte Bacen, data-base maio/19), alavancada pelo crescimento da base de clientes e vinculação.

Fortalecimento dos negócios líderes

Santander Financiamentos: o Banco Santander manteve a liderança no setor, com participação de mercado de 25,3% em PF (+0,3 p.p. YoY, Fonte Bacen, data-base maio/19. Veículos PF). Essa evolução é sustentada por ofertas inovadoras, parcerias e qualidade do atendimento comercial.

Webmotors: a ferramenta *Cockpit* nos dá a oportunidade de estar presente em toda a cadeia de valor, potencializando a oferta da Webmotors, Santander Financiamentos e Banco. Nesse trimestre, o Banco Santander completou a implementação dessa plataforma em 100% da nossa base de clientes. Uma das funcionalidades é o CRM *smart* que já apresenta boa aderência pelos lojistas. Vale mencionar que esse CRM aproxima o cliente final, aumentando as chances de fechar o negócio, e possibilita a gestão do pós-venda.

Santander Corporate & Investment Banking (SCIB)

O Banco Santander é líder em:

Assessoria financeira de financiamento e leilão de concessão e em estruturação de financiamento pela Anbima (Assessoria Financeira – líder desde 2008, ANBIMA 2018).

Assessoria financeira nas Américas e líder Latam em Project Finance (MLA) pela Dealogic (Dealogic, data-base 2018.

No mercado de câmbio, de acordo com o Bacen (acumulado entre janeiro e junho de 2019).

Inovação

Meu Bolso: nova funcionalidade do Santander *On*, disponível no *app* Santander, que auxilia na gestão da vida financeira dos clientes, mostrando os recebimentos e gastos mensais por categoria. Essa é mais uma das iniciativas que reforçam o compromisso com a educação financeira e a transparência com o cliente.

Novos negócios

A Ben, empresa com atuação no setor de benefícios, segue com boa evolução no credenciamento e já alcançou o número de 143 mil estabelecimentos comerciais. Além disso, destaca-se também o volume de cartões ativos, que atingiu mais de 77 mil em junho de 2019.

Já a Pi, nossa plataforma digital de investimentos, continua ampliando seu portfólio de produtos e já possui uma oferta de cerca de 180 produtos de renda fixa. Além disso, nesse trimestre, iniciou-se a distribuição de fundos de investimento.

Vinculação dos clientes

Todas as iniciativas mencionadas colaboram para a melhoria no atendimento e experiência. O reconhecimento dos clientes pode ser evidenciado pelo indicador NPS (*Net Promoter Score*), que já atinge elevados patamares 59 pontos nesse trimestre, uma expansão de 8 pontos YoY.

A base de clientes continua com sólida expansão na qual destaca-se a quantidade de clientes ativos que cresce há 49 meses consecutivos.

Sustentabilidade

O Banco Santander assumiu o compromisso de eliminar o consumo de plástico de uso rápido até 2020. Dessa forma, a partir desse trimestre não terão mais plásticos de uso rápido nos prédios administrativos. A partir desse trimestre o Banco iniciou o movimento gradativo de retirada desse material de suas unidades, começando pelos prédios administrativos.

Além disso, o Banco assumiu a meta de consumir energia renovável em 100% de suas operações até o ano de 2025. O compromisso atingirá as unidades de atendimento, em todo o país, até o fim de 2021 e todos os prédios administrativos e centro de processamento de dados até 2025.

Por meio do programa Prospera microcrédito o Banco Santander se posicionou como líder dentre os Bancos privados. Lançou 47 filiais do PROSPERA nesse primeiro semestre, contribuindo com a inclusão financeira no país. Em junho de 2019, a carteira de crédito atingiu R$ 929 milhões, crescimento de 83% YoY.

No segmento de Universidades, considerada uma importante alavanca de base de clientes, o Banco Santander tem, além da oferta financeira, uma oferta não financeira baseada em formação, emprego e empreendedorismo. No Brasil, já concedeu mais de 15,1 mil bolsas de estudo desde 2015.

Com objetivo de reforçar a educação financeira nas sociedades onde atua, o Banco Santander abriu durante o período de seis semanas, algumas agências aos sábados para oferecer orientação financeira gratuita a população.

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido, tendo o rating de longo prazo em moeda estrangeira limitado ao *rating* soberano. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas agências Standard & Poor's e Moody's:

Ratings	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Standard & Poor's[1] (perspectiva)	BB- (estável)	B	BB- (estável)	B	brAAA (estável)	brA-1+
Moody's[2] (perspectiva)	Ba1 (estável)	NP	Ba3 (estável)	NP	Aaa.br	Br-1

[1] Última atualização em 31 de maio de 2019.

[2] Última atualização em 05 de junho de 2019.

6) Governança Corporativa

O Conselho da Administração do Banco Santander se reuniu e deliberou:

Em 22 de julho de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander referentes, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 30 de junho de 2019.

Em 28 de junho de 2019, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R$1 bilhão, para pagamento a partir do dia 31 de julho de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 03 de maio de 2019, eleger os membros do Comitê de Auditoria, para mandato de 1 ano, o qual se estenderá até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2020, os membros do Comitê de Riscos e Compliance, do Comitê de Sustentabilidade, do Comitê de Nomeação e Governança e do Comitê de Remuneração para mandato até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

Em 03 de maio de 2019, conhecer a renúncia do Sr. Marcelo Malanga, Diretor sem designação específica do Banco Santander; e eleger os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander para um novo mandato, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

Em 30 de abril de 2019, aprovar o Relatório Anual de Auditoria Interna referente ao exercício de 2018 em atendimento a Resolução CMN n°4588.

Em 30 de abril de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 31 de março de 2019.

Em 27 de março de 2019, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R$1 bilhão, para pagamento a partir do dia 29 de abril de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 27 de março de 2019, conhecer a renúncia do Sr. Fernando Carvalho Botelho de Miranda ao cargo de Diretor sem designação específica, bem como aprovar a eleição dos seguintes membros para compor a Diretoria Executiva, como Diretores sem designação específica: Sr. Daniel Fantoni Assa; Sra. Elita Vechin Pastorelo Ariaz; Sr. Franco Luigi Fasoli; Sr. Jean Paulo Kambourakis e Sr. Roberto Alexandre Borges Fischetti.

Em 20 de março de 2019, aprovar o Formulário 20-F do Banco Santander referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Em 25 de fevereiro de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Em 29 de janeiro de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

7) Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN n°4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e Declaração de Apetite por Riscos (*RAS - Risk Appetite Statement*), constituição de Comitê de Riscos e indicação de diretor para gerenciamento de riscos e diretor de capital. O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 35 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2019.

No primeiro semestre de 2019, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para o ano, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento. O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados sobre o resultado dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna desse período, conforme seu plano anual.

8) Pessoas

As pessoas são elemento essencial na Organização. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Banco Santander deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 48.912 funcionários aqui no Brasil.

Para o desenvolvimento dessas pessoas, a Academia Corporativa - a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma online e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades.

O Banco Santander apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBT+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos, que esse ano chega à sua 2ª edição. Nele, o Banco Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que aqui existem, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

O resultado de todas essas ações é o alto índice de engajamento, comprovado por meio de duas pesquisas que foram realizadas anualmente e que trouxe excelentes indicadores. Um deles aponta que pelo menos 91% dos funcionários afirmam desejar permanecer no Banco Santander por um bom tempo. Acredita-se que essa satisfação reflete positivamente nas interações com os Clientes, gerando maior vinculação, crescimento sustentável e investimentos na Sociedade, o que encaminha o Banco Santander a ser o melhor Banco para todos os *stakeholders*.

9) Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de Sustentabilidade do Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso eficiente e estratégico do Capital Natural, (ii) Desenvolvimento de Potenciais e (iii) Economia Resiliente e Inclusiva. A visão de futuro do Banco, por meio desses pilares é apoiar a sociedade brasileira na sua transformação para o Brasil do Século XXI, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

O Banco Santander permaneceu, pelo 9º ano consecutivo, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B³ (ISE) e em 2019, foi reconhecido pelo Guia EXAME de Diversidade como a empresa do ano e a instituição financeira com as melhores práticas de inclusão e diversidade do mercado nacional. Ainda em 2019, recebeu uma classificação de AA (em uma escala de AAA-CCC) na avaliação da *MSCI ESG Ratings*.

No primeiro semestre o Banco Santander desembolsou R$417,6 milhões em Negócios Socioambientais, com o Prospera Santander Microcrédito originou cerca de R$947 milhões de produção (82% a mais do que o mesmo período de 2018).

Por meio do Santander Universidades concedeu mais de 660 bolsas de estudos neste primeiro semestre, provenientes do Programa Santander Universitário-Empresas, onde contribui com uma bolsa de R$700 para auxiliar o aluno no pagamento da mensalidade e/ou custos relacionados, e de programas próprios, realizados diretamente com as Universidades.

O Programa Amigo de Valor, permite que o Banco Santander, bem como os funcionários e clientes, direcione parte do imposto de renda devido diretamente para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2018, esse programa arrecadou fundos totalizando mais de R$13 milhões, que foram direcionados à 67 projetos no Brasil.

Neste trimestre durante seis semanas, foram abertas algumas agências aos sábados visando oferecer orientação financeira gratuita à população.

O Banco assumiu a meta de consumir energia renovável em 100% de suas operações até o ano de 2025. O compromisso atingirá as unidades de atendimento, em todo o país, até o fim de 2021 e todos os prédios administrativos e centro de processamento de dados até 2025.

Também foi lançado o projeto *Plastic Free* que tem como objetivo inicial reduzir o consumo de plástico de uso rápido (copos e garrafas) nos nossos prédios administrativos e até 2020 impactar todas as agências.

10) Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no período findo em 30 de junho de 2019, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o período findo em 30 de junho de 2019, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 22/07/2019).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 30/06/2019	Banco 30/06/2018	Consolidado 30/06/2019	Consolidado 30/06/2018
Ativo Circulante		**518.813.691**	**445.606.826**	**550.686.119**	**477.039.528**
Disponibilidades	4	**13.239.305**	**11.517.424**	**13.335.575**	**11.884.321**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	**69.807.408**	**76.505.416**	**38.449.315**	**52.907.091**
Aplicações no Mercado Aberto		31.406.536	40.289.675	31.406.536	40.289.675
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		34.731.387	26.634.375	3.372.744	3.035.406
Aplicações em Moedas Estrangeiras		3.669.485	9.581.366	3.670.035	9.582.010
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	**69.158.772**	**81.489.083**	**85.478.245**	**93.278.964**
Carteira Própria		44.004.889	24.488.727	52.370.130	36.142.404
Vinculados a Compromissos de Recompra		17.124.075	48.501.138	12.107.476	38.079.816
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.571.045	6.930.424	12.559.632	13.870.394
Vinculados ao Banco Central		7.150	6.421	7.150	64.301
Moedas de Privatização		542	740	542	740
Vinculados à Prestação de Garantias		945.980	1.561.633	4.928.224	5.121.309
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		3.505.091	-	3.505.091	-
Relações Interfinanceiras	7	**85.535.005**	**78.923.626**	**94.565.314**	**90.429.473**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		11.146.158	9.889.456	19.693.161	20.989.075
Créditos Vinculados:		74.364.025	68.999.075	74.857.621	69.421.123
Depósitos no Banco Central		74.364.024	68.993.634	74.857.620	69.415.682
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		1	5.441	1	5.441
Repasses Interfinanceiros		10.290	15.820	-	-
Correspondentes		14.532	19.275	14.532	19.275
Operações de Crédito	8	**97.534.660**	**82.728.461**	**124.677.485**	**107.122.473**
Setor Público		3.361	4.415	3.361	4.415
Setor Privado		101.228.459	86.548.135	129.294.633	111.695.867
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		-	-	-	62.649
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(3.697.160)	(3.824.089)	(4.620.509)	(4.640.458)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	**-**	**-**	**1.195.711**	**1.272.714**
Setor Privado		-	-	1.217.903	1.295.869
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	-	-	(22.192)	(23.155)
Outros Créditos		**181.978.876**	**112.994.832**	**191.030.082**	**118.125.389**
Créditos por Avais e Fianças Honrados		18.695	86.834	18.695	86.834
Carteira de Câmbio	9	123.175.872	62.449.630	123.175.872	62.449.630
Rendas a Receber		1.970.847	2.274.800	2.022.913	1.759.744
Negociação e Intermediação de Valores	10	1.220.239	482.476	4.695.651	1.001.741
Créditos Tributários	11	6.912.254	7.502.416	7.944.956	8.217.342
Diversos	12	49.104.992	40.788.308	53.661.974	45.268.830
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(424.023)	(589.632)	(489.979)	(658.732)
Outros Valores e Bens		**1.559.665**	**1.447.984**	**1.954.392**	**2.019.103**
Outros Valores e Bens		1.255.526	1.083.423	1.614.611	1.510.684
(Provisões para Desvalorizações)		(163.652)	(291.296)	(337.921)	(343.451)
Despesas Antecipadas		467.791	655.857	677.702	851.870
Ativo Realizável a Longo Prazo		**254.878.614**	**250.616.119**	**273.031.889**	**251.260.807**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	**28.506.389**	**29.116.462**	**449.376**	**387.512**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		28.506.389	29.116.462	449.376	387.512
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	**113.367.537**	**102.059.619**	**117.512.630**	**94.137.649**
Carteira Própria		27.722.775	21.299.409	29.177.137	21.960.720
Vinculados a Compromissos de Recompra		58.263.216	62.928.628	58.263.216	52.552.759
Instrumentos Financeiros Derivativos		8.263.081	4.882.785	8.292.038	4.942.571
Vinculados ao Banco Central		2.032.805	1.879.096	2.032.805	1.879.096
Moedas de Privatização		597	999	597	999
Vinculados à Prestação de Garantias		15.990.371	9.937.412	18.652.145	11.670.214
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		1.094.692	1.131.290	1.094.692	1.131.290
Relações Interfinanceiras	7	**284.206**	**265.764**	**284.206**	**265.764**
Créditos Vinculados:		284.206	265.764	284.206	265.764
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		284.206	265.764	284.206	265.764
Operações de Crédito	8	**80.883.784**	**85.102.661**	**115.404.157**	**114.672.423**
Setor Público		833.743	290.587	833.743	290.587
Setor Privado		91.809.163	96.206.498	127.446.098	126.605.634
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(11.759.122)	(11.394.424)	(12.875.684)	(12.223.798)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	**-**	**-**	**1.426.130**	**1.258.624**
Setor Público		-	-	269	-
Setor Privado		-	-	1.473.725	1.309.338
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	-	-	(47.864)	(50.714)
Outros Créditos		**31.480.651**	**33.549.966**	**37.496.375**	**39.903.564**
Créditos por Avais e Fianças Honrados		278.811	403.735	278.811	403.735
Carteira de Câmbio	9	918.631	3.486.161	918.631	3.486.161
Rendas a Receber		149.971	165.099	149.971	165.099
Créditos Tributários	11	17.731.728	17.696.948	20.279.142	20.344.286
Diversos	12	12.722.623	12.199.301	16.304.694	16.003.485
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(321.113)	(401.278)	(434.874)	(499.202)
Outros Valores e Bens		**356.047**	**521.647**	**459.015**	**635.271**
Investimentos Temporários		1.622	1.622	1.631	1.631
(Provisões para Perdas)		(1.622)	(1.622)	(1.631)	(1.631)
Despesas Antecipadas		356.047	521.647	459.015	635.271
Permanente		**33.796.175**	**28.339.591**	**12.539.577**	**10.770.777**
Investimentos		**24.241.819**	**19.388.047**	**352.079**	**298.697**
Participações em Coligadas e Controladas:	14	24.221.052	19.367.222	331.301	277.837
No País		20.797.847	15.892.224	331.301	277.837
No Exterior		3.423.205	3.474.998	-	-
Outros Investimentos		45.064	45.351	50.286	50.964
(Provisões para Perdas)		(24.297)	(24.526)	(29.508)	(30.104)
Imobilizado de Uso	15	**5.994.912**	**5.661.377**	**6.806.749**	**6.345.521**
Imóveis de Uso		2.466.848	2.490.789	2.752.408	2.691.175
Outras Imobilizações de Uso		13.122.924	11.846.302	14.532.842	13.089.156
(Depreciações Acumuladas)		(9.594.860)	(8.675.714)	(10.478.501)	(9.434.810)
Intangível	16	**3.559.444**	**3.290.167**	**5.380.749**	**4.126.559**
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		26.419.016	26.419.016	29.106.874	27.899.414
Outros Ativos Intangíveis		9.786.888	8.902.538	10.507.444	9.486.098
(Amortizações Acumuladas)		(32.646.460)	(32.031.387)	(34.233.569)	(33.258.953)
Total do Ativo		**807.488.480**	**724.562.536**	**836.257.585**	**739.071.112**

	Notas Explicativas	Banco 30/06/2019	Banco 30/06/2018	Consolidado 30/06/2019	Consolidado 30/06/2018
Passivo Circulante		**551.050.859**	**484.310.394**	**569.016.596**	**488.040.495**
Depósitos	17.a	**206.675.660**	**181.626.788**	**203.970.799**	**178.365.269**
Depósitos à Vista		20.702.993	17.280.179	20.521.469	17.369.253
Depósitos de Poupança		46.574.515	42.570.994	46.574.515	42.570.994
Depósitos Interfinanceiros		5.253.506	6.350.438	2.969.669	3.649.296
Depósitos a Prazo		134.144.646	115.425.177	133.898.918	114.771.443
Outros Depósitos		-	-	6.228	4.283
Captações no Mercado Aberto	17.b	**88.880.791**	**129.821.578**	**84.106.885**	**114.400.258**
Carteira Própria		74.684.943	111.201.854	69.911.037	100.780.476
Carteira de Terceiros		7.001.131	17.274.900	7.001.131	12.274.957
Carteira de Livre Movimentação		7.194.717	1.344.824	7.194.717	1.344.825
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.c	**45.145.066**	**34.301.909**	**47.345.049**	**36.018.745**
Recursos de Aceites Cambiais		-	-	671.678	596.685
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		40.651.895	31.088.981	42.213.830	32.209.132
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		3.353.465	1.760.065	3.319.835	1.760.065
Certificados de Operações Estruturadas		1.139.706	1.452.863	1.139.706	1.452.863
Relações Interfinanceiras	7	**1.823.250**	**1.534.258**	**2.103.507**	**1.731.662**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1.683.753	1.393.747	1.964.010	1.591.151
Correspondentes		139.497	140.511	139.497	140.511
Relações Interdependências		**3.173.039**	**2.854.073**	**3.173.039**	**2.854.073**
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.169.302	2.852.944	3.169.302	2.852.944
Transferências Internas de Recursos		3.737	1.129	3.737	1.129
Obrigações por Empréstimos	17.e	**48.837.281**	**39.169.376**	**46.484.860**	**37.952.795**
Empréstimos no País - Outras Instituições		-	-	44.314	43.670
Empréstimos no Exterior		48.837.281	39.169.376	46.440.546	37.909.125
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17.e	**3.810.009**	**2.397.258**	**3.810.009**	**2.397.258**
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)		1.580.886	1.258.287	1.580.886	1.258.287
Caixa Econômica Federal (CEF)		78.956	3.413	78.956	3.413
Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)		1.909.385	976.144	1.909.385	976.144
Outras Instituições		240.782	159.414	240.782	159.414
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	**3.036.001**	**5.670.093**	**12.073.234**	**12.648.861**
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.036.001	5.670.093	12.073.234	12.648.861
Outras Obrigações		**149.669.762**	**86.935.061**	**165.949.214**	**101.671.574**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e

...Continuação

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 30/06/2019	Banco 01/01 a 30/06/2018	Consolidado 01/01 a 30/06/2019	Consolidado 01/01 a 30/06/2018
Receitas da Intermediação Financeira		**34.007.282**	**36.018.824**	**38.580.561**	**39.604.937**
Operações de Crédito		19.122.351	21.904.252	25.319.639	28.171.391
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	139.460	175.341
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	13.125.385	15.016.557	11.532.740	12.423.693
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(3.026.391)	(3.735.939)	(3.290.429)	(4.010.089)
Resultado de Operações com Câmbio		2.770.793	1.020.491	2.850.804	1.016.717
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	6.771	-	9.762
Resultado das Aplicações Compulsórias		2.015.144	1.806.692	2.028.347	1.818.122
Despesas da Intermediação Financeira		**(20.475.467)**	**(29.295.375)**	**(21.530.150)**	**(30.239.891)**
Operações de Captação no Mercado	17.d	(13.774.151)	(16.184.406)	(13.713.011)	(15.498.229)
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.481.904)	(7.498.808)	(1.426.854)	(8.107.708)
Operações de Arrendamento Mercantil		-	(6)	-	-
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(17.383)	(138.268)	(31.691)	(143.494)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(5.202.029)	(5.473.887)	(6.358.594)	(6.490.460)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**13.531.815**	**6.723.449**	**17.050.411**	**9.365.046**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(3.389.366)**	**(2.618.242)**	**(5.671.040)**	**(4.462.946)**
Receitas de Prestação de Serviços	26	5.073.687	4.595.073	6.699.838	6.044.776
Rendas de Tarifas Bancárias	26	2.169.623	1.996.314	2.483.927	2.364.049
Despesas de Pessoal	27	(3.285.744)	(3.366.665)	(3.705.827)	(3.694.757)
Outras Despesas Administrativas	28	(4.987.157)	(4.486.726)	(5.862.686)	(5.216.345)
Despesas Tributárias	29	(1.592.902)	(1.039.769)	(2.313.121)	(1.512.092)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	1.609.047	1.288.129	21.720	8.999
Outras Receitas Operacionais	30	2.178.461	2.765.199	2.579.475	3.078.902
Outras Despesas Operacionais	31	(4.554.381)	(4.369.797)	(5.574.366)	(5.536.478)
Resultado Operacional		**10.142.449**	**4.105.207**	**11.379.371**	**4.902.100**
Resultado não Operacional	**32**	**14.596**	**20.995**	**(111.382)**	**27.276**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**10.157.045**	**4.126.202**	**11.267.989**	**4.929.376**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**33**	**(2.443.720)**	**2.505.015**	**(3.336.392)**	**1.936.078**
Provisão para Imposto de Renda		(1.279.541)	(13.134)	(2.115.525)	(373.932)
Provisão para Contribuição Social		(769.665)	4.123	(1.151.350)	(233.043)
Ativo Fiscal Diferido		(394.514)	2.514.026	(69.517)	2.543.053
Participações no Lucro		**(841.678)**	**(839.779)**	**(925.262)**	**(900.141)**
Participações dos Acionistas Minoritários	23.f	-	-	(181.163)	(173.367)
Lucro Líquido		**6.871.647**	**5.791.438**	**6.825.172**	**5.791.946**
Número de Ações (Mil)	23.a	7.468.079	7.476.701		
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		920,14	774,60		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 30/06/2019		Banco 01/01 a 30/06/2018		Consolidado 01/01 a 30/06/2019		Consolidado 01/01 a 30/06/2018	
Receitas da Intermediação Financeira		34.007.282		36.018.824		38.580.561		39.604.937	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	26	7.243.310		6.591.387		9.183.765		8.408.825	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(5.202.029)		(5.473.887)		(6.358.594)		(6.490.460)	
Outras Receitas e Despesas		(2.361.324)		1.236.287		(3.106.273)		418.617	
Despesas da Intermediação Financeira		(15.273.438)		(23.821.488)		(15.171.556)		(23.749.431)	
Insumos de Terceiros		(3.529.026)		(3.459.168)		(4.118.137)		(3.916.700)	
Material, Energia e Outros		(129.815)		(118.909)		(134.506)		(122.442)	
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	28	(964.954)		(888.511)		(1.206.162)		(1.096.786)	
Avaliação do Valor Recuperável	31	-		(305.864)		-		(305.864)	
Outros		(2.434.257)		(2.145.884)		(2.777.469)		(2.391.608)	
Valor Adicionado Bruto		**14.884.775**		**11.091.955**		**19.009.766**		**14.275.788**	
Retenções									
Depreciações e Amortizações	28	(1.078.880)		(981.025)		(1.351.054)		(1.242.880)	
Valor Adicionado Líquido Produzido		**13.805.895**		**10.110.930**		**17.658.712**		**13.032.908**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	1.609.047		1.288.129		21.720		8.999	
Valor Adicionado Total a Distribuir		**15.414.942**		**11.399.059**		**17.680.432**		**13.041.907**	
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal		3.792.723	24,6%	3.742.291	32,8%	4.227.308	23,9%	4.073.895	31,2%
Remuneração	27	1.912.978		1.912.114		2.128.141		2.083.650	
Benefícios	27	664.550		651.484		750.843		715.049	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		245.484		188.974		212.713		215.210	
Outras		969.711		989.719		1.135.611		1.059.986	
Impostos, Taxas e Contribuições		4.371.321	28,4%	1.512.933	13,3%	6.053.294	34,2%	2.640.070	20,2%
Federais		4.031.373		1.164.081		5.432.736		2.189.432	
Estaduais		258		432		299		473	
Municipais		339.690		348.420		620.259		450.165	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	28	379.251	2,5%	352.397	3,1%	393.495	2,2%	362.629	2,8%
Remuneração de Capitais Próprios		6.871.647	44,5%	5.791.438	50,8%	7.006.335	39,7%	5.965.313	45,8%
Dividendos	23.b	-		600.000		-		600.000	
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	2.000.000		600.000		2.000.000		600.000	
Reinvestimentos de Lucros		4.871.647		4.591.438		5.187.498		4.938.680	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	23.f	-		-		(181.163)		(173.367)	
Total		**15.414.942**	**100,0%**	**11.399.059**	**100,0%**	**17.680.432**	**100,0%**	**13.041.907**	**100,0%**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 30/06/2019	Banco 01/01 a 30/06/2018	Consolidado 01/01 a 30/06/2019	Consolidado 01/01 a 30/06/2018
Atividades Operacionais					
Lucro Líquido		**6.871.647**	**5.791.438**	**6.825.172**	**5.791.946**
Ajustes ao Lucro Líquido		**4.741.423**	**6.251.471**	**7.830.085**	**8.999.218**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	5.202.029	5.473.887	6.358.594	6.490.460
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	22.c	885.513	773.041	989.409	825.148
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	22.c	249.482	506.602	304.253	594.396
Créditos Tributários e Passivos Fiscais Diferidos		(67.736)	(2.100.252)	(329.233)	(2.133.740)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	(1.609.047)	(1.288.129)	(21.720)	(8.999)
Depreciações e Amortizações	28	1.078.880	981.025	1.351.054	1.242.880
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	32	1.714	14.675	119.930	10.574
Resultado na Alienação de Valores e Bens	32	(6.573)	(50.567)	(1.111)	(40.248)
Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	32	135	305.864	135	305.864
Resultado na alienação de Investimentos	32	-	-	(4.369)	(8.588)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	30 e 31	(25.482)	(105.590)	(25.482)	(105.590)
Atualização de Depósitos Judiciais	30	(287.940)	(274.784)	(330.032)	(336.075)
Atualização de Impostos a Compensar	30	(34.525)	(87.996)	(52.685)	(113.559)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		7.952	(1.068)	7.952	(1.068)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(704.062)	2.119.334	(704.062)	2.119.334
Outros		51.083	(14.571)	167.452	158.429
Variações em Ativos e Passivos		**(2.720.863)**	**(117.450)**	**(5.026.894)**	**(2.131.911)**
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		8.808.901	(12.801.420)	10.614.238	(6.372.026)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(2.580.253)	1.594.162	(2.929.688)	(18.825.502)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(14.563.468)	(16.656.690)	(19.078.046)	(23.010.167)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		(4.738.229)	(6.609.527)	(4.754.793)	(6.634.212)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(18.111.539)	5.530.407	(21.752.667)	4.496.772
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		166.065	(309.069)	158.640	(328.535)
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		244.404	(3.043.239)	3.874.250	(1.510.354)
Aumento (Redução) em Depósitos		12.924.073	16.982.485	16.183.275	38.221.943
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(29.573.142)	5.868.717	(29.303.735)	3.192.821
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		15.689.628	9.662.670	14.997.468	9.495.640
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		29.782.927	311.292	28.857.765	856.288
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(32.327)	(62.070)	(57.264)	(88.404)
Imposto Pago		(737.903)	(585.168)	(1.836.337)	(1.626.175)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**8.892.207**	**11.925.459**	**9.628.363**	**12.659.253**
Atividades de Investimento					
Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	14	(705.999)	(187.000)	-	-
Aquisição de Investimentos		-	(200)	-	(289)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(670.106)	(487.211)	(943.473)	(599.330)
Aplicações no Intangível		(563.077)	(178.233)	(641.861)	(217.477)
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos		-	1.405	4.800	10.305
Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada	36.c	(1.291.630)	-	(1.291.630)	-
Aquisição de Controlada, menos Caixa Líquido na Aquisição	36.f	-	(111.224)	-	(111.224)
Alienação de Bens não de Uso Próprio		284.554	145.341	296.277	195.995
Alienação de Imobilizado de Uso		14.288	103.196	22.143	125.345
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		1.136.676	592.885	52.807	63.269
Mudança no Escopo de Consolidação		-	-	-	2
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		**(1.795.294)**	**(121.041)**	**(2.500.937)**	**(533.404)**
Atividades de Financiamento					
Aquisição de Ações de Emissão Própria	23.d	(151.848)	(208.426)	(151.848)	(208.426)
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		29.246.867	35.259.838	30.590.223	36.453.711
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(26.234.584)	(40.764.759)	(27.402.237)	(41.643.656)
Pagamentos de Dívidas Subordinadas		(9.924.747)	(544.566)	(9.924.747)	(544.566)
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(328.892)	(318.659)	(328.892)	(318.659)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(5.188.878)	(4.935.666)	(5.317.302)	(5.012.880)
Aumento (Redução) em Participação dos Minoritários		-	-	(277.510)	(138.588)
Aumento de Capital em Sociedades Controladas Realizadas por Participações Minoritárias	14	-	-	100.000	98.000
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**(12.582.082)**	**(11.512.238)**	**(12.712.313)**	**(11.315.064)**
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		**(7.952)**	**1.068**	**(7.952)**	**1.068**
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**(5.493.121)**	**293.248**	**(5.592.839)**	**811.853**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**4**	**25.854.948**	**22.664.381**	**25.285.982**	**22.513.317**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**4**	**20.361.827**	**22.957.629**	**19.693.143**	**23.325.170**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANCO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros - Reserva Legal	Reservas de Lucros - Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Coligadas e Controladas	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		**57.000.000**	**172.398**	**2.505.285**	**1.548.875**	**1.030.563**	**89.648**	**(2.704.383)**	**-**	**(148.440)**	**59.493.946**
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(208.426)	(208.426)
Resultado de Ações em Tesouraria	23.d	-	(8.112)	-	-	-	-	-	-	-	(8.112)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(69.164)	-	-	-	-	-	-	-	(69.164)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(790.906)	(33.076)	-	-	-	(823.982)
Reestruturação de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	(25)	(25)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	5.791.438	-	5.791.438
Destinações:											
Reserva Legal	24.c	-	-	289.572	-	-	-	-	(289.572)	-	-
Dividendos	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(600.000)	-	(600.000)
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(600.000)	-	(600.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	4.301.866	-	-	-	(4.301.866)	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2018		**57.000.000**	**95.122**	**2.794.857**	**5.850.741**	**239.657**	**56.572**	**(2.361.413)**	**-**	**(356.891)**	**63.318.645**
Mutações no Semestre		**-**	**(77.276)**	**289.572**	**4.301.866**	**(790.906)**	**(33.076)**	**342.970**	**-**	**(208.451)**	**3.824.699**
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		**57.000.000**	**140.707**	**3.113.605**	**6.506.949**	**1.885.972**	**114.491**	**(3.071.043)**	**-**	**(461.432)**	**65.229.249**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(801.683)	-	-	(801.683)
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(151.848)	(151.848)
Resultado com Ações em Tesouraria	23.d	-	3.898	-	-	-	-	-	-	-	3.898
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(35.126)	-	-	-	-	-	-	-	(35.126)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.445.346	(20.843)	-	-	-	1.424.503
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.528)	(1.528)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	6.871.647	-	6.871.647
Destinações:											
Reserva Legal	24.c	-	-	343.582	-	-	-	-	(343.582)	-	-
Dividendos	24.b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	-	(2.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	4.528.755	-	-	-	(4.528.755)	-	-
Outros		-	-	-	-	-	-	-	690	-	690
Saldos em 30 de Junho de 2019		**57.000.000**	**109.479**	**3.457.187**	**11.035.704**	**3.331.318**	**93.648**	**(3.872.726)**	**-**	**(614.808)**	**70.539.802**
Mutações no Semestre		**-**	**(31.228)**	**343.582**	**4.528.755**	**1.445.346**	**(20.843)**	**(801.683)**	**-**	**(153.376)**	**5.310.553**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros - Reserva Legal	Reservas de Lucros - Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Coligadas e Controladas	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		**57.000.000**	**174.616**	**2.505.286**	**1.552.664**	**1.030.563**	**89.648**	**(2.704.383)**	**-**	**(148.440)**	**59.499.954**	**1.896.692**	**61.396.646**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	342.970	-	-	342.970	-	342.970
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(208.426)	(208.426)	-	(208.426)
Resultado de Ações em Tesouraria		-	(8.112)	-	-	-	-	-	-	-	(8.112)	-	(8.112)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(68.808)	-	-	-	-	-	-	-	(68.808)	-	(68.808)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(790.906)	(33.076)	-	-	-	(823.982)	-	(823.982)
Reestruturação de Capital										(25)	(25)		(25)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	5.791.946	-	5.791.946	-	5.791.946
Destinações:													
Reserva Legal	23.c	-	-	289.572	-	-	-	-	(289.572)	-	-	-	-
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(600.000)	-	(600.000)	-	(600.000)
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(600.000)	-	(600.000)	-	(600.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	-	4.301.620	-	-	-	(4.302.374)	-	(754)	-	(754)
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	23.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	173.367	173.367
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.747	5.747
Saldos em 30 de Junho de 2018		**57.000.000**	**97.696**	**2.794.858**	**5.854.284**	**239.657**	**56.572**	**(2.361.413)**	**-**	**(356.891)**	**63.324.763**	**2.075.806**	**65.400.569**
Mutações no Semestre		**-**	**(76.920)**	**289.572**	**4.301.620**	**(790.906)**	**(33.076)**	**342.970**	**-**	**(208.451)**	**3.824.809**	**179.114**	**4.003.923**
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		**57.000.000**	**142.414**	**3.113.606**	**6.509.735**	**1.885.972**	**114.491**	**(3.071.043)**	**-**	**(461.432)**	**65.233.743**	**2.069.929**	**67.303.672**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(801.683)	-	-	(801.683)	-	(801.683)
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(151.848)	(151.848)	-	(151.848)
Resultado de Ações em Tesouraria		-	3.898	-	-	-	-	-	-	-	3.898	-	3.898
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(35.277)	-	-	-	-	-	-	-	(35.277)	-	(35.277)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.445.346	(20.843)	-	-	-	1.424.503	-	1.424.503
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.528)	(1.528)	-	(1.528)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	6.825.174	-	6.825.174	-	6.825.174
Destinações:													
Reserva Legal	23.c	-	-	343.582	-	-	-	-	(343.582)	-	-	-	-
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	-	(2.000.000)	-	(2.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	-	4.528.755	-	-	-	(4.528.755)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	(46.244)	-	3.868	-	46.481	-	4.105	-	4.105
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	23.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	181.163	181.163
Outros		-	-	-	-	-	-	-	682	-	682	(490.969)	(490.287)
Saldos em 30 de Junho de 2019		**57.000.000**	**111.035**	**3.457.188**	**10.992.246**	**3.331.318**	**97.516**	**(3.872.726)**	**-**	**(614.808)**	**70.501.769**	**1.760.123**	**72.261.892**
Mutações no Semestre		**-**	**(31.379)**	**343.582**	**4.482.511**	**1.445.346**	**(16.975)**	**(801.683)**	**-**	**(153.376)**	**5.268.026**	**(309.806)**	**4.958.220**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, crédito consignado, plataformas digitais, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas indicadas na Nota 14 e os fundos de investimentos, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelo Banco Santander na sua gestão.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) [4];
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) [1];
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FI RN Brasil - Financiamento de Veículos) [2];
- Prime 16 - Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) [3];
- Santander FI *Hedge* Strategies Fund (Santander FI *Hedge* Strategies) [4];
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) [5];
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema V - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL V) [6];
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos [7]; e
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado - Não Padronizado [8].

[1] A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. (Nota 14) detém 100% das suas cotas subordinadas.

[2] O Banco RCI Brasil S.A. vende recebíveis (Carteira CDC) ao FI RN Brasil - Financiamento de Veículos. As cotas sêniores têm somente um investidor. O Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das cotas subordinadas.

[3] O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de outubro de 2018, foi aprovada a alteração da denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII para Prime 16 - Fundo de Investimento Imobiliário.

[4] O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI *Hedge* Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI *Hedge* Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI *Hedge* Strategies.

[5] Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2017. Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas há mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros) (Nota 14), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

[6] Este fundo passou a ser consolidado em outubro de 2017 e é controlado indiretamente pela Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (Nota 14).

[7] Este fundo passou a ser consolidado em novembro de 2018 e é controlado através do Banco Bandepe S.A. (Nota 14).

[8] Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2019 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (Nota 14).

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2019, na reunião realizada em 22 de julho de 2019.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* para o período findo em 30 de junho de 2019, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A Resolução CMN nº 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações com finalidade de *hedge* de variação cambial de investimentos no exterior. Referidas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander em 2019. Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e agência no exterior.

Os ativos e passivos das dependências e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação. O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a *hedge* ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de *hedge* contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

I - *hedge* de risco de mercado; e

II - *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

i) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados *pro rata* dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução CMN nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

j) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN nº 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

l.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação - Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

l.2) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

l.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos. Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

m) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

As PMBaC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

n) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 34. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 31) e despesas de pessoal (Nota 27).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

o) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência ; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

p) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17.d).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 20.

q) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 22.h) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.

s) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

t) Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

u) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

v) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação às que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente, relacionados às garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

w) Participação dos Acionistas Minoritários

A participação dos acionistas não controladores (minoritários) é registrada em conta destacada de patrimônio da entidade controladora.

x) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução CMN n° 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular Bacen n° 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2017. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente. As provisões relacionadas a garantias financeiras prestadas antes de 1 de janeiro de 2017 foram registradas em contrapartida na conta do patrimônio líquido, de acordo com a Resolução e Carta Circular mencionadas anteriormente.

y) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco			
	30/06/2019	31/12/2018

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco				
				30/06/2019	30/06/2018
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	**36.099.563**	**769.020**	**-**	**36.868.583**	**33.295.117**
Títulos Públicos	34.729.427	710.569	-	35.439.996	32.523.860
Títulos Privados	1.370.136	58.451	-	1.428.587	771.257
Títulos Disponíveis para Venda	**116.862.993**	**2.613.933**	**3.625.557**	**123.102.483**	**127.213.630**
Títulos Públicos	93.076.731	2.549.638	3.912.558	99.538.927	94.877.696
Títulos Privados	23.786.262	64.295	(287.001)	23.563.556	32.335.934
Títulos Mantidos até o Vencimento	**10.721.117**	**-**	**-**	**10.721.117**	**11.226.746**
Títulos Públicos	10.721.117	-	-	10.721.117	11.226.746
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**163.683.673**	**3.382.953**	**3.625.557**	**170.692.183**	**171.735.493**

	Consolidado				
				30/06/2019	30/06/2018
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	**40.842.986**	**816.255**	**-**	**41.659.241**	**38.670.750**
Títulos Públicos	38.928.790	757.936	-	39.686.726	37.248.781
Títulos Privados	1.914.196	58.319	-	1.972.515	1.421.969
Títulos Disponíveis para Venda	**123.459.195**	**2.613.933**	**3.685.719**	**129.758.847**	**118.706.152**
Títulos Públicos	99.626.721	2.549.638	3.972.622	106.148.981	98.914.751
Títulos Privados	23.832.474	64.295	(286.903)	23.609.866	19.791.401
Títulos Mantidos até o Vencimento	**10.721.117**	**-**	**-**	**10.721.117**	**11.226.746**
Títulos Públicos	10.721.117	-	-	10.721.117	11.226.746
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**175.023.298**	**3.430.188**	**3.685.719**	**182.139.205**	**168.603.648**

II) Títulos para Negociação

	Banco				Consolidado			
			30/06/2019	30/06/2018			30/06/2019	30/06/2018
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Públicos	**34.729.427**	**710.569**	**35.439.996**	**32.523.860**	**38.928.790**	**757.936**	**39.686.726**	**37.248.781**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	887.057	181	887.238	2.213.779	3.194.932	2.049	3.196.981	5.361.292
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.629.001	102.435	15.731.436	5.294.189	15.629.001	102.435	15.731.436	5.294.189
Notas do Tesouro Nacional - NTN	17.875.432	597.728	18.473.160	24.830.479	19.766.920	643.227	20.410.147	26.407.887
Títulos da Dívida Agrária - TDA	108.297	4.409	112.706	147.191	108.297	4.409	112.706	147.191
Títulos da Dívida Externa Brasileira	229.640	5.816	235.456	38.222	229.640	5.816	235.456	38.222
Títulos Privados	**1.370.136**	**58.451**	**1.428.587**	**771.257**	**1.914.196**	**58.319**	**1.972.515**	**1.421.969**
Ações	1	(1)	-	168	142.404	(1)	142.403	473.869
Cotas de Fundos de Investimento	692.562	45.633	738.195	-	1.054.289	45.501	1.099.790	176.405
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	28.167	-	28.167	606
Debêntures	596.071	12.067	608.138	385.606	596.071	12.067	608.138	385.606
Eurobonds	-	-	-	152.819	-	-	-	152.819
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	15.982	17	15.999	26.284	15.982	17	15.999	26.284
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	56.336	736	57.072	123.288	56.336	736	57.072	123.288
Letras Financeiras	9.184	(1)	9.183	28.408	10.813	(1)	10.812	28.408
Letras de Câmbio	-	-	-	-	10.134	-	10.134	-
Notas Promissórias - NP	-	-	-	54.684	-	-	-	54.684
Total	**36.099.563**	**769.020**	**36.868.583**	**33.295.117**	**40.842.986**	**816.255**	**41.659.241**	**38.670.750**

	Banco						
						30/06/2019	
Títulos para Negociação Abertura por Vencimento	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**-**	**3.204.616**	**3.424.671**	**9.154.413**	**19.656.296**	**35.439.996**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	89.345	223.674	574.219	887.238
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	2.930.385	3.234.469	5.136.563	4.430.019	15.731.436
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	257.378	54.416	3.530.221	14.631.145	18.473.160
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	16.853	46.441	28.930	20.482	112.706
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	235.025	431	235.456
Títulos Privados	**738.195**	**2.096**	**5.779**	**14.956**	**667.561**	**1.428.587**
Cotas de Fundos de Investimento	738.195	-	-	-	-	738.195
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	243	-	200	15.556	15.999
Letras Financeiras	-	-	-	2.041	7.142	9.183
Debêntures	-	1.853	5.617	7.399	593.269	608.138
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	162	5.316	51.594	57.072
Total	**738.195**	**3.206.712**	**3.430.450**	**9.169.369**	**20.323.857**	**36.868.583**

	Consolidado					
						30/06/2019
Títulos para Negociação Abertura por Vencimento	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**-**	**3.204.616**	**3.842.282**	**10.384.596**	**22.255.232**	**39.686.726**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	506.956	1.251.008	1.439.017	3.196.981
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	2.930.385	3.234.469	5.136.563	4.430.019	15.731.436
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	257.378	54.416	3.733.070	16.365.283	20.410.147
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	16.853	46.441	28.930	20.482	112.706
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	235.025	431	235.456
Títulos Privados	**1.270.360**	**2.096**	**15.913**	**16.585**	**667.561**	**1.972.515**
Ações	142.403	-	-	-	-	142.403
Cotas de Fundos Imobiliários	28.167	-	-	-	-	28.167
Cotas de Fundo de Investimento	1.099.790	-	-	-	-	1.099.790
Debêntures	-	1.853	5.617	7.399	593.269	608.138
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	162	5.316	51.594	57.072
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	243	-	200	15.556	15.999
Letras Financeiras	-	-	-	3.670	7.142	10.812
Letra de Câmbio	-	-	10.134	-	-	10.134
Total	**1.270.360**	**3.206.712**	**3.858.195**	**10.401.181**	**22.922.793**	**41.659.241**

III) Títulos Disponíveis para Venda

	Banco				
				30/06/2019	30/06/2018
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Públicos	**93.076.731**	**2.549.638**	**3.912.558**	**99.538.927**	**94.877.696**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	891	-	204	1.095	933
Crédito Securitizado	1.048	-	91	1.139	1.738
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.840.620	-	5.660	10.846.280	9.098.873
Letras do Tesouro Nacional - LTN	29.147.345	710.107	179.041	30.036.493	41.894.892
Notas do Tesouro Nacional - NTN	38.908.028	1.839.531	3.702.852	44.450.411	31.316.008
Títulos da Dívida Externa Mexicana	1.938.471	-	57.433	1.995.904	1.898.423
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Global Bonds)	459.710	-	(11)	459.699	817.829
Títulos da Dívida Externa Espanhola	11.780.618	-	(32.712)	11.747.906	9.849.000
Títulos Privados	**23.786.262**	**64.295**	**(287.001)**	**23.563.556**	**32.335.934**
Ações	320	-	(266)	54	42.508
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	23.056	-	-	23.056	29.307
Cotas de Fundos de Investimento	984.287	-	-	984.287	857.189
Cotas de Fundos Imobiliários	343.124	-	-	343.124	417.180
Debêntures	10.082.753	64.295	(485.424)	9.661.624	21.068.658
Eurobonds	2.334.590	-	49.255	2.383.845	-
Notas Promissórias - NP	4.249.589	-	35.703	4.285.292	7.197.953
Letras Financeiras - LF	242.345	-	1.368	243.713	103.348
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	127.200	-	(13.579)	113.621	181.707
Cédula de Produto Rural - CPR	5.398.998	-	125.942	5.524.940	2.438.084
Total	**116.862.993**	**2.613.933**	**3.625.557**	**123.102.483**	**127.213.630**

	Consolidado				
				30/06/2019	30/06/2018
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Públicos	**99.626.721**	**2.549.638**	**3.972.622**	**106.148.981**	**98.914.751**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	891	-	204	1.095	933
Crédito Securitizado	1.048	-	91	1.139	1.738
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.313.121	-	4.675	15.317.796	9.718.112
Letras do Tesouro Nacional - LTN	29.147.345	710.107	179.041	30.036.493	43.282.085
Notas do Tesouro Nacional - NTN	40.985.517	1.839.531	3.763.901	46.588.949	33.346.631
Títulos da Dívida Externa Mexicana	1.938.471	-	57.433	1.995.904	1.898.423
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Global Bonds)	459.710	-	(11)	459.699	817.829
Títulos da Dívida Externa Espanhola	11.780.618	-	(32.712)	11.747.906	9.849.000
Títulos Privados	**23.832.474**	**64.295**	**(286.903)**	**23.609.866**	**19.791.401**
Ações	76.529	-	(266)	76.263	47.856
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	23.056	-	-	23.056	29.307
Cotas de Fundos de Investimento	258.259	-	-	258.259	86.839
Cotas de Fundos Imobiliários	65.685	-	98	65.783	59.523
Debêntures	11.056.223	64.295	(485.424)	10.635.094	9.646.738
Eurobonds	2.334.590	-	49.255	2.383.845	-
Notas Promissórias - NP	4.249.589	-	35.703	4.285.292	7.197.953
Letras Financeiras - LF	242.345	-	1.368	243.713	103.348
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	127.200	-	(13.579)	113.621	181.707
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	46
Cédula de Produto Rural - CPR	5.398.998	-	125.942	5.524.940	2.438.084
Total	**123.459.195**	**2.613.933**	**3.685.719**	**129.758.847**	**118.706.152**

	Banco						
						30/06/2019	
Títulos Disponíveis para Venda Abertura por Vencimento	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**-**	**1.734.448**	**18.265.626**	**27.531.609**	**52.007.244**	**99.538.927**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	1.095	-	1.095
Crédito Securitizado	-	188	354	597	-	1.139
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	3.038.951	7.807.329	10.846.280
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	4.511.703	21.751.520	3.773.270	30.036.493
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	1.274.561	9.759	2.739.446	40.426.645	44.450.411
Títulos da Dívida Externa Mexicana	-	-	1.995.904	-	-	1.995.904
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Global Bonds)	-	459.699	-	-	-	459.699
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	11.747.906	-	-	11.747.906
Títulos Privados	**1.350.521**	**1.476.843**	**5.880.147**	**4.628.128**	**10.227.916**	**23.563.556**
Ações	54	-	-	-	-	54
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	23.056	-	-	-	-	23.056
Cotas de Fundos de Investimento	984.287	-	-	-	-	984.287
Cotas de Fundos Imobiliários	343.124	-	-	-	-	343.124
Debêntures	-	301.427	2.018.496	1.230.321	6.111.379	9.661.624
Eurobonds	-	-	-	-	2.383.845	2.383.845
Notas Promissórias - NP	-	490.163	1.476.337	1.896.102	422.690	4.285.292
Letras Financeiras - LF	-	-	56.057	187.656	-	243.713
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	343	21.761	84.568	6.949	113.621
Cédula de Produto Rural - CPR	-	684.910	2.307.496	1.229.481	1.303.053	5.524.940
Total	**1.350.521**	**3.211.291**	**24.145.773**	**32.159.737**	**62.235.160**	**123.102.483**

	Consolidado					
						30/06/2019
Títulos Disponíveis para Venda Abertura por Vencimento	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**-**	**2.107.876**	**21.423.719**	**28.655.719**	**53.961.667**	**106.148.981**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	1.095	-	1.095
Crédito Securitizado	-	188	354	597	-	1.139
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	373.428	3.158.094	3.918.614	7.867.660	15.317.796
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	4.511.703	21.751.520	3.773.270	30.036.493
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	1.274.561	9.758	2.983.893	42.320.737	46.588.949
Títulos da Dívida Externa Mexicana	-	-	1.995.904	-	-	1.995.904
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Global Bonds)	-	459.699	-	-	-	459.699
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	11.747.906	-	-	11.747.906
Títulos Privados	**423.361**	**1.460.123**	**5.832.734**	**5.961.530**	**9.932.118**	**23.609.866**
Ações	76.263	-	-	-	-	76.263
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	23.056	-	-	-	-	23.056
Cotas de Fundos de Investimento	258.259	-	-	-	-	258.259
Cotas de Fundos Imobiliários	65.783	-	-	-	-	65.783
Debêntures	-	284.707	1.971.084	2.563.723	5.815.580	10.635.094
Eurobonds	-	-	-	-	2.383.845	2.383.845
Notas Promissórias - NP	-	490.163	1.476.337	1.896.102	422.690	4.285.292
Letras Financeiras - LF	-	-	56.057	187.656	-	243.713
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	343	21.761	84.568	6.949	113.621
Cédula de Produto Rural - CPR	-	684.910	2.307.495	1.229.481	1.303.054	5.524.940
Total	**423.361**	**3.567.999**	**27.256.453**	**34.617.249**	**63.893.785**	**129.758.847**

(1) No Banco e no Consolidado, inclui títulos de emissão de sociedade de economia mista no valor de R$7.391 (30/06/2018 - R$37.340) em títulos para negociação e R$307.239 (30/06/2018 - R$1.203.268) em títulos disponíveis para venda.

(2) Esses ativos são mensurados através do valor justo dos Fundos Investidos que deve refletir as condições de mercado no momento de sua mensuração, entendido como a data do reconhecimento inicial, de apresentação das demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas ao mercado, a mensuração do valor justo dos investimentos deve ser estabelecida em bases consistentes e passíveis de verificação. Nos casos em que o administrador do Fundo Investido concluir que o valor justo de uma entidade não seja mensurável de maneira confiável, o valor de custo pode ser utilizado até que seja praticável a mensuração do valor justo em bases confiáveis, devendo o administrador divulgar, em nota explicativa, os motivos que o levaram a concluir que o valor justo não é mensurável de maneira confiável.

(3) Em 31 de dezembro de 2018, a Administração decidiu alterar a classificação entre categorias das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, das carteiras de títulos e valores mobiliários das empresas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.), Banco Bandepe S.A. e Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM). Os títulos foram transferidos da categoria Negociação para Disponíveis para Venda, nos valores de R$739.430, R$14.099 e R$375.488, respectivamente. Tais transferências não impactaram os valores do Consolidado e também não geraram efeito no resultado. A mudança na categoria ocorreu em função de reavaliação do histórico recente de negociação destes ativos.

(4) Em 30 de junho de 2019, a quantidade de 1.140.000 no valor de R$1.344.002 (30/06/2018 - 1.140.000 no valor de R$1.132.281) de Notas do Tesouro Nacional - NTN, estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

	Banco/Consolidado					
						30/06/2019
						Abertura por Vencimento
	Valor do Custo Amortizado/Contábil		De 3 a	De 1 a	Acima de	
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	**30/06/2019**	30/06/2018	**12 Meses**	**3 Anos**	**3 Anos**	**Total**
Títulos Públicos	**10.721.117**	**11.226.746**	**11.559**	**1.351.165**	**9.358.393**	**10.721.117**
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.288.096	3.382.413	11.559	-	3.276.537	3.288.096
Títulos da Dívida Externa Brasileira	7.433.021	7.844.333	-	1.351.165	6.081.856	7.433.021
Total	**10.721.117**	**11.226.746**	**11.559**	**1.351.165**	**9.358.393**	**10.721.117**

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R$11.002.133 (30/06/2018 - R$11.632.961).

Para o período findo em 30 de junho de 2019, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme às correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018	**01/01 a 30/06/2019**	01/01 a 30/06/2018
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	8.967.151	9.228.182	9.640.374	9.164.018
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.984.717	6.418.518	1.725.392	3.865.134
Resultado de Títulos de Renda Variável	62.482	(66.850)	5.297	(165.948)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	66.601	72.663
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	26.614	(77.544)	26.614	(77.544)
Outras (3)	84.421	(485.749)	68.462	(434.630)
Total	**13.125.385**	**15.016.557**	**11.532.740**	**12.423.693**

(1) Inclui despesa de variação cambial no valor de R$797.313 no Banco e no Consolidado (2018 - receita de R$2.602.482 no Banco e R$2.602.482 no Consolidado).

(2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.

(3) Em 30 de junho de 2019, inclui a valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações e em 30 de junho de 2018, inclui despesa de variação cambial no montante de R$478.544 no Banco e no Consolidado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	**30/06/2019**	30/06/2018
Ativo				
Swap - Diferencial a Receber	8.575.101	6.698.722	17.355.645	13.549.906
Prêmios de Opções a Exercer	629.641	1.078.839	772.046	1.222.195
Contratos a Termo e Outros	2.629.384	4.035.648	2.723.979	4.040.864
Total	**11.834.126**	**11.813.209**	**20.851.670**	**18.812.965**
Passivo				
Swap - Diferencial a Pagar	9.843.441	6.861.387	19.072.715	13.844.234
Prêmios de Opções Lançadas	688.412	548.459	771.637	623.923
Contratos a Termo e Outros	2.910.651	3.324.992	2.940.789	3.324.992
Total	**13.442.504**	**10.734.838**	**22.785.141**	**17.793.149**

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	Banco					
			30/06/2019			30/06/2018
			Negociação			Negociação
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor de Mercado
Swap		**(608.713)**	**(1.267.815)**		**307.111**	**(162.665)**
Ativo	**358.190.830**	**234.894.582**	**234.831.632**	**210.469.223**	**103.093.947**	**102.654.471**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	49.111.512	12.031.909	11.869.043	48.981.779	19.256.421	19.304.530
Taxa de Juros Pré - Reais	49.777.207	-	-	41.403.129	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	2.276.551	-	-	4.381.011	-	-
Moeda Estrangeira	256.972.160	222.862.674	222.962.589	115.642.248	83.837.526	83.349.941
Outros	53.400	-	-	61.056	-	-
Passivo	**358.799.543**	**(235.503.296)**	**(236.099.447)**	**210.162.112**	**(102.786.836)**	**(102.817.136)**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	37.079.603	-	-	29.725.358	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	71.994.331	(22.217.123)	(22.926.352)	66.206.170	(24.803.041)	(24.857.948)
Indexados em Índices de Preços e Juros	214.329.593	(212.053.042)	(212.035.529)	81.738.081	(77.357.070)	(77.362.129)
Moeda Estrangeira	34.109.486	-	-	31.804.722	-	-
Outros	1.286.530	(1.233.130)	(1.137.566)	687.781	(626.725)	(597.059)
Opções	**654.397.908**	**(59.738)**	**409**	**129.034.822**	**259.600**	**598.272**
Compromissos de Compra	**308.958.648**	**441.815**	**772.046**	**62.792.353**	**683.614**	**1.222.195**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	9.026.895	179.722	109.355	14.536.976	283.525	505.839
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.028.767	15.612	36.056	7.608.333	144.318	236.220
Opções de Compra Outras	6.404.200	20.217	133.698	2.266.739	25.830	125.391
Mercado Interfinanceiro	4.074.923	20.217	2.690	357.133	4.233	2.051
Outras (2)	2.329.277	-	131.007	1.909.606	21.597	123.340
Opções de Venda Outras	289.498.786	226.265	492.937	38.380.305	229.941	354.745
Mercado Interfinanceiro	288.780.864	226.265	472.870	37.123.696	210.168	277.042
Outras (2)	717.923	-	20.068	1.256.609	19.773	77.703
Compromissos de Venda	**345.439.259**	**(501.554)**	**(771.637)**	**66.242.469**	**(424.014)**	**(623.923)**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	3.758.281	(37.889)	(28.823)	7.804.169	(128.983)	(277.551)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	8.940.257	(212.204)	(179.968)	10.057.893	(198.016)	(123.327)
Opções de Compra Outras	60.745.338	(36.535)	(103.154)	9.821.024	(28.264)	(56.715)
Mercado Interfinanceiro	58.273.758	(30.379)	(23.694)	8.240.327	(4.876)	(4.725)
Outras (2)	2.471.580	(6.156)	(79.460)	1.580.697	(23.388)	(51.990)
Opções de Venda Outras	271.995.383	(214.926)	(459.691)	38.559.383	(68.751)	(166.330)
Mercado Interfinanceiro	271.143.014	(207.731)	(438.819)	37.271.948	(39.724)	(82.806)
Outras (2)	852.369	(7.195)	(20.873)	1.287.435	(29.027)	(83.524)
Contratos de Futuros	**463.019.907**	**-**	**-**	**372.840.333**	**-**	**-**
Posição Comprada	**143.362.887**	**-**	**-**	**131.281.749**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	53.557.624	-	-	33.998.700	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	67.373.882	-	-	94.443.168	-	-
Moeda Estrangeira	21.926.057	-	-	2.023.341	-	-
Índice (3)	494.640	-	-	795.269	-	-
Treasury Bonds/Notes	10.684	-	-	21.271	-	-
Posição Vendida	**319.657.020**	**-**	**-**	**241.558.584**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	191.585.000	-	-	99.219.909	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	93.955.377	-	-	99.020.656	-	-
Moeda Estrangeira	32.834.665	-	-	42.075.318	-	-
Índice (3)	908.679	-	-	36.204	-	-
Treasury Bonds/Notes	373.299	-	-	1.206.497	-	-
Contratos a Termo e Outros	**115.897.646**	**39.675**	**(216.810)**	**73.038.917**	**765.475**	**715.872**
Compromissos de Compra	**48.612.189**	**(235.330)**	**578.783**	**33.446.839**	**1.173.345**	**1.204.185**
Moedas	46.166.247	(241.686)	486.283	32.639.876	1.173.345	1.194.411
Outros	2.445.942	6.356	92.500	806.963	-	9.774
Compromissos de Venda	**67.285.457**	**275.005**	**(795.593)**	**39.592.078**	**(407.870)**	**(488.313)**
Moedas	55.569.503	245.096	(738.824)	38.946.701	(399.910)	(477.426)
Outros	11.715.954	29.909	(56.769)	645.377	(7.960)	(10.887)

	Consolidado					
			30/06/2019			30/06/2018
			Negociação			Negociação
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor de Mercado
Swap		**(397.353)**	**(1.716.545)**	-	**(157.794)**	**(294.328)**
Ativo	**404.888.758**	**253.423.527**	**233.877.763**	**262.999.149**	**125.834.062**	**106.214.927**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	49.027.390	21.253.299	21.768.516	48.108.798	26.163.315	26.229.784
Taxa de Juros Pré - Reais	67.585.921	-	-	59.078.985	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	2.276.551	-	-	4.381.011	-	-
Moeda Estrangeira	285.998.895	232.170.228	212.109.248	151.369.299	99.670.747	79.985.143
Outros	-	-	-	61.056	-	-
Passivo	**405.286.111**	**(253.820.880)**	**(235.594.308)**	**263.156.943**	**(125.991.856)**	**(106.509.255)**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	27.774.091	-	-	21.945.483	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	108.067.228	(40.481.307)	(22.367.813)	107.087.046	(48.008.061)	(28.550.067)
Indexados em Índices de Preços e Juros	214.329.593	(212.053.042)	(212.035.529)	81.738.081	(77.357.070)	(77.362.129)
Moeda Estrangeira	53.828.667	-	-	51.698.552	-	-
Outros	1.286.530	(1.286.530)	(1.190.966)	687.781	(626.725)	(597.059)
Opções	**654.397.908**	**(59.738)**	**409**	**129.034.822**	**259.600**	**598.272**
Compromissos de Compra	**308.958.648**	**441.815**	**772.046**	**62.792.353**	**683.614**	**1.222.195**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	9.026.895	179.722	109.355	14.536.976	283.525	505.839
Opções de

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	Banco				
	Valor Referencial				
				30/06/2019	30/06/2018
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total
Swap	32.971.219	60.086.035	265.133.576	358.190.830	210.469.223
Opções	12.363.532	617.373	635.378.911	648.359.817	125.434.454
Contratos de Futuros	-	-	462.532.893	462.532.893	372.263.377
Contratos a Termo e Outros	39.322.997	69.210.921	7.359.818	115.893.737	73.033.827

	Consolidado				
	Valor Referencial				
				30/06/2019	30/06/2018
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total
Swap	32.971.219	59.701.948	312.215.591	404.888.758	262.999.149
Opções	12.363.532	617.373	641.417.002	654.397.908	129.034.822
Contratos de Futuros	-	-	463.019.907	463.019.907	372.840.333
Contratos a Termo e Outros	39.322.997	69.210.921	7.363.728	115.897.646	73.038.917

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Banco 30/06/2019	Banco 30/06/2018
Ativo					
Swap	23.448.356	236.935.060	97.807.414	358.190.830	210.469.223
Opções	167.864.309	471.628.161	8.867.346	648.359.817	125.434.454
Contratos de Futuros	119.602.057	191.500.916	151.429.921	462.532.893	372.263.377
Contratos a Termo e Outros	59.761.173	31.991.871	24.140.693	115.893.737	73.033.827
	Até 3 Meses	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**Consolidado 30/06/2019**	**Consolidado 30/06/2018**
Passivo					
Swap	51.432.150	253.007.879	100.448.729	404.888.758	262.999.149
Opções	171.189.606	473.957.316	9.250.985	654.397.908	129.034.822
Contratos de Futuros	119.784.419	191.694.019	151.541.469	463.019.907	372.840.333
Contratos a Termo e Outros	59.765.083	31.991.871	24.140.693	115.897.646	73.038.917

V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Banco			
	Valor Referencial			
			30/06/2019	30/06/2018
	Bolsas (1)	Balcão (2)	Total	Total
Swap	239.672.788	118.518.042	358.190.830	210.469.223
Opções	634.384.385	13.975.432	648.359.817	125.434.454
Contratos de Futuros	462.532.893	-	462.532.893	372.263.377
Contratos a Termo e Outros	4.767.039	111.126.697	115.893.737	73.033.827

	Consolidado			
	Valor Referencial			
			30/06/2019	30/06/2018
	Bolsas (1)	Balcão (2)	Total	Total
Swap	239.672.788	165.215.970	404.888.758	262.999.149
Opções	634.384.385	20.013.523	654.397.908	129.034.822
Contratos de Futuros	463.019.907	-	463.019.907	372.840.333
Contratos a Termo e Outros	4.767.039	111.130.607	115.897.646	73.038.917

(1) Inclui valores negociados na B3.
(2) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

VI) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e total *return swaps*, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total *Return Swaps* - TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

***Credit Default Swaps* - CDS**

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	30/06/2019		30/06/2018	
	Valor Nominal Risco Retido - *Swap* de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - *Swap* de Crédito	Valor Nominal Risco Retido - *Swap* de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - *Swap* de Crédito
Swap de Créditos	2.315.920	574.830	-	-
Total	**2.315.920**	**574.830**	**-**	**-**

Valor referente ao prêmio pago sobre CDS pela utilização como garantia (transferência de riscos) no valor de R$525.
O efeito no PLE do risco recebido foi de R$92.637.
Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	30/06/2019	
	Acima de 12 Meses	Total
Potencial Máximo de Pagamentos Futuros - Bruto		
Por Instrumento		
CDS	2.315.920	2.315.920
Total	**2.315.920**	**2.315.920**
Por Classificação de Risco		
Abaixo do Grau de Investimento	2.315.920	2.315.920
Total	**2.315.920**	**2.315.920**
Por Entidade de Referência		
Governo Brasileiro	2.315.920	2.315.920
Total	**2.315.920**	**2.315.920**

VII) *Hedge* Contábil

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de *hedge* contábil foram estabelecidas:

VII.I) *Hedge* de Risco de Mercado

As estratégias de *hedge* de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do *hedge* de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de *swaps* e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado como segue:

• Designa *swaps* de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré - Reais como instrumento derivativo em estruturas de *Hedge Accounting*, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.

• O Banco possui uma carteira ativa de crédito originados em Dólar à taxa fixa na Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa *swap* de Moeda Estrangeira Euro Flutuante versus Dólar Fixos como *hedge* de risco de mercado dos créditos correspondente.

• O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Cayman. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da captação, já expresso em dólar, será corrigido pelo % CDI ou Pré-Fixado. Os ativos serão cobertos com *Swap Cross Currency*, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.

• O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de *hedge accounting*.

• O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de *Hedge Accounting*.

• A Santander Leasing possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F) na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a Entidade contrata *swaps* de juros e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de *Hedge Accounting*. Em *hedge* de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de *hedge* quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

	Banco 30/06/2019					
	Instrumentos de *Hedge*			Objetos de *Hedge*		
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil - ponta passiva	Valor do Ativo	Ajuste a Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de *Swap*	**2.008.083**	**1.892**	**2.009.975**	**2.006.747**	**(4.095)**	**2.002.652**
Hedge de Operações de Crédito	1.467.810	(8.362)	1.459.448	1.368.643	9.234	1.377.877
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	540.273	10.254	550.527	638.104	(13.330)	624.775
Contratos de Futuro	**48.556.780**	**-**	**48.556.780**	**51.086.198**	**2.613.934**	**53.700.132**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	48.556.780	-	48.556.780	51.086.198	2.613.934	53.700.132

	Banco 30/06/2018					
	Instrumentos de *Hedge*			Objetos de *Hedge*		
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil - ponta passiva	Valor do Ativo	Ajuste a Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de *Swap*	**1.829.947**	**109.111**	**1.939.058**	**1.828.876**	**87.285**	**1.916.161**
Hedge de Operações de Crédito	683.112	72.567	755.679	686.410	57.175	743.585
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.146.835	36.544	1.183.379	1.142.466	30.110	1.172.576
Contratos de Futuro	**41.286.091**	**-**	**41.286.091**	**44.130.671**	**(205.941)**	**43.924.730**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	41.286.091	-	41.286.091	44.130.671	(205.941)	43.924.730

	Consolidado 30/06/2019					
	Instrumentos de *Hedge*			Objetos de *Hedge*		
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil - ponta passiva	Valor do Ativo	Ajuste a Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de *Swap*	**3.830.429**	**79.471**	**3.909.900**	**3.844.944**	**57.913**	**3.902.857**
Hedge de Operações de Crédito	1.697.429	5.235	1.702.664	1.610.649	11.144	1.621.793
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.133.000	74.236	2.207.236	2.234.295	46.769	2.281.064
Contratos de Futuro	**48.556.780**	**-**	**48.556.780**	**51.086.198**	**2.613.934**	**53.700.132**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	48.556.780	-	48.556.780	51.086.198	2.613.934	53.700.132

	Consolidado 30/06/2018					
	Instrumentos de *Hedge*			Objetos de *Hedge*		
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil - ponta passiva	Valor do Ativo	Ajuste a Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de *Swap*	**3.908.082**	**140.447**	**4.048.529**	**3.921.249**	**65.014**	**3.986.263**
Hedge de Operações de Crédito	1.152.249	115.180	1.267.429	1.166.387	50.668	1.217.055
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.755.833	25.267	2.781.100	2.754.862	14.346	2.769.208
Contratos de Futuro	**41.286.091**	**-**	**41.286.091**	**44.130.671**	**(205.941)**	**43.924.730**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	41.286.091	-	41.286.091	44.130.671	(205.941)	43.924.730

(*) O Banco possui estratégias de hedge de risco de mercado, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do ajuste diário calculado, registrado em conta de compensação.

VII.II) *Hedge* de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do Banco consistem em *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

• Contrata *swaps* ativos indexados a Dólar fixos e passivos em Reais/Euro flutuante e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos indexados em Reais flutuante e negociados com terceiros por meio da agência em Cayman e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.

• Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

• O Banco possui risco de taxa de juros pós-fixada decorrente da carteira de letras financeiras do tesouro classificadas como disponíveis para venda, que apresentam fluxos de caixa esperados sujeitos às variações do Selic ao longo de sua duração. Para gerenciar estas oscilações, o Banco contrata futuros de DI e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa .

• O Banco possui uma carteira de ativos de crédito emitidos em Dólar à taxa fixa no Balanço da Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa cada swap de Moeda Estrangeira Euro Fixos versus Dólar Fixos como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa.

• O Banco RCI Brasil S.A. possui operações de *hedge* cujo objeto são captações com operações de letras financeiras (LF), letras de câmbio (LC) e Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) e os instrumentos de captação.

Em *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. No primeiro semestre de 2019, não foram registrados resultado referente a parcela inefetiva, em 2018 foram registrados no resultado uma despesa no valor de R$1.415.

	Banco 30/06/2019			
	Instrumentos de *Hedge*			Objetos de *Hedge*
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de *Swap*	**2.307.383**	**(784.955)**	**1.522.428**	**1.459.154**
Hedge de Operações de Crédito	1.254.294	(664.166)	590.128	615.159
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.053.089	(120.789)	932.300	843.995
Contratos de Futuro	**49.164.979**	**-**	**44.961.780**	**20.310.138**
Hedge de Operações de Crédito (1)	44.961.780	-	44.961.780	16.310.320
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	4.203.199	-	-	3.999.819

	Banco 30/06/2018			
	Instrumentos de *Hedge*			Objetos de *Hedge*
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de *Swap*	**1.314.347**	**(80.346)**	**1.234.001**	**1.151.009**
Hedge de Operações de Crédito	254.773	(5.907)	248.866	245.369
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.059.574	(74.439)	985.135	905.640
Contratos de Futuro	**57.157.366**	**-**	**57.157.366**	**27.554.378**
Hedge de Operações de Crédito (1)	51.662.413	-	51.662.413	20.682.847
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.494.953	-	5.494.953	6.871.531

	Consolidado 30/06/2019			
	Instrumentos de *Hedge*			Objetos de *Hedge*
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de *Swap*	**8.063.898**	**(591.517)**	**7.472.381**	**7.639.038**
Hedge de Operações de Crédito	1.632.850	(627.696)	1.005.154	990.189
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.053.089	(120.789)	932.300	843.995
Hedge de Captações	5.377.960	156.967	5.534.927	5.804.854
Contratos de Futuro	**49.164.979**	**-**	**49.164.979**	**20.310.138**
Hedge de Operações de Crédito (1)	44.961.780	-	44.961.780	16.310.320
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	4.203.199	-	4.203.199	3.999.819

	Consolidado 30/06/2018			
	Instrumentos de *Hedge*			Objetos de *Hedge*
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de *Swap*	**5.647.747**	**59.080**	**5.706.827**	**6.399.923**
Hedge de Operações de Crédito	945.755	115.124	1.060.879	1.411.660
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.059.574	(74.439)	985.135	905.640
Hedge de Captações	3.642.418	18.395	3.660.813	4.082.623
Contratos de Futuro	**57.157.366**	**-**	**57.157.366**	**27.554.378**
Hedge de Operações de Crédito (1)	51.662.413	-	51.662.413	20.682.847
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.494.953	-	5.494.953	6.871.531

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.
(1) Valor atualizado dos instrumentos em 30 de junho de 2019 é de R$ 16.708.740 (30/06/2018 - R$21.014.536).

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R$338.479 (30/06/2018 - R$19.523) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R$55.348 a crédito serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

VIII) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.463.115	2.041.129	7.347.563	2.527.710
Letras do Tesouro Nacional - LTN	432.453	3.952.581	432.453	3.950.706
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.872.179	3.651.495	7.883.620	3.843.271
Total	**14.767.747**	**9.645.205**	**15.663.636**	**10.321.687**

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira *banking* consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e *banking*.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2019.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(4.381)	(62.076)	(124.152)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(2.644)	(13.676)	(27.352)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(6.754)	(135)	(269)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(5.724)	(2.358)	(4.717)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(9.284)	(232.099)	(464.198)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(1.064)	(4.601)	(9.201)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(4.600)	(47.395)	(94.790)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(2.214)	(55.344)	(110.687)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(2)	(58)	(116)
Total (1)		**(36.667)**	**(417.742)**	**(835.482)**

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(41.053)	(628.168)	(1.266.290)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(31.226)	(475.414)	(767.524)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(64.912)	(417.220)	(825.183)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(12.351)	(43.011)	(76.047)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(10.383)	(152.491)	(271.313)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(1.976)	(41.372)	(66.303)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(2.442)	(61.044)	(122.087)
Total (1)		**(164.343)**	**(1.818.719)**	**(3.394.747)**

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Operações de Crédito	**193.874.726**	**183.049.635**	**257.577.835**	**238.659.152**
Empréstimos e Títulos Descontados	106.016.050	96.220.136	120.230.480	109.445.467
Financiamentos	39.517.851	40.073.733	89.006.530	82.395.270
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	10.859.591	11.305.201	10.859.591	11.305.201
Financiamentos Imobiliários	37.481.234	35.450.160	37.481.234	35.450.160
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	-	405	-	405
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	-	-	-	62.649
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	2.691.897	2.605.207
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 9) (1)	**6.347.857**	**6.419.824**	**6.347.857**	**6.419.824**
Outros Créditos (2)	**47.703.495**	**39.371.454**	**51.018.361**	**42.845.076**
Total	**247.926.078**	**228.840.913**	**317.635.950**	**290.529.259**

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.
(2) Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o primeiro semestre de 2019, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R$267.716 (30/06/2018 - R$808.224) e estavam representados, substancialmente, por empréstimos e títulos descontados, classificadas no nível de risco F, sendo deste montante R$107.279 com empresa do grupo.

Durante o primeiro semestre de 2019 , foram realizadas cessões de créditos integralmente provisionadas sem coobrigação, no valor de R$ 5.428.775 no Banco e no Consolidado relativas a operações de créditos em prejuízo, sendo deste montante R$2.892.397 com empresa do grupo.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

A partir de agosto de 2016, no Consolidado o saldo referente à carteira de crédito cedida com coobrigação, passou a incluir as operações provenientes do Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA). Em 30 de junho de 2019, o valor presente das operações cedidas do Banco PSA foi liquidado (30/06/2018 - R$62.649).

Em setembro de 2015, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente as operações de *Funded Participation* (*Export)* no montante de R$201.706 com vencimento original em abril de 2019. Em 2018, a cessão de crédito foi liquidada antecipadamente.

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de junho de 2019, o valor presente das operações cedidas é de R$ 85.516 (30/06/2018- R$110.501).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução CMN nº 3.401/2006; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	Banco		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Vencidas	8.073.365	7.074.372	9.050.812	8.472.519
A Vencer:				
Até 3 Meses	51.896.086	69.173.971	63.042.091	79.374.448
De 3 a 12 Meses	54.680.042	54.898.942	74.749.192	74.114.236
Acima de 12 Meses	133.276.585	97.693.628	170.793.855	128.568.056
Total	**247.926.078**	**228.840.913**	**317.635.950**	**290.529.259**

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	3.231.261	3.104.839
Arrendamentos a Receber	-	-	1.989.864	2.079.810
Valores Residuais a Realizar (1)	-	-	1.241.397	1.025.029
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-	-	(1.966.860)	(2.061.781)
Valores Residuais a Balancear	-	-	(1.241.397)	(1.025.029)
Imobilizado de Arrendamento	58.257	58.915	6.661.911	6.630.731
Depreciações Acumuladas	(58.257)	(58.915)	(3.329.835)	(3.408.322)
Superveniências de Depreciações	22.039	22.348	1.250.463	1.289.355
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	-	-	192.150	200.929
Credores por Antecipação de Valor Residual	(22.039)	(22.348)	(2.108.072)	(2.127.776)
Outros Valores e Bens	-	-	2.276	2.261
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	**-**	**-**	**2.691.897**	**2.605.207**

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) no Consolidado é de R$539.364 (30/06/2018- R$499.632).

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Vencidas	-	-	5.533	11.986
A Vencer:				
Até 1 Ano	-	-	2.546.556	1.400.540
De 1 a 5 Anos	-	-	676.627	1.685.614
Acima de 5 Anos	-	-	2.545	6.699
Total	**-**	**-**	**3.231.261**	**3.104.839**

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente

	Banco		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Vencidas	-	-	11.928	11.264
A Vencer:				
Até 1 Ano	-	-	1.217.903	1.295.869
De 1 a 5 Anos	-	-	1.460.194	1.293.769
Acima de 5 Anos	-	-	1.872	4.305
Total	**-**	**-**	**2.691.897**	**2.605.207**

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	**30/06/2019**	30/06/2018
Setor Privado	**247.088.974**	**228.545.911**	**316.798.578**	**290.234.257**
Indústria	50.691.014	55.737.526	51.621.680	57.624.234
Comércio	30.826.867	27.093.737	35.400.807	30.970.431
Instituições Financeiras	1.526.690	1.587.792	1.533.539	1.594.408
Serviços e Outros [1]	30.843.931	33.956.563	34.177.747	37.044.889
Pessoas Físicas	129.969.087	107.104.679	190.813.779	159.880.991
Cartão de Crédito	31.462.075	25.726.706	31.462.075	25.726.706
Crédito Imobiliário	33.961.984	30.330.534	33.961.984	30.330.534
Crédito Consignado	24.219.125	18.368.161	37.949.073	30.802.966
Financiamento e Leasing de Veículos	2.346.083	1.968.549	47.167.964	39.755.459
Outros [2]	37.979.820	30.710.729	40.272.683	33.265.326
Agricultura	3.231.385	3.065.614	3.251.026	3.119.304
Setor Público	**837.103**	**295.002**	**837.372**	**295.002**
Governo Estadual [3]	256.160	267.090	256.160	267.090
Governo Municipal	580.943	27.910	581.212	27.910
Governo Federal	-	2	-	2
Total	**247.926.077**	**228.840.913**	**317.635.950**	**290.529.259**

[1] Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.
[2] Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.
[3] Inclui, principalmente, operações de capital de giro.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

							Banco 30/06/2019
		Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	**% Provisão Mínima Requerida**	**Curso Normal**	**Curso Anormal [1]**	**Total [3]**	**Requerida**	**Adicional [2]**	**Total**
AA	-	103.344.965	-	103.344.965	-	-	-
A	0,5%	70.941.788	-	70.941.788	354.709	183.176	537.885
B	1%	20.163.103	2.211.883	22.374.985	223.750	31.606	255.356
C	3%	21.271.737	2.224.329	23.496.066	704.882	622.091	1.326.973
D	10%	8.606.673	2.193.737	10.800.410	1.080.041	639.249	1.719.290
E	30%	1.980.295	1.529.920	3.510.215	1.053.065	69.760	1.122.825
F	50%	1.694.207	1.665.370	3.359.577	1.679.789	22.366	1.702.155
G	70%	763.832	1.086.149	1.849.981	1.294.987	3.094	1.298.081
H	100%	2.827.073	5.411.783	8.238.856	8.238.856	-	8.238.856
Total		**231.593.673**	**16.323.171**	**247.916.844**	**14.630.077**	**1.571.342**	**16.201.419**

							Banco 30/06/2018
		Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	**% Provisão Mínima Requerida**	**Curso Normal**	**Curso Anormal [1]**	**Total [3]**	**Requerida**	**Adicional [2]**	**Total**
AA	-	86.418.887	-	86.418.887	-	-	-
A	0,5%	85.725.762	-	85.725.762	428.629	314.187	742.816
B	1%	15.862.096	1.722.924	17.585.020	175.850	281.438	457.288
C	3%	9.814.455	1.858.781	11.673.236	350.197	787.055	1.137.252
D	10%	7.651.688	2.185.184	9.836.872	983.687	348.936	1.332.623
E	30%	2.923.066	1.653.167	4.576.233	1.372.870	-	1.372.870
F	50%	1.298.703	1.225.956	2.524.659	1.262.329	-	1.262.329
G	70%	841.486	954.592	1.796.078	1.257.254	-	1.257.254
H	100%	3.673.054	4.973.937	8.646.991	8.646.991	-	8.646.991
Total		**214.209.197**	**14.574.541**	**228.783.738**	**14.477.807**	**1.731.616**	**16.209.423**

							Consolidado 30/06/2019
		Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	**% Provisão Mínima Requerida**	**Curso Normal**	**Curso Anormal [1]**	**Total [3]**	**Requerida**	**Adicional [2]**	**Total**
AA	-	121.617.624	-	121.617.624	-	-	-
A	0,5%	109.957.045	-	109.957.045	549.785	203.546	753.331
B	1%	24.481.920	3.869.120	28.351.040	283.510	31.606	315.116
C	3%	22.622.059	3.661.940	26.283.999	788.520	621.477	1.409.997
D	10%	9.103.742	2.891.298	11.995.040	1.199.504	639.249	1.838.753
E	30%	2.126.177	1.914.429	4.040.607	1.212.182	69.760	1.281.942
F	50%	1.795.200	1.976.856	3.772.056	1.886.028	23.385	1.909.413
G	70%	784.211	1.308.911	2.093.122	1.465.185	3.094	1.468.279
H	100%	2.955.121	6.559.151	9.514.272	9.514.272	-	9.514.272
Total		**295.443.099**	**22.181.705**	**317.624.804**	**16.898.986**	**1.592.117**	**18.491.103**

							Consolidado 30/06/2018
		Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	**% Provisão Mínima Requerida**	**Curso Normal**	**Curso Anormal [1]**	**Total [3]**	**Requerida**	**Adicional [2]**	**Total**
AA	-	102.299.630	-	102.299.630	-	-	-
A	0,5%	120.552.090	-	120.552.090	602.760	335.781	938.541
B	1%	20.086.604	3.241.510	23.328.114	233.281	281.438	514.719
C	3%	10.932.312	3.189.419	14.121.731	423.652	787.055	1.210.707
D	10%	7.863.066	2.740.953	10.604.019	1.060.402	349.383	1.409.785
E	30%	3.008.634	1.952.151	4.960.785	1.488.236	-	1.488.236
F	50%	1.444.382	1.514.663	2.959.045	1.479.523	-	1.479.523
G	70%	851.230	1.144.200	1.995.430	1.396.801	-	1.396.801
H	100%	3.754.703	5.903.044	9.657.747	9.657.747	-	9.657.747
Total		**270.792.651**	**19.685.940**	**290.478.591**	**16.342.402**	**1.753.657**	**18.096.059**

[1] Inclui parcelas vincendas e vencidas.
[2] A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.
[3] O total da carteira de créditos inclui o valor de R$9.234 (30/06/2018- R$57.175) no Banco e R$11.144 (30/06/2018- R$50.667) no Consolidado, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos (Nota 6.b.VI.a).

f) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018	**01/01 a 30/06/2019**	01/01 a 30/06/2018
Saldo Inicial	**16.734.154**	**15.867.217**	**18.789.123**	**17.461.974**
Constituições Líquidas das Reversões	5.202.029	5.473.887	6.358.594	6.490.460
Baixas	(5.734.764)	(5.131.681)	(6.656.614)	(5.856.375)
Saldo Final	**16.201.419**	**16.209.423**	**18.491.103**	**18.096.059**
Créditos Recuperados [1]	**974.926**	**988.719**	**1.035.810**	**1.129.176**

[1] Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R$134.596 (2018 - R$34.564) no Banco e R$134.596(2018 - R$34.564) no Consolidado.

g) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	**30/06/2019**	30/06/2018
Créditos Renegociados	13.888.321	13.097.972	15.602.623	13.822.499
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.897.738)	(7.618.519)	(8.317.214)	(7.835.389)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	56,9%	58,2%	53,3%	56,7%

h) Concentração de Crédito

	Consolidado			
	30/06/2019		30/06/2018	
Carteira de Crédito com Avais e Fianças [1], Títulos e Valores Mobiliários [2] e Instrumentos Financeiros Derivativos [3]	**Risco**	**%**	**Risco**	**%**
Maior Devedor	4.081.365	1,0%	5.410.538	1,4%
10 Maiores	28.951.483	7,0%	29.255.268	7,8%
20 Maiores	46.443.006	11,3%	45.682.132	12,1%
50 Maiores	74.448.050	18,1%	73.092.263	19,4%
100 Maiores	96.409.966	23,5%	96.580.776	25,7%

[1] Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.
[2] Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.
[3] Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	75.857.440	28.487.772
Câmbio Comprado a Liquidar	52.320.981	37.620.816
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(4.256.505)	(294.762)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	111.591	115.876
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	60.996	6.089
Total	**124.094.503**	**65.935.791**
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	80.816.694	35.670.665
Obrigações por Compra de Câmbio	47.033.370	29.601.915
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(6.347.857)	(6.419.824)
Outros	96	104
Total	**121.502.303**	**58.852.860**
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	1.308.234	1.376.467
Créditos de Exportação Confirmados	397.698	833.400

10. Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	**30/06/2019**	30/06/2018
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	173.758	109.284	413.093	109.897
Caixas de Registro e Liquidação	4.769	-	4.772	77.499
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	1.993	-	3.238.068	441.152
Bolsas - Depósitos em Garantia	188.773	54.692	188.773	54.692
Outros [1]	850.946	318.500	850.945	318.501
Total	**1.220.239**	**482.476**	**4.695.651**	**1.001.741**
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	346.650	682.784	3.644.181	703.594
Credores - Conta Liquidações Pendentes	13.868	4.392	366.275	983.938
Credores por Empréstimos de Ações	-	441	-	441
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	55.168	2.729
Comissões e Corretagens a Pagar	1.613	1.403	2.746	3.405
Outros	14.012	24.561	14.019	24.564
Total	**376.143**	**713.581**	**4.082.389**	**1.718.671**

[1] Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

11. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

					Banco
	Saldo em 31/12/2018	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 30/06/2019**	Saldo em 30/06/2018
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.717.258	1.998.149	(1.788.162)	11.927.245	11.024.653
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.359.671	237.169	(241.719)	1.355.121	1.092.200
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.191.066	166.380	(19.869)	1.337.577	1.391.323
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.867.983	347.105	(350.553)	1.864.535	1.789.907
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos [1]	2.459.145	2.536.369	(2.391.539)	2.603.975	1.591.788
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "*Hedges*" de Fluxo de Caixa [1]	383.413	93.225	-	476.638	525.603
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria [2]	1.109.912	565.551	(14.511)	1.660.952	856.615
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	410.087	338.012	(410.873)	337.226	326.441
Outras Provisões Temporárias [3]	3.053.048	-	(334.468)	2.718.580	3.169.116
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	**23.551.583**	**6.281.960**	**(5.551.694)**	**24.281.849**	**21.767.646**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	478.528	-	(478.528)	-	3.007.988
Contribuição Social - MP 2.158/2001	417.464	-	(55.331)	362.133	423.730
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	**24.447.575**	**6.281.960**	**(6.085.553)**	**24.643.982**	**25.199.364**

					Consolidado
	Saldo em 31/12/2018	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 30/06/2019**	Saldo em 30/06/2018
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.146.128	2.502.437	(2.082.136)	13.566.429	12.383.256
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.470.536	288.165	(286.940)	1.471.761	1.218.833
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.994.094	187.252	(45.592)	2.135.754	2.349.037
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.994.195	370.046	(359.217)	2.005.024	1.919.783
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos [1]	2.461.985	2.536.533	(2.376.733)	2.621.785	1.600.386
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "*Hedges*" de Fluxo de Caixa [1]	427.108	113.987	(4.012)	537.083	561.513
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria [2]	1.119.330	570.705	(14.511)	1.675.524	861.634
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	452.046	369.478	(452.135)	369.389	350.612
Outras Provisões Temporárias [3]	3.252.458	84.118	(384.623)	2.951.953	3.543.050
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	**26.317.880**	**7.022.721**	**(6.005.899)**	**27.334.702**	**24.788.104**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	928.752	125.514	(527.003)	527.263	3.349.795
Contribuição Social - MP 2.158/2001	417.463	-	(55.330)	362.133	423.729
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	**27.664.095**	**7.148.235**	**(6.588.232)**	**28.224.098**	**28.561.628**

[1] Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.
[2] Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.n.
[3] Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

Em 30 de junho de 2019, os créditos tributários não ativados totalizaram R$256.115 (30/06/2018 - R$14.077) no Banco e R$279.856 (30/06/2018 - R$14.077) no Consolidado, com expectativa de realização acima de 10 anos.
O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN nº 4.441/2015.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

						Banco 30/06/2019
		Diferenças Temporárias		Prejuízos Fiscais - Base Negativa		
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**PIS/Cofins**		**CSLL 18%**	**Total Registrados**
2019	1.973.105	1.190.315	44.385	-	226.199	3.434.004
2020	4.199.287	2.532.508	88.770	-	135.934	6.956.499
2021	4.490.694	2.651.995	88.770	-	-	7.231.459
2022	2.214.408	1.330.388	49.294	-	-	3.594.090
2023	514.774	312.869	9.816	-	-	837.459
2024 a 2026	1.076.142	651.615	29.448	-	-	1.757.205
2027 a 2029	491.887	316.840	24.539	-	-	833.266
Total	**14.960.297**	**8.986.530**	**335.022**	**-**	**362.133**	**24.643.982**

						Consolidado 30/06/2019
		Diferenças Temporárias		Prejuízos Fiscais - Base Negativa		
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**PIS/Cofins**		**CSLL 18%**	**Total Registrados**
2019	2.262.909	1.356.251	45.168	142.282	226.199	4.032.809
2020	4.684.751	2.807.790	90.335	105.484	135.934	7.824.294
2021	4.884.937	2.885.884	90.313	76.360	-	7.937.494
2022	2.441.943	1.465.505	50.814	62.691	-	4.020.953
2023	1.012.857	586.484	11.338	11.692	-	1.622.371
2024 a 2026	1.096.893	662.451	30.741	113.412	-	1.903.497
2027 a 2029	515.341	326.923	25.074	15.342	-	882.680
Total	**16.899.631**	**10.091.288**	**343.783**	**527.263**	**362.133**	**28.224.098**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R$22.155.321 (30/06/2018 - R$21.450.480) no Banco e R$25.355.104, (30/06/2018 - R$24.222.721) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	**30/06/2019**	30/06/2018
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)				
Cartões de Crédito	25.212.497	20.971.033	25.336.720	21.134.949
Direitos Creditórios [1]	21.581.152	17.440.054	24.771.794	20.749.760
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	4.984.206	5.114.935	6.880.338	7.464.336
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	2.429.035	1.781.500	2.574.218	1.880.588
Outros - Cíveis	1.209.814	1.132.364	1.470.349	1.300.717
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 22.i)	102.758	631.435	102.758	713.519
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	3.579.852	4.007.318	4.599.757	5.046.892
Créditos a Receber - Serviços Adquirente	-	53.453	-	17.397
Pagamentos a Ressarcir	182.417	179.502	207.941	211.377
Adiantamentos Salariais/Outros	215.852	200.625	480.046	272.038
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 34)	311.969	161.840	378.510	206.965
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	500.777	353.922	500.777	353.922
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	32.309	22.338	14.644	2.613
Outros	1.484.977	937.290	2.648.816	1.917.242
Total	**61.827.615**	**52.987.609**	**69.966.668**	**61.272.315**

[1] Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, composta por operações de *"Confirming"* com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perda de créditos de liquidação duvidosa por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.

13. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

Dependências:

Agência Grand Cayman (Agência de Cayman)

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Agência de Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade *offshore* que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças de Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da Agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

Subsidiária:

O Banco Santander detém uma subsidiária na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade *offshore* que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

As posições financeiras resumidas das dependências e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

	Agência Grand Cayman [3]		Agência de Luxemburgo(3)		Santander Brasil EFC (3)	
	30/06/2019	30/06/2018	**30/06/2019**	30/06/2018	**30/06/2019**	30/06/2018
Ativo	**108.808.413**	**89.995.075**	**14.328.203**	**7.092.248**	**3.561.525**	**3.592.221**
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	**108.808.413**	**89.995.075**	**14.327.897**	**7.092.248**	**3.561.525**	**3.592.221**
Disponibilidades	7.263.557	4.247.638	122.469	13.984	65.137	352.281
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.160.861	8.350.117	1.260.548	5.043.651	2.397.285	1.260.896
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	62.256.439	45.143.556	752.605	37.553	34.070	61.531
Operações de Crédito [1]	12.659.492	21.810.997	11.992.668	1.693.654	738.827	1.857.046
Carteira de Câmbio	7.008.608	8.990.345	156.752	-	-	-
Outros	2.459.456	1.452.422	42.855	303.406	326.206	60.467
Ativo Permanente	**-**	**-**	**306**	**-**	**-**	**-**
Passivo	**108.808.413**	**89.995.075**	**14.328.203**	**7.092.248**	**3.561.525**	**3.592.221**
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	**57.314.225**	**47.068.029**	**10.233.873**	**3.224.879**	**129.362**	**102.905**
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	11.356.130	7.545.418	1.286.884	2.130.574	28.637	40.562
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.274.639	4.908.970	881.694	-	-	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	9.673.047	22.803.647	7.712.219	1.092.760	-	
Obrigações por Empréstimos [2]	17.450.755	8.907.618	156.332	-	-	-
Carteira de Câmbio	7.010.673	-				
Outros	5.548.981	2.902.376	196.744	1.545	100.725	62.343
Resultados de Exercícios Futuros	**117**	**123**	**-**	**-**	**8.959**	**14.317**
Patrimônio Líquido	**51.494.071**	**42.926.923**	**4.094.330**	**3.867.369**	**3.423.204**	**3.474.999**
	01/01 a 30/06/2019	**01/01 a 30/06/2018**	**01/01 a 30/06/2019**	**01/01 a 30/06/2018**	**01/01 a 30/06/2019**	**01/01 a 30/06/2018**
Resultado do Período	**1.248.289**	**1.201.125**	**125.115**	**11.886**	**3.059**	**40.282**

[1] Refere-se, principalmente, a operações de empréstimos e de financiamento à exportação.
[2] Obrigações por empréstimos no exterior referentes às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.
[3] A moeda funcional é o Real (Nota 3.b).

14. Participações em Coligadas e Controladas

a) Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas, Participação Direta e Indireta

					30/06/2019
		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)			
Investimentos	**Atividade**	**Ações Ordinárias e Cotas**	**Ações Preferenciais**	**Participação Direta**	**Participação Consolidado**
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	11.043.798	-	78,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio) [1]	Consórcio	174.886	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. [2]	Banco	3.589	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI) [3]	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
Santander CCVM [4]	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Outras Atividades	7.184	-	100,00%	100,00%
Getnet S.A. [5]	Instituição de Pagamento	69.565	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) [6]	Holding	17.114.176	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros) [7]	Recuperação de Créditos Inadimplidos	692.834	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A. [8]	Holding	283.781	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação social da Produban Serviços de Informática S.A.) [9]	Tecnologia	45.371	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A. [10]	Outras Atividades	7.417	-	94,60%	94,60%
BEN Benefícios e Serviços S.A. (BEN Benefícios) [11]	Outras Atividades	45.001	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A. [12]	Outras Atividades	10.001	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (Super Pagamentos)	Instituição de Pagamento	90.724	-	-	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) [13]	Banco	261.359	-	-	60,00%
Banco PSA	Banco	105	-	-	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (atual denominação social da BHJV Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda.) [14]	Banco	150.000	-	-	50,00%
Controlada da Santander Leasing					
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (atual denominação social da Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A.) (PI DTVM) [15]	Distribuidora	182	-	-	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence Previdência S.A. [16]	Previdência	25.578.184	-	-	100,00%
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.					
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.) [17]	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	140	-	-	70,00%
Controlada da Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)					
Return Gestão de Recursos S.A. (atual denominação social da Gestora de Investimentos Ipanema S.A.) [17]	Gestora de Recursos	11	-	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) [18]	Securitização	4	-	9,72%	9,72%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) [19]	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito) [20]	Birô de Crédito	3.560	3.560	20,00%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos Ltda. [21]	Outras Atividades	255	-	25,32%	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A. [22]	Outras Atividades	366.182.676	-	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras Atividades	743.944	-	-	19,81%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros) [23]	Corretora de Seguros	450	-	-	50,00%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A. [24]	Outras Atividades	7.500	-	-	50,00%
Controladas da Getnet S.A.					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras Atividades	3.865	-	-	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda. (Integry Tecnologia)	Outras Atividades	76.276	-	-	99,99%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras Atividades	6.050	-	-	100,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop) [25]	Outras Atividades	23.243	-	-	51,00%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	530.301	-	-	19,81%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	517.505	-	-	19,81%
Controladas do Olé Consignado					
BPV Promotora de Vendas e Cobrança

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Valor dos Investimentos

	Banco					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
		01/01 a			01/01 a	01/01 a
	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing	5.739.409	3.066	4.509.684	4.475.950	2.409	202.030
Banco Bandepe S.A.	4.185.552	146.169	4.185.552	3.133.162	146.169	136.031
Santander Brasil EFC	3.423.205	3.059	3.423.205	3.474.999	3.059	40.282
Santander Corretora de Seguros	2.765.632	203.540	2.765.632	2.398.242	203.540	206.391
Aymoré CFI	2.098.743	617.715	2.098.743	1.716.460	617.715	270.992
Getnet S.A.	2.466.215	301.099	2.466.215	1.790.414	297.138	204.306
Ágio na Aquisição de Participação Residual da Getnet S.A. [5]	-	-	1.139.372	-	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	1.223.373	93.455	488.015	466.715	37.280	39.443
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	762.529	17.641	762.295	254.534	17.659	5.915
Santander CCVM	638.406	41.796	638.406	593.081	41.795	63.168
Sancap	636.753	113.341	636.753	432.553	113.260	57.712
Santander Brasil Consórcio	368.725	96.622	368.725	239.757	96.622	65.443
Outros	1.139.700	20.497	738.455	391.355	32.401	(3.584)
Total			**24.221.052**	**19.367.222**	**1.609.047**	**1.288.129**

	Consolidado					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
		01/01 a			01/01 a	01/01 a
	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
TecBan	432.684	20.480	85.715	86.833	4.057	(1.752)
Gestora de Crédito	277.208	(18.280)	55.442	25.823	(3.656)	(3.690)
Webmotors S.A.	176.911	28.419	123.838	101.762	19.892	13.894
Norchem Holdings	96.362	1.302	20.959	20.668	283	320
Cibrasec	74.628	767	7.254	7.212	75	107
Norchem Participações	41.391	1.180	20.696	25.614	590	628
EBP	33.723	506	3.747	3.639	56	(1.069)
Santander Auto	15.243	177	7.620	-	89	-
PSA Corretora	1.530	458	765	1.022	229	281
Outras [26]			5.265	5.264	105	280
Total			**331.301**	**277.837**	**21.720**	**8.999**

[1] Em AGE realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$79.537 passando de R$95.349 para R$174.886 dividido em 174.885.602 quotas, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada.

[2] Em AGE realizada em 7 de dezembro de 2018, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$2.000.000, passando de R$2.787.689 para R$4.787.689, mediante a emissão de 1.405.667 (um milhão, quatrocentas e cinco mil, seiscentas e sessenta e sete) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O acionista Banco Santander subscreveu a totalidade das novas ações emitidas e integralizou as ações correspondentes a 50% do aumento do capital social, sendo que as ações subscritas e pendentes de integralização serão realizadas no prazo de um ano a contar da data de aprovação do aumento do capital social pelo Bacen.

[3] Em AGE realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$137.880 passando de R$726.561 para R$864.441 sem a emissão de novas ações.

[4] Em AGE realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$1.689 passando de R$296.000 para R$297.689 sem a emissão de novas ações.

[5] Em 25 de fevereiro de 2019, o Banco Santander adquiriu a totalidade das ações dos Minoritários da Getnet S.A., correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., conforme "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A.", com aprovação pelo Bacen em 18 de fevereiro de 2019 (Nota 36.c).

[6] Em AGE realizada em 02 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$200.000 passando de R$347.135 para R$547.135 representado por 17.114.176.389 (dezessete bilhões, cento e quatorze milhões, cento e setenta e seis mil e trezentas e oitenta e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

[7] Na AGE realizada em 23 de março de 2018, foi aprovado aumento de capital social no valor de R$150.000, mediante a emissão de 145.419.292 (cento e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e dezenove mil e duzentos e noventa e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$120.000 para R$270.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelo acionista Banco Santander. Ainda, a AGE deliberou a mudança da denominação social da Sociedade para Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. Na AGE realizada em 31 de janeiro de 2019, foi aprovado aumento de capital social no valor de R$100.000, mediante a emissão de 92.174.394 (noventa e dois milhões, cento e setenta e quatro mil, trezentas e noventa e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$270.000 para R$370.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelo acionista Banco Santander. Em AGE realizada em 25 de junho de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$375.000 passando de R$370.000 para R$745.000 mediante a emissão de 335.240.479 (trezentas e trinta e cinco milhões, duzentas e quarenta mil, quatrocentas e setenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

[8] Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos. A conclusão da operação está sujeita à implementação de condições precedentes usuais a esse tipo de transação, inclusive a prévia autorização pelo BACEN. (Nota 36.a). Em AGE realizada em 18 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$86.000 passando de R$24.500 para R$110.500 mediante a emissão de 108.271.434 (cento e oito milhões, duzentos e setenta e um mil, quatrocentos e trinta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE realizada em 30 de maio de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$119.162 passando de R$110.500 para R$229.662 mediante a emissão de 151.009.682 (cento e cinquenta e um milhões, nove mil, seiscentas e oitenta e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$0,7891 por ação.

[9] Sociedade adquirida em 28 de fevereiro de 2018, nesta mesma data a Produban Serviços de Informática S.A. teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. (Nota 36.g). Em AGE realizada no dia 19 de março de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Santander Brasil Tecnologia S.A. no valor de R$4.000, mediante a capitalização da reserva para equalização de dividendos, sem modificação do número de ações, passando o capital social do valor de R$91.048 para R$95.048, representado por 45.371.225 (quarenta e cinco milhões, trezentas e setenta e uma mil, duzentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

[10] Investimento transferido da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda em junho de 2018.

[11] Sociedade constituída em 11 de junho de 2018 (Nota 36.f). Em AGE realizada em 27 de março de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$49.999, passando de R$45.001 para R$90.000, mediante a emissão de 44.999.000 (quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O acionista Banco Santander subscreveu a totalidade das novas ações emitidas e integralizou as ações correspondentes a 100% do aumento do capital social.

[12] Sociedade constituída em 14 de agosto de 2018 com início de suas atividades em novembro de 2018 (Nota 36.d).

[13] Em AGE de 9 de fevereiro de 2018, os acionistas do Olé Consignado, aprovaram o aumento de capital social no valor de R$120.000, passando de R$400.000 para R$520.000, mediante a emissão de 57.089.392 (cinquenta e sete milhões, oitenta e nove mil e trezentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas na data da AGE, na proporção de suas respectivas participações no capital social. O aumento do capital social foi aprovado pelo Bacen em 15 de março de 2018.

[14] A Sociedade pré-operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., foi constituída em 11 de abril de 2018 e transformada no Banco Hyundai Capital Brasil S.A. em 13 de dezembro de 2018. A Aymoré CFI, subsidiária integral do Banco Santander, detém o controle operacional efetivo da sociedade (Nota 36.k). Na AGE realizada em 19 de fevereiro de 2019, foi aprovado aumento de capital social no valor de R$200.000, mediante a emissão de 200.000.000 (duzentos milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$100.000 para R$300.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelos acionistas Aymoré Financiamentos CFI no montante de R$100.000 e Hyundai Capital Services Inc. no montante de R$100.000.

[15] Em AGE realizada em 3 de maio de 2018, os acionistas da Sociedade aprovaram sua transformação para uma companhia distribuidora de títulos e valores mobiliários, e a alteração de sua denominação social para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de transformação foi aprovado pelo Bacen em 21 de novembro de 2018. Em AGE realizada em 17 de dezembro de 2018, a SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. aprovou a alteração de sua denominação social para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 22 de janeiro de 2019 (Nota 36.k).

[16] Em AGE realizada em 02 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$200.000 passando de R$250.000 para R$450.000 mediante a emissão de 12.987.012.987 (doze bilhões, novecentas e oitenta e sete milhões, doze mil e novecentas e oitenta e sete) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

[17] Em AGE realizada em 12 de julho de 2018, foi aprovada a alteração da denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A. para Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. Em AGE realizada em 12 de julho de 2018, foi aprovada a alteração da denominação social da Gestora de Investimentos Ipanema S.A. para Return Gestão de Recursos S.A.

[18] O Banco possui participação inferior a 20%, não havendo bloco de controle na Cibrasec, sendo as decisões tomadas em conjunto pelos acionistas.

[19] Conforme previsto no seu Estatuto Social, a EBP foi constituída com a missão de realizar projetos que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e social brasileiro pelo período de 10 anos. A EBP deixou de exercer suas atividades em 2018. A dissolução de pleno direito e a liquidação da EBP foram deliberadas na AGE realizada no dia 29 de janeiro de 2018. A Sociedade está em processo de liquidação.

[20] Sociedade constituída em 14 de abril de 2017 que se encontra em fase pré-operacional. Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado entre a totalidade de seus acionistas que detém 20% do seu capital social cada (Nota 36.i).

[21] Participação oriunda de recuperação de crédito do Banco Comercial e de Investimentos Sudameris S.A., incorporado em 2009 pelo Banco ABN AMRO Real S.A., que no mesmo ano foi incorporado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., atualmente sócia da Campo Grande Empreendimentos Ltda. Os sócios estão conduzindo os procedimentos para extinção da Sociedade, que depende da venda de um imóvel. Uma vez vendido, os sócios procederão a liquidação da Sociedade com a devida apuração de haveres.

[22] Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado entre Santander Corretora de Seguros e Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).

[23] Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.

[24] Sociedade seguradora constituída em 9 de outubro de 2018, mediante transformação do veículo societário L.G.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Sancap e a HDI Seguros S.A. (Nota 36.h).

[25] Investimento adquirido em 25 de setembro de 2018 (Nota 36.e).

[26] Composto, principalmente, pela parcela de ágio alocada na Webmotors.

15. Imobilizado de Uso

	Banco			
			30/06/2019	30/06/2018
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	**2.466.848**	**(763.313)**	**1.703.535**	**1.784.125**
Terrenos	653.065	-	653.065	655.869
Edificações	1.813.783	(763.313)	1.050.470	1.128.256
Outras Imobilizações de Uso	**13.122.924**	**(8.831.547)**	**4.291.377**	**3.877.252**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.153.595	(2.226.846)	1.926.749	1.507.528
Sistemas de Processamento de Dados	3.627.411	(3.166.319)	461.092	355.823
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.013.373	(2.593.183)	1.420.190	1.489.098
Sistemas de Segurança e Comunicações	822.135	(585.806)	236.329	260.073
Outras	506.410	(259.393)	247.017	264.730
Total	**15.589.772**	**(9.594.860)**	**5.994.912**	**5.661.377**

	Consolidado			
			30/06/2019	30/06/2018
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	**2.752.408**	**(794.156)**	**1.958.252**	**1.958.922**
Terrenos	720.469	-	720.469	689.254
Edificações	2.031.939	(794.156)	1.237.783	1.269.668
Outras Imobilizações de Uso	**14.532.842**	**(9.684.345)**	**4.848.497**	**4.386.599**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.275.058	(2.250.495)	2.024.563	1.606.971
Sistemas de Processamento de Dados	3.868.829	(3.279.135)	589.694	484.838
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.087.529	(2.645.029)	1.442.500	1.509.027
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.789.653	(1.248.029)	541.624	520.937
Outras	511.773	(261.657)	250.116	264.826
Total	**17.285.250**	**(10.478.501)**	**6.806.749**	**6.345.521**

16. Intangível

	Banco			
			30/06/2019	30/06/2018
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	**26.419.016**	**(26.161.286)**	**257.730**	**309.217**
Outros Ativos Intangíveis	**9.786.888**	**(6.485.174)**	**3.301.714**	**2.980.950**
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	6.374.090	(4.938.564)	1.435.526	1.203.692
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.091.378	(1.266.680)	1.824.698	1.724.651
Outros	321.420	(279.930)	41.490	52.607
Total	**36.205.904**	**(32.646.460)**	**3.559.444**	**3.290.167**

	Consolidado			
			30/06/2019	30/06/2018
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	**29.106.874**	**(27.317.985)**	**1.788.889**	**937.218**
Outros Ativos Intangíveis	**10.507.444**	**(6.915.584)**	**3.591.860**	**3.189.341**
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	6.952.253	(5.282.427)	1.669.826	1.390.350
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.091.378	(1.266.680)	1.824.698	1.724.651
Outros	463.813	(366.477)	97.336	74.340
Total	**39.614.318**	**(34.233.569)**	**5.380.749**	**4.126.559**

17. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses
a) Depósitos

	Banco					
					30/06/2019	30/06/2018
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	20.702.993	-	-	-	20.702.993	17.280.179
Depósitos de Poupança	46.574.515	-	-	-	46.574.515	42.570.994
Depósitos Interfinanceiros	-	2.473.163	2.780.343	302.100	5.555.606	7.321.155
Depósitos a Prazo [1]	83.253	52.201.663	81.859.730	65.032.755	199.177.401	179.778.220
Total	**67.360.761**	**54.674.826**	**84.640.073**	**65.334.855**	**272.010.515**	**246.950.548**

	Consolidado					
					30/06/2019	30/06/2018
Sem Vencimento	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**Total**	**Total**	
Depósitos à Vista	20.521.469	-	-	-	20.521.469	17.369.253
Depósitos de Poupança	46.574.515	-	-	-	46.574.515	42.570.994
Depósitos Interfinanceiros	-	1.735.015	1.234.654	882.801	3.852.470	4.198.886
Depósitos a Prazo [1]	83.253	52.227.793	81.587.871	63.401.919	197.300.837	177.610.670
Outros Depósitos	6.228	-	-	-	6.228	4.283
Total	**67.185.465**	**53.962.808**	**82.822.525**	**64.284.720**	**268.255.518**	**241.754.086**

[1] Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

b) Captações no Mercado Aberto

	Banco				
				30/06/2019	30/06/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	74.509.051	175.892	111.530	74.796.473	111.419.674
Títulos Públicos	67.815.894	38.846	87.395	67.942.135	94.791.845
Títulos de Emissão Própria	11.833	130.223	15.891	157.947	10.415.923
Outros	6.681.324	6.823	8.244	6.696.391	6.211.906
Carteira de Terceiros	7.001.131	-	-	7.001.131	17.274.900
Carteira de Livre Movimentação	4.511.857	2.682.860	18.384.717	25.579.434	19.881.585
Total	**86.022.039**	**2.858.752**	**18.496.247**	**107.377.038**	**148.576.159**

	Consolidado				
				30/06/2019	30/06/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	69.735.146	175.891	24.247	69.935.284	100.998.296
Títulos Públicos	63.041.989	38.846	111	63.080.946	84.370.468
Títulos de Emissão Própria	11.833	130.223	15.891	157.947	10.415.923
Outros	6.681.324	6.822	8.245	6.696.391	6.211.905
Carteira de Terceiros	7.001.131	-	-	7.001.131	12.274.957
Carteira de Livre Movimentação	4.511.857	2.682.860	18.384.717	25.579.434	19.881.585
Total	**81.248.134**	**2.858.752**	**18.408.964**	**102.515.849**	**133.154.838**

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Banco				
				30/06/2019	30/06/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	**6.726.894**	**33.925.001**	**32.905.217**	**73.557.112**	**65.050.033**
Letras de Crédito Imobiliário - LCI [1]	4.215.444	8.394.811	15.659.460	28.269.715	26.019.014
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	2.428.518	9.469.046	2.370.945	14.268.509	11.332.754
Letras Financeiras - LF [2]	82.932	16.061.144	13.790.158	29.934.234	27.698.265
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG [3]	-	-	1.084.654	1.084.654	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	**516.872**	**2.836.593**	**3.803.891**	**7.157.356**	**5.079.029**
Eurobonds	516.872	2.836.593	3.803.891	7.157.356	5.079.029
Certificados de Operações Estruturadas	**322.914**	**816.792**	**1.890.214**	**3.029.920**	**2.252.545**
Total	**7.566.680**	**37.578.386**	**38.599.322**	**83.744.388**	**72.381.607**

	Consolidado				
				30/06/2019	30/06/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais	**190.922**	**480.756**	**834.422**	**1.506.100**	**1.266.039**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	**7.050.703**	**35.163.127**	**35.014.834**	**77.228.664**	**68.447.499**
Letras de Crédito Imobiliário - LCI [1]	4.215.444	8.394.811	15.659.460	28.269.715	26.019.014
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	2.428.518	9.469.046	2.370.944	14.268.508	11.332.754
Letras Financeiras - LF [2]	406.741	17.299.270	15.899.775	33.605.786	31.095.731
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG [3]	-	-	1.084.655	1.084.655	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	**516.872**	**2.802.963**	**3.062.664**	**6.382.499**	**5.079.029**
Eurobonds	516.872	2.802.963	3.062.664	6.382.499	5.079.029
Certificados de Operações Estruturadas	**322.914**	**816.792**	**1.890.214**	**3.029.920**	**2.252.545**
Total	**8.081.411**	**39.263.638**	**40.802.134**	**88.147.183**	**77.045.112**

[1] Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de junho de 2019, possuem prazo de vencimento entre 2019 a 2026.

[2] As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2019 , possuem prazo de vencimento entre 2019 e 2025 (30/06/2018 - com prazo de vencimento entre 2018 e 2025).

[3] Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de junho de 2019 , possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2022.

					Banco		Consolidado	
Eurobonds	**Emissão**	**Vencimento**	**Moeda**	**Taxa de Juros (a.a.)**	**30/06/2019**	30/06/2018	**30/06/2019**	30/06/2018
Eurobonds	2017	2018	USD	Zero Coupon a 2,3%	-	775.123	-	775.123
Eurobonds	2017	2019	USD	LIBOR 3M + 1,0%	192.054	193.216	192.054	193.216
Eurobonds	2017	2024	USD	6,9% a 10,0%	632.157	636.050	632.157	636.050
Eurobonds	2018	2018	USD	Zero Coupon a 6,3%	-	347.974	-	347.974
Eurobonds	2018	2019	USD	Zero Coupon - 9,0%	305.499	412.647	305.499	412.647
Eurobonds	2018	2019	USD	LIBOR 3M + 0,95%	-	19.285	-	19.285
Eurobonds	2018	2019	USD	LIBOR 1M + 1,5%	197.783	-	197.783	-
Eurobonds	2018	2024	USD	5,9%	-	1.351.651	-	1.351.651
Eurobonds	2018	2024	USD	6,9%	-	1.205.414	-	1.205.414
Eurobonds	2018	2024	USD	6,6% a 6,7%	1.197.878	-	1.197.878	-
Eurobonds	2018	2025	USD	9,0%	1.197.418	-	1.197.418	-
Eurobonds	2019	2019	USD	1,1% a 4,0%	364.882	-	364.882	-
Eurobonds	2019	2020	USD	1,1% a 4,0%	2.139.610	-	2.139.610	-
Eurobonds	2019	2020	USD	CDI + 6,4%	35.009	-	1.386	-
Eurobonds	2019	2022	USD	CDI + 6,4%	71.294	-	5.897	-
Eurobonds	2019	2023	USD	CDI + 6,4%	122.343	-	9.313	-
Eurobonds	2019	2024	USD e BRL	2,8% a 3,8%	121.683	-	44.419	-
Eurobonds	2019	2024	USD	CDI + 6,4%	247.491	-	17.534	-
Eurobonds	2019	2025	USD	CDI + 6,4%	150.626	-	6.748	-
Eurobonds	2019	2026	USD	CDI + 6,4%	133.246	-	21.538	-
Outros					48.383	137.669	48.383	137.669
Total					**7.157.356**	**5.079.029**	**6.382.499**	**5.079.029**

d) Despesas de Captação no Mercado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Depósitos a Prazo [1] [2]	4.208.020	6.871.122	4.230.789	6.871.010
Depósitos de Poupança	1.056.399	982.354	1.056.399	982.354
Depósitos Interfinanceiros	258.159	391.087	105.572	111.684
Captação no Mercado Aberto	5.557.542	7.081.185	5.401.585	6.472.906
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	62.696	53.036
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.395.139	574.483	2.514.675	721.936
Outras [3]	298.892	284.175	341.295	285.303
Total	**13.774.151**	**16.184.406**	**13.713.011**	**15.498.229**

[1] No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R$318.568 (2018 - R$252.376), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 20).

[2] Inclui receita de variação cambial no valor de R$543.210 no Banco e no Consolidado (2018 - despesa de variação cambial no valor de R$2.514.803 no Banco e no Consolidado).

[3] Inclui receita de variação cambial no valor de R$151.561 no Banco e no Consolidado (2018 - despesa de variação cambial no valor de R$33.221 no Banco e no Consolidado).

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	Banco				
				30/06/2019	30/06/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no Exterior	**13.977.520**	**34.859.761**	**1.993.319**	**50.830.600**	**47.698.404**
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	8.407.430	18.180.321	91.908	26.679.659	30.823.559
Outras Linhas de Crédito	5.570.090	16.679.440	1.901.411	24.150.941	16.874.845
Obrigações por Repasses do País	**1.025.078**	**2.784.931**	**8.679.902**	**12.489.911**	**14.328.628**
Total	**15.002.598**	**37.644.692**	**10.673.221**	**63.320.511**	**62.027.032**

	Consolidado				
				30/06/2019	30/06/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	**11.761**	**32.553**	**26.206**	**70.520**	**120.874**
Obrigações por Empréstimos no Exterior	**11.580.785**	**34.859.761**	**1.993.319**	**48.433.865**	**46.438.153**
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	8.407.430	18.180.321	91.908	26.679.659	30.823.559
Outras Linhas de Crédito	3.173.355	16.679.440	1.901.411	21.754.206	15.614.594
Obrigações por Repasses do País	**1.025.078**	**2.784.931**	**8.679.902**	**12.489.911**	**14.328.628**
Total	**12.617.624**	**37.677.245**	**10.699.427**	**60.994.296**	**60.887.655**

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2021 (30/06/2018 - até o ano de 2021) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,63% a.a. a 8,84% a.a. (30/06/2018 - de 0,37% a.a. a 9,5% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

18. Fiscais e Previdenciárias

	Banco		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Passivos Tributários Diferidos	4.185.244	1.950.555	4.791.695	2.427.174
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	2.015.231	-	2.703.941	281.016
Impostos e Contribuições a Pagar	828.821	368.334	1.071.030	562.402
Total	**7.029.296**	**2.318.889**	**8.566.666**	**3.270.592**

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Banco				
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2019	Saldo em 30/06/2018
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos [1]	898.976	-	-	898.976	898.976
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e *Hedges* de Fluxo de Caixa [1]	1.968.659	1.186.752	-	3.155.411	980.681
Superveniência de Arrendamento Mercantil	5.515	-	(22)	5.493	5.588
Outros	89.896	35.468	-	125.364	65.310
Total	**2.963.046**	**1.222.220**	**(22)**	**4.185.244**	**1.950.555**

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2019	Saldo em 30/06/2018
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos [1]	963.016	69.263	-	1.032.279	934.791
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e *Hedges* de Fluxo de Caixa [1]	2.034.554	1.206.315	(12.474)	3.228.395	1.050.114
Superveniência de Arrendamento Mercantil	310.163	12.383	(4.456)	318.090	322.345
Outros	169.326	46.712	(3.107)	212.931	119.924
Total	**3.477.059**	**1.334.673**	**(20.037)**	**4.791.695**	**2.427.174**

[1] Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

	Banco			
	30/06/2019			
	Diferenças Temporárias			
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**PIS/Cofins**	**Total**
2019	128.630	76.629	24.913	230.172
2020	265.972	158.474	49.827	474.273
2021	265.972	158.474	49.827	474.273
2022	243.938	145.802	45.707	435.447
2023	221.904	133.131	41.587	396.622
2024 a 2026	665.712	399.393	124.762	1.189.867
2027 a 2029	550.403	330.219	103.968	984.590
Total	**2.342.531**	**1.402.122**	**440.591**	**4.185.244**

	Consolidado			
	30/06/2019			
	Diferenças Temporárias			
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**PIS/Cofins**	**Total**
2019	207.566	83.227	25.308	316.101
2020	361.260	173.083	50.617	584.960
2021	328.678	171.209

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o resgate dos Notes que compunham o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de U$2.5 bilhões. A recompra foi aprovada pelo Bacen em 18 de dezembro de 2018. (Nota 25.e).

Em conjunto com a aprovação do resgate dos notes anteriores, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor de US$2.5 bilhões, para integralização no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para *non-US Persons*, com base no *Regulation S* no âmbito do *Securities Act*, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data. Esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas (Nota 19).

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco/Consolidado	
					30/06/2019	30/06/2018
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	**Valor de Emissão Emissão**	**Taxa de Vencimento**	**(em Milhões)**	**Juros (a.a.) (2)**	**Total**	**Total**
Nível I (1)	janeiro/14	Sem Prazo (Perpétuo)	R$3.000	7,375%	-	4.881.660
Nível II (1)	janeiro/14	janeiro/24	R$3.000	6,000%	-	4.953.371
Nível I (3)	novembro/18	Sem Prazo (Perpétuo)	US$1.250	7,250%	4.840.415	-
Nível II (3)	novembro/18	novembro/28	US$1.250	6,125%	4.832.630	-
Total					**9.673.045**	**9.835.031**

(1) Notes recompradas em 2019; conforme autorização do Bacen em 17 de dezembro de 2018, a partir da data da autorização os mesmos deverão ser excluídos do Nível I e Nível II do PR.

(2) As emissões de janeiro de 2014 foram efetuadas pelo Banco Santander no Brasil, incidindo assim Imposto de Renda na Fonte assumido pelo emissor, dessa forma a taxa efetiva de juros dessas emissões, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente. As emissões efetuadas de novembro de 2018, foram efetuadas através da Agência de Cayman e consequentemente não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

(3) Juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US$150 mil e em múltiplos integrais de US$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5° (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data, assim como a recompra dos Notes emitidas em 29 de janeiro de 2014, esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas (Nota 19).

21. Outras Obrigações - Diversas

	Banco		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	**30/06/2019**	30/06/2018
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	2.192.019	1.901.893
Provisão Técnica para Operações de Previdência	-	-	2.018.244	1.582.025
Obrigações com Cartões de Crédito	24.592.894	20.061.634	32.002.328	30.688.719
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 22.b) (2)	4.627.532	4.320.752	6.863.406	7.071.777
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 22.b) (2)	6.470.991	5.966.168	7.044.268	6.587.446
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 21.a)	175.929	206.783	175.929	206.783
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 34)	4.765.473	2.641.796	4.816.901	2.657.621
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	21.667	21.120	21.667	21.120
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 22.i) (2)	101.967	622.238	101.967	704.322
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 22.i) (2)	792	9.197	792	9.197
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.815.940	1.714.889	2.019.671	1.875.663
Despesas Administrativas	170.011	321.089	419.326	451.364
Outros Pagamentos	40.570	35.959	132.173	137.300
Credores por Recursos a Liberar	1.026.610	1.200.940	1.026.610	1.200.940
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	505.206	457.364	505.206	457.364
Fornecedores	759.651	492.164	1.583.226	1.393.942
Outras (1)	5.188.576	3.637.358	7.937.365	4.876.628
Total	**50.263.809**	**41.709.451**	**68.861.098**	**61.824.104**

(1) Em 30 de junho de 2019, inclui impactos da variação cambial referentes a Notes e em 30 de junho de 2018, inclui os efeitos descritos na nota 34.a, relativos à redução de valor presente das obrigações atuariais.

(2) No primeiro semestre de 2019, o Banco efetuou um acordo com um ex-controlador onde as obrigações registradas passaram a ser de responsabilidade do Banco, não havendo impacto em resultado (Notas 22.b e 22.i).

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de *default,* baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (*bureaus*), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de *default*. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os *ratings* de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

	Banco/Consolidado			
	30/06/2019		30/06/2018	
Tipo de Garantia Financeira	**Saldo Garantias Prestadas**	**Provisão**	**Saldo Garantias Prestadas**	**Provisão**
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	601.249	2.846	1.338.821	3.258
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	4.266.688	12.631	3.310.185	12.498
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	1.186.618	2.753	1.532.718	3.366
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	2.100.000	-	295.000	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	13.633.689	105.420	11.414.261	118.971
Outros Avais	263.662	886	48.727	7.152
Outras Fianças Bancárias	12.159.294	50.589	15.190.129	49.121
Outras Garantias Financeiras Prestadas	3.724.451	804	2.395.431	12.417
Total	**37.935.651**	**175.929**	**35.525.272**	**206.783**

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Saldo Inicial	**201.410**	**312.373**
Constituição (Nota 30)	3.441	8.240
Reversão (1) (Nota 30)	(28.923)	(113.830)
Saldo Final	**175.928**	**206.783**

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de *rating* ou provisão constituída na linha de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

22. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 30 de junho de 2019 e 2018, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.q).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	**30/06/2019**	30/06/2018
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 21)	**4.627.532**	**4.320.752**	**6.863.406**	**7.071.777**
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 21)	**6.470.991**	**5.966.168**	**7.044.268**	**6.587.446**
Ações Trabalhistas	3.379.663	3.561.267	3.690.966	3.882.424
Ações Cíveis	3.091.329	2.404.901	3.353.301	2.705.022
Total	**11.098.524**	**10.286.920**	**13.907.673**	**13.659.223**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Banco					
	01/01 a 30/06/2019			01/01 a 30/06/2018		
	Fiscais (3)	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**
Saldo Inicial	**4.079.141**	**3.543.801**	**3.144.599**	**4.279.109**	**3.240.115**	**2.241.047**
Constituição Líquida de Reversão (1) (4)	528.905	264.252	92.356	(17.173)	513.504	276.710
Atualização Monetária	70.648	40.783	138.051	73.024	310.172	123.406
Baixas por Pagamento	(51.161)	(469.174)	(283.679)	(14.208)	(502.523)	(236.262)
Saldo Final	**4.627.532**	**3.379.663**	**3.091.329**	**4.320.752**	**3.561.268**	**2.404.901**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.381.339	1.153.139	618.251	1.167.756	620.580	492.801
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	15.052	19.511	27.061	19.457	15.958	9.690
Total dos Depósitos em Garantia (2)	**1.396.391**	**1.172.650**	**645.312**	**1.187.213**	**636.538**	**502.491**

	Consolidado					
	01/01 a 30/06/2019			01/01 a 30/06/2018		
	Fiscais (3)	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**
Saldo Inicial	**6.294.007**	**3.829.975**	**3.401.483**	**6.999.881**	**3.457.092**	**2.537.127**
Constituição Líquida de Reversão (1)(4)	521.349	307.277	160.783	(38.394)	537.196	326.345
Atualização Monetária	112.106	51.374	199.464	123.934	329.395	141.068
Baixas por Pagamento	(64.056)	(497.660)	(408.428)	(31.691)	(533.703)	(298.416)
Mudança no Escopo de Consolidação/Aquisição/Incorporação e Reclassificações de Participações Societárias (Nota 14)	-	-	-	18.048	92.480	-
Outros	-	-	-	-	(36)	(1.101)
Saldo Final	**6.863.406**	**3.690.966**	**3.353.301**	**7.071.778**	**3.882.424**	**2.705.023**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.441.775	1.231.662	625.503	2.737.745	657.929	507.550
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	16.071	19.511	27.061	20.749	15.958	9.690
Total dos Depósitos em Garantia (2)	**2.457.846**	**1.251.173**	**652.563**	**2.758.494**	**673.887**	**517.240**

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão e não contemplam os depósitos em garantia relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

(3) Em 30 de junho de 2018, inclui os efeitos da adesão aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro e processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005.

(4) No primeiro semestre de 2019, o Banco efetuou um acordo com um ex-controlador onde as obrigações registradas passaram a ser de responsabilidade do Banco, não havendo impacto em resultado (Notas 22 e 22.i).

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias

PIS e Cofins - R$1.873.352 no Banco e R$3.709.842 no Consolidado (30/06/2018 - R$1.808.491 no Banco e R$3.580.690 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas.

Majoração de Alíquota da CSLL - R$110.583 no Consolidado (30/06/2018 - R$372.504 no Banco e R$1.028.133 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. Em 2018, ante a classificação de êxito e o cenário desfavorável nos Tribunais, optamos pelo pagamento dos valores discutidos, exceto para a empresa Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil (RCI), que permanece aguardando julgamento.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R$737.345 (30/06/2018 - R$722.364) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação foi sentenciada improcedente e, atualmente, aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal (TRF 3). Em 30 de junho de 2019 totalizaram R$1.477.325 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R$277.586 no Banco e R$277.593 no Consolidado (30/06/2018 - R$268.772 no Banco e R$268.780 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R$196.032 no Banco e R$212.574 no Consolidado (30/06/2018 - R$211.513 no Banco e R$226.947 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 22.h.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre à constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo), a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R$23.369 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2019, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R$5.216 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2019, os valores com risco de perda possível relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R$3.166 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2019, o valor era de aproximadamente R$2.709 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia de Julgamento da RFB decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em 30 de junho de 2019, o valor era de aproximadamente R$1.398 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2019, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R$460 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2019, o valor era de R$1.040 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais estão pendentes de decisão. Em 30 de junho de 2019, o valor era de aproximadamente R$625 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo está aguardando julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2019, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R$302 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R$294 milhões no Consolidado, excluindo os processos abaixo:

• **Gratificação Semestral ou PLR** - Uma ação foi movida em 1998 pela Associação de Funcionários Aposentados do Banespa (AFABESP) solicitando o pagamento de um bônus semestral contemplado no estatuto do Banespa, o qual só seria realizado na hipótese de o Banespa obter lucro e que a distribuição desse lucro fosse aprovada pelo Conselho de Administração. O bônus não foi pago em 1994 e 1995, uma vez que o Banespa não obteve lucro durante esses anos. Pagamentos parciais foram feitos de 1996 a 2000, conforme aprovado pelo Conselho de Administração. A cláusula em questão foi suprimida do estatuto em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho ordenaram que o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, pagasse esse bônus semestral pelo período de 1996 até o presente. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) indeferiu o recurso extraordinário interposto pelo Santander Brasil. Apresentada ação rescisória pelo Santander Brasil para reverter a decisão no processo principal e suspender a execução processual, foi deferida decisão liminar determinando a suspensão da execução da decisão proferida nos autos da ação principal. Em junho de 2019 uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho autorizou que seja iniciada a fase de liquidação do julgado para se apurar os valores envolvidos. Todavia, a decisão judicial anterior que proíbe a prática de qualquer ato processual inclusive relacionado à execução do julgado permanece válida até o julgamento da Ação Rescisória. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos, a Administração classifica o risco de perda como possível. A atual decisão judicial não define um valor específico a ser pago pelos réus.

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado "zero" em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R$1.454 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo em fase de recurso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R$101.967, R$213 e R$579 (30/06/2018 - R$622.238, R$2.598 e R$6.599) no Banco e R$101.967, R$213 e R$579 (30/06/2018 - R$704.322, R$2.598 e R$6.599) no Consolidado, respectivamente, registrados em outras obrigações - diversas (Nota 21) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

23. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

						Em Milhares de Ações
	30/06/2019			30/06/2018		
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Total**	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**
De Domiciliados no País	80.082	105.709	185.791	63.524	89.171	152.695
De Domiciliados no Exterior	3.738.613	3.574.127	7.312.740	3.755.171	3.590.665	7.345.836
Total	**3.818.695**	**3.679.836**	**7.498.531**	**3.818.695**	**3.679.836**	**7.498.531**
(-) Ações em Tesouraria	(15.226)	(15.226)	(30.452)	(10.915)	(10.915)	(21.830)
Total em Circulação	**3.803.469**	**3.664.610**	**7.468.079**	**3.807.780**	**3.668.921**	**7.476.701**

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

				30/06/2019
	Em Milhares de Reais	**Reais por Milhares de Ações/Units**		
		Ordinárias	**Preferenciais**	**Units**
Juros sobre o Capital Próprio (1) (3)	1.000.000	127,5853	140,3438	267,9291
Juros sobre o Capital Próprio (2) (3)	1.000.000	127,6399	140,4039	268,0438
Total	**2.000.000**			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, ordinárias - R$108,4475, preferenciais - R$129,1922 e Units - R$227,7397 líquidos de impostos e foram pagos no dia 28 de maio de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2019, ordinárias - R$108,4939, preferenciais - R$119,3433 e Units - R$227,8373 líquidos de impostos e serão pagos no dia 31 de julho de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) O valor dividendos e juros sobre o capital próprio será imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2019.

				30/06/2018
	Em Milhares de Reais	**

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	30/06/2019	30/06/2018	**01/01 a 30/06/2019**	01/01 a 30/06/2018
Banco RCI Brasil S.A. (Nota 14)	735.358	703.274	(56.175)	(59.435)
Olé Consignado (Nota 14)	563.710	417.910	(100.304)	(60.131)
FI RN Brasil - Financiamento de Veículos (Nota 2)	115.618	301.778	(6.951)	(11.295)
Getnet S.A. (Nota 14)	-	232.653	(3.962)	(26.548)
Banco PSA (Nota 14)	138.116	153.151	(7.717)	(5.856)
FI Direitos Creditórios RCI Brasil I (Nota 2)	-	148.949	(4.117)	(7.465)
Santander FI SBAC	49.025	60.050	(1.985)	(2.017)
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	149.910	50.240	1.173	(241)
Ipanema Empreendimentos e Participações	-	509	-	(359)
Rojo Entretenimento S.A.	7.079	6.850	(64)	-
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	862	-	(1.061)	-
Santander Leasing (Nota 14)	445	442	-	(20)
Total	**1.760.123**	**2.075.806**	**(181.163)**	**(173.367)**

24. Limites Operacionais

Em julho de 2008, entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. No ano de 2013 foi emitido um conjunto de Resoluções e Circulares, alinhados com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Estas regras, representadas pelas Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193 entraram em vigor em outubro de 2013 e estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PR seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.193/2013, a exigência para o PR em 2018 foi de 11,0%, composto de 8,625% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,875% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 8,375% e o Capital Principal Mínimo para 6,875%.

Para o ano base 2019, a exigência de PR permanece em 10,5%, incluindo 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 8,5% e o Capital Principal Mínimo 7,0%.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN nº 4.280/2013. O índice é calculado de forma consolidada com base nas informações do Consolidado Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2019	30/06/2018
Patrimônio de Referência Nível I	67.549.985	57.152.800
Capital Principal	62.709.570	52.271.141
Capital Complementar (Nota 20)	4.840.414	4.881.660
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 20)	4.832.630	4.953.371
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	**72.382.615**	**62.106.171**
Risco de Crédito [1]	371.140.824	354.413.822
Risco de Mercado [2]	29.463.676	28.802.168
Risco Operacional	46.526.950	37.372.300
Total de RWA [3]	**447.131.450**	**420.588.290**
Índice de Basileia Nível I	**15,1**	**13,6**
Índice de Basileia Capital Principal	**14,0**	**12,4**
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	**16,2**	**14,8**

[1] As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.174 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.

[2] Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3) e taxa de juros (RWAjur1/RWAjur4), do preço de mercadorias *commodities* (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWAcam).

[3] *Risk Weighted Assets* ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

25. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 27 de março de 2019 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2019, no montante de até R$400 milhões, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2019.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas do Grupo Santander no mundo, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 34.f).

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no período findo em 30 de junho de 2019 e 2018, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Remuneração Fixa	45.678	44.575
Remuneração variável - Em espécie	21.710	21.232
Remuneração variável - Em ações	20.775	18.101
Outras [1]	19.933	43.988
Total Benefícios de Curto Prazo	**108.096**	**127.896**
Remuneração variável - Em espécie	17.902	16.252
Remuneração variável - Em ações	19.378	16.252
Total Benefícios de Longo Prazo	**37.280**	**32.504**
Total	**145.376**	**160.400**

[1] No primeiro semestre de 2018, a Administração do Banco Santander decidiu provisionar e liquidar antecipadamente determinado benefício, que era praticado por liberalidade do Banco, permanecendo em 2019, os demais benefícios.

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2019, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R$17.776 (2018 - R$18.269).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

(1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
(2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
(3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
(4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
(5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
(6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
(7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
(8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Em Milhares de Ações

30/06/2019

Acionistas	**Ações Ordinárias**	**Ações Ordinárias (%)**	**Ações Preferenciais**	**Ações Preferenciais (%)**	**Total Ações**	**Total Ações (%)**
Sterrebeeck B.V. [1]	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) [1]	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. [1]	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	3.156	0,1%	3.159	0,1%	6.315	0,1%
Administradores [*]	4.605	0,1%	4.605	0,1%	9.210	0,1%
Outros	356.488	9,3%	384.289	10,5%	740.777	9,9%
Total em Circulação	**3.803.469**	**99,6%**	**3.664.610**	**99,6%**	**7.468.079**	**99,6%**
Ações em Tesouraria	15.226	0,4%	15.226	0,4%	30.452	0,4%
Total	**3.818.695**	**100,0%**	**3.679.836**	**100,0%**	**7.498.531**	**100,0%**
"Free Float" [2]	359.644	9,4%	387.448	10,5%	747.092	10,0%

Em Milhares de Ações

30/06/2018

Acionistas	**Ações Ordinárias**	**Ações Ordinárias (%)**	**Ações Preferenciais**	**Ações Preferenciais (%)**	**Total Ações**	**Total Ações (%)**
Sterrebeeck B.V. [1]	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
GES [1]	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. [1]	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	3.696	0,1%	3.699	0,1%	7.395	0,1%
Administradores [*]	5.119	0,1%	5.119	0,1%	10.238	0,1%
Outros	359.745	9,4%	387.546	10,6%	747.291	10,0%
Total em Circulação	**3.807.780**	**99,7%**	**3.668.921**	**99,7%**	**7.476.701**	**99,7%**
Ações em Tesouraria	10.915	0,3%	10.915	0,3%	21.830	0,3%
Total	**3.818.695**	**100,0%**	**3.679.836**	**100,0%**	**7.498.531**	**100,0%**
"Free Float" [2]	363.441	9,5%	391.245	10,7%	754.686	10,1%

[1] Empresas do Grupo Santander Espanha.

[2] Composto por Funcionários e Outros.

[*] Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

A partir de dezembro de 2018, estão demonstrados as transações e saldos com Pessoal Chave da Administração. As principais transações e saldos são conforme segue:

				Banco
	Ativos (Passivos)	**Receitas (Despesas)**	**Ativos (Passivos)**	**Receitas (Despesas)**
		01/01 a		01/01 a
	30/06/2019	**30/06/2019**	30/06/2018	30/06/2018
Disponibilidades	**298.752**	**-**	**913.820**	**-**
Banco Santander Espanha [2]	196.421	-	892.358	-
Banco Santander (México), S.A. [4]	84.568	-	19.539	-
Banco Santander Totta, S.A. [4]	7.037	-	1.729	-
Diversos	10.726	-	194	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**61.715.374**	**2.279.350**	**58.229.626**	**2.602.209**
Aymoré CFI [3]	40.734.870	1.519.557	36.994.001	1.911.098
Banco Santander Espanha [1] [2]	2.299.619	62.404	5.876.528	48.633
Banco PSA [3]	1.142.234	46.082	1.036.057	50.178
Banco RCI Brasil S.A. [3]	3.373.568	99.206	1.897.954	60.841
Banco Bandepe [3]	1.954.523	43.993	1.149.229	35.535
Olé Consignado [3]	12.005.338	507.836	11.275.857	495.924
Diversos	205.222	272	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	**365.187**	**10.950**	**11.421.920**	**608.566**
Santander Leasing [3]	365.187	10.950	11.421.920	608.566
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	**(1.017.790)**	**(469.295)**	**315.807**	**273.285**
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) [4]	(125.517)	27.021	275.740	(57.005)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) [4]	-	-	(98.406)	(15.046)
Banco Santander Espanha [2]	(995.855)	(400.021)	70.221	122.635
Santander FI Amazonas [3]	(13.715)	35.205	(3.235)	(1.267)
Santander FI *Hedge* Strategies [3] (Nota 2)	801.335	1.008	429.644	480.838
Getnet S.A. (Nota 12) [3] [7]	-	(4.547)	-	-
Santander Hermes Multi Créd Priv Infra Fundo de Invest	91.422	102.921	-	-
Santander FI Diamantina [3]	(775.459)	(230.926)	(358.157)	(256.870)
Pessoal Chave da Administração	-	43	-	-
Relações Interfinanceiras	**9.235.723**	**1.851**	**8.239.566**	**5.516**
Getnet S.A. (Nota 12) [3] [7]	9.225.433	894	8.223.746	2.401
Santander Leasing [3]	10.290	958	15.820	3.115
Operações de Crédito	**16.344**	**1.339**	**-**	**748**
Cibrasec [5]	-	1.078	-	748
Pessoal Chave da Administração [12]	16.344	261	-	-
Dividendos e Bonificações a Receber	**-**	**-**	**529.767**	**623.256**
Aymoré CFI [3]	-	-	85.564	100.664
Santander Leasing [3]	-	-	249.375	293.383
Santander CCVM [3]	-	-	31.107	36.596
Banco Bandepe [3]	-	-	163.721	192.613
Negociação e Intermediação de Valores	**421.901**	**1.075**	**109.301**	**148**
Abbey National Treasury [4]	-	-	98.284	143
Banco Santander Espanha [2]	421.901	1.075	11.017	5
Carteira de Câmbio - Liquida	**99.330**	**(4.202)**	**68.809**	**(9.027)**
Banco Santander Espanha [2]	99.330	(4.202)	68.809	(9.027)
Rendas a Receber	**930.066**	**1.078.744**	**893.344**	**942.039**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [8]	868.001	961.115	893.344	828.528
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. [8]	62.066	117.630	-	113.511
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**21.388**	**360.117**	**60.003**	**469.269**
Santander Capitalização S.A. [3]	-	-	20.394	130.191
Aymoré CFI [3]	-	243.051	-	237.707
Santander CCVM [3]	-	26.505	-	35.589
Santander Brasil Consórcio [3]	348	9.176	299	5.400
Santander Corretora de Seguros [3]	12	15.816	-	18.143
Getnet S.A. [3] [7]	14.906	31.870	37.665	29.836
Diversos	6.123	33.700	1.645	12.403
Outros Créditos - Diversos	**530.124**	**185.078**	**8.944**	**22.926**
Banco Santander Espanha [2]	497.488	-	6.296	6.972
Santander Capitalização S.A. [3]	27.177	165.225	2.191	-
Banco Santander International [4]	-	17.476	-	10.106
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	-	742	-	570
Pessoal Chave da Administração	7.411	97	-	-
Diversos	(1.952)	1.538	457	5.278
Depósitos	**(7.750.618)**	**93.899**	**(8.486.790)**	**(445.343)**
Santander Leasing [3]	(169.533)	(6.937)	(148.439)	(111.369)
Banco Santander Espanha [2]	(13.357)	-	(265.492)	(4.415)
Aymoré CFI [3]	(1.746.182)	(141.986)	(3.294.133)	(178.583)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [8]	(14.080)	-	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. [6]	(26.051)	-	-	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. [4]	(291.076)	(7.629)	(96.223)	(2.867)
Sancap [3]	(101)	(3)	(10.189)	(354)
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset) [4]	(22.054)	-	(16.778)	(536)
Webmotors S.A. [10]	(895)	(13)	(1.327)	(71)
Fundo de Investimento Santillana [4]	(1.350.355)	(37.181)	(1.769.528)	(56.415)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) [3] [9]	(51.221)	(1.345)	(86.808)	(391)
Banco RCI Brasil S.A. [3]	(106.285)	(752)	(124.274)	(2.954)
Santander Corretora de Seguros [3]	(5.396)	(167)	(79.576)	(3.293)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	(468.267)	(14.677)	(374.845)	(11.797)
Santander Brasil Consórcio [3]	(1.220)	(33)	(1.328)	(1.097)
Santander FI *Hedge* Strategies [3] (Nota 2)	(1.448.116)	319.802	(2.093.320)	(67.510)
Santander Capitalização S.A. [3]	(9.842)	-	(5.839)	-
Santander CCVM [3]	(8.679)	-	(3.671)	-
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. [4]	(59.588)	(1.798)	(72.417)	(2.229)
Super Pagamentos [3]	(92.071)	(2.008)	(5.085)	-
Santander Holding Imobiliária S.A. [3]	(140)	-	(33)	(1)
Getnet S.A. [3]	(14.680)	-	(6.062)	-
Santander FI Diamantina [3]	(1.134.303)	-	-	-
Pessoal Chave da Administração	(42.120)	(982)	-	-
Diversos	(675.006)	(10.392)	(31.423)	(1.461)
Operações Compromissadas	**(4.861.189)**	**(156.544)**	**(15.421.321)**	**(610.605)**
Fundo de Investimento Santillana [4]	-	-	-	(579)
Santander FI Amazonas [3]	(361.873)	(7.553)	(247.219)	(7.326)
Santander FI Financial [3]	-	-	(5.682.063)	(269.237)
Santander Leasing [3]	(1.310.213)	(42.535)	(6.804.000)	(268.870)
Banco Bandepe [3]	(30.984)	(2.126)	(226.295)	(3.126)
Olé Consignado [3]	(2.010)	(46)	(549)	(10)
Santander CCVM [3]	(98.084)	(2.245)	(27.132)	(650)
Santander FI SBAC [3]	(2.247.871)	(77.518)	(1.508.771)	(34.519)
Santander FI Guarujá [3]	(370.525)	(10.264)	(269.593)	(4.349)
Santander FI Diamantina [3]	(20.000)	(1.294)	(3.159)	(1.640)
Santander Finance Arrendamento Mercantil [3]	-	-	(334.980)	(10.527)
Santander FI Unix [3]	(332.346)	(10.015)	(317.560)	(9.769)
Diversos	(87.283)	(2.937)	-	(3)
Pessoal Chave da Administração	-	(10)	-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**(104.945)**	**(2.479)**	**-**	**-**
Pessoal Chave da Administração	(104.945)	(2.479)	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**(2.455.962)**	**-**	**(3.425.931)**	**-**
Banco Santander Río S.A.	(59.227)	-	(2.165.679)	-
Santander Brasil EFC [3]	(2.396.735)	-	(1.260.252)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	**(765.198)**	**-**	**(538.608)**	**-**
Banco Santander Espanha [2]	(118.601)	-	(83.622)	-
Sterrebeeck B.V. [2]	(403.228)	-	(284.303)	-
GES [2] [4]	(241.864)	-	(170.530)	-
Banco Madesant [4]	(216)	-	(153)	-
Pessoal Chave da Administração [11]	(1.289)	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	**(120.036)**	**(363.827)**	**(68.898)**	**(315.729)**
Produban Servicios [4]	-	-	(21.940)	(22.216)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) [3] [9]	(46)	(161.815)	(46)	(146.222)
Ingenieria de Software Bancário, S.L. (Ingeniería) [2]	-	-	(30.700)	(35.716)
Santander Corretora de Seguros [3]	(24.325)	(61.381)	(6.108)	(33.824)
Banco Santander Espanha [2]	(4.977)	(978)	(3.724)	(33.795)
Getnet S.A. [3]	(4.685)	(15.282)	(4.707)	(12.241)
Sanatander Global Thechnology, S.L., SOCI	(66.821)	(81.448)	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	(4.615)	(23.941)	(1.254)	(23.476)
Diversos	(14.567)	(18.983)	(419)	(8.239)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	**(9.673.045)**	**(389.049)**	**(9.296.966)**	**(212.297)**
Banco Santander Espanha [2] [6]	(9.673.045)	(389.049)	(9.296.966)	(212.297)
Despesas com Doações	**-**	**(8.150)**	**-**	**(7.785)**
Fundação Sudameris	-	(8.150)	-	(7.785)
Outras Obrigações - Diversas	**(7.312.086)**	**(1.103.716)**	**(46.536)**	**(486.365)**
Banco Santander Espanha [2]	-	(4.007)	-	(879)
GetNet [3]	(3.489.837)	(330.603)	-	-
TecBan [10]	-	(166.642)	-	(137.482)
Ingeniería [2]	-	-	-	(17.390)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) [3] [9]	-	(128.414)	-	(158.777)
Produban Servicios [4]	-	-	-	(818)
Aquanima Brasil Ltda. [4]	-	(13.825)	-	(13.268)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [11]	-	-	(14.333)	-
Getnet S.A. [3]	(3.489.837)	(330.603)	(28.293)	(152.738)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	-	(1.698)	(3.910)	(2.031)
Pessoal Chave da Administração	(332.385)	(125.567)	-	-
Diversos	(27)	(2.357)	-	(2.982)

	Consolidado			
	Ativos (Passivos)	**Receitas (Despesas)**	**Ativos (Passivos)**	**Receitas (Despesas)**
		01/01 a		01/01 a
	30/06/2019	**30/06/2019**	30/06/2018	30/06/2019
Disponibilidades	**353.163**	**-**	**1.266.101**	**-**
Banco Santander Espanha [2]	261.558	-	1.244.639	-
Banco Santander (México), S.A. [4]	84.568	-	19.539	-
Banco Santander Totta, S.A. [4]	7.037	-	1.729	-
Diversos	-	-	194	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**2.299.619**	**62.506**	**5.876.528**	**48.650**
Banco Santander Espanha [1] [2]	2.299.619	62.506	5.876.528	48.650
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	**(1.156.355)**	**(402.501)**	**266.742**	**(3.926)**
Fundo de Investimento Santillana [4]	(125.517)	27.021	275.740	(57.005)
Abbey National Treasury [4]	-	-	(98.406)	(15.046)
Banco Santander Espanha [2]	(1.030.838)	(429.565)	89.408	68.125
Pessoal Chave da Administração	-	43	-	-
Operações de Crédito	**16.344**	**1.342**	**-**	**748**
Cibrasec [5]	-	1.078	-	748
Pessoal Chave da Administração [12]	16.344	264	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	**421.901**	**(12.541)**	**109.301**	**(19.137)**
Banco Santander Espanha [2]	421.901	(12.541)	11.017	(19.280)
Abbey National Treasury [4]	-	-	98.284	143
Carteira de Câmbio - Liquida	**99.383**	**(4.685)**	**68.809**	**(9.027)**
Banco Santander Espanha [2]	99.383	(4.763)	68.809	(9.027)
Pessoal Chave da Administração	-	78	-	-
Dividendos e Bonificações a Receber	**(14)**	**-**	**-**	**-**
Webmotors S.A. [10]	(14)	-	-	-
Rendas a Receber	**964.343**	**1.550.460**	**919.103**	**1.306.437**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [8]	902.277	1.393.931	919.103	1.157.846
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. [8]	62.066	156.529	-	148.591
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**505**	**4.123**	**2.613**	**2.173**
Isban Mexico, S.A. de C.V. [2]	122	-	122	-
Santander Global Technology, S.L., SOCI	192	-	-	-
Ingeniería [2]	-	-	192	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	-	772	-	1.851
Diversos	192	3.352	2.299	322
Outros Créditos - Diversos	**573.793**	**23.652**	**6.406**	**27.230**
Banco Santander Espanha [2]	566.382	(44)	6.389	6.972
Banco Santander International [4]	-	17.476	-	10.106
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	-	4.255	-	4.299
Banco Santander - Chile	-	-	-	339
Santander Corretora de Seguros [3]	-	-	-	267
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	-	979	-	-
Pessoal Chave da Administração	7.411	170	-	-
Diversos	-	889	17	5.247
Depósitos	**(2.365.444)**	**(65.398)**	**(2.607.712)**	**(79.366)**
Banco Santander Espanha [2]	(41.994)	-	(270.851)	(4.415)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [6]	(14.080)	-	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. [8]	(26.051)	-	-	-
Isban Brasil S.A. [4]	-	-	-	(90)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) [3] [9]	-	-	-	(215)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. [4]	(291.076)	(7.629)	(96.223)	(2.867)
Fundo de Investimento Santillana [4]	(1.350.355)	(37.181)	(1.769.528)	(56.415)
Santander Brasil Asset [4]	(22.054)	-	(16.778)	(536)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	(468.267)	(14.677)	(374.845)	(11.797)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. [4]	(59.588)	(1.798)	(72.417)	(2.229)
Gestora de Inteligência de Crédito [5]	(42.701)	(3.082)	(2.250)	(663)
Webmotors S.A. [10]	(895)	(13)	(1.327)	(71)
Pessoal Chave da Administração	(42.128)	(982)	-	-
Diversos	(6.255)	(35)	(3.493)	(69)
Operações Compromissadas	**-**	**-**	**-**	**(579)**
Fundo de Investimento Santillana [4]	-	-	-	(579)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**(104.945)**	**(2.479)**	**96.133**	**-**
Pessoal Chave da Administração	(104.945)	(2.479)	96.133	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**(59.227)**	**-**	**(2.165.679)**	**-**
Banco Santander Espanha [2]	-	-	(2.165.679)	-
Banco Santander Río S.A. [4]	(59.227)	-	-	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	**(765.198)**	**-**	**(538.608)**	**-**
Sterrebeeck B.V. [2]	(403.228)	-	(284.303)	-
GES [2] [4]	(241.864)	-	(170.530)	-
Banco Santander Espanha [2]	(118.601)	-	(83.622)	-
Banco Madesant [4]	(216)	-	(153)	-
Pessoal Chave da Administração [11]	(1.289)	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	**(91.081)**	**(127.679)**	**(60.568)**	**(162.148)**
Banco Santander Espanha [2]	(5.058)	(977)	(5.187)	(33.651)
Produban Servicios [4]	-	-	(21.940)	(22.830)
Isban Brasil S.A. [4]	-	-	-	(3.979)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) [3] [9]	-	-	-	(31.051)
Ingeniería [2]	-	-	(45.180)	(36.570)
Santander Brasil Asset [4]	(14.480)	(913)	(70)	(880)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	(4.615)	(23.941)	(1.254)	(23.476)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [11]	-	-	(537)	-
Santander Global Technology, S.L., SOCI	(66.821)	(82.084)	-	-
Diversos	(107)	(19.764)	(880)	(9.711)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	**(9.673.045)**	**(389.049)**	**(9.296.966)**	**(212.297)**
Banco Santander Espanha [2] [6]	(9.673.045)	(389.049)	(9.296.966)	(212.297)
Despesas com Doações	**-**	**(9.595)**	**-**	**(9.555)**
Santander Cultural	-	(775)	-	(1.500)
Fundação Sudameris	-	(8.150)	-	(7.785)
Fundação Santander	-	(670)	-	(270)
Outras Obrigações - Diversas	**(360.702)**	**(176.659)**	**(35.114)**	**(213.586)**
Banco Santander Espanha [2]	(2.068)	(4.007)	-	(882)
Isban Brasil S.A. [4]	-	-	-	(26.270)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) [3] [9]	-	-	-	(5.435)
Ingeniería [2]	-	-	-	(17.390)
Produban Servicios [4]	-	-	-	(818)
Aquanima Brasil Ltda. [4]	-	(13.838)	-	(13.268)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [11]	(21.401)	(11.498)	(31.201)	(9.613)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	-	(1.698)	(3.910)	(2.031)
TecBan [10]	-	-	-	(137.482)
Pessoal Chave da Administração	(336.734)	(144.732)	-	-
Diversos	(499)	(886)	(3)	(397)

[1] Refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 1 de julho de 2019 e juros de até 2,35% a.a. (30/06/2018 - com vencimento em 2 de janeiro de 2019 e juros de até 2,38% a.a.) mantidas pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.

[2] Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 26.d), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

[3] Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander.

[4] Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Espanha.

[5] Controlada em Conjunto - Banco Santander.

[6] Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014.

[7] Corresponde a valores a receber relacionados a Adquirência.

[8] Influência Significativa do Banco Santander Espanha.

[9] Sociedade adquirida em 28 de fevereiro de 2018, nesta mesma data a Produban Serviços de Informática S.A. teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. (Nota 36.f).

[10] Controlada em Conjunto - Santander Corretora de Seguros

[11] Do total de dividendos deliberados em 2019, R$1.139 destinam-se ao Pessoal Chave da Administração, restando pagar o montante provisionado.

[12] Em 31 de dezembro de 2018, o saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos. A partir de 2019, essa política foi alterada e o saldo com pessoal-chave da administração das operações contratadas independe da vigência dos mandatos.

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

26. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018	**01/01 a 30/06/2019**	01/01 a 30/06/2018
Administração de Recursos	346.878	397.864	516.439	509.829
Serviços de Conta Corrente	1.873.701	1.618.943	1.892.797	1.624.027
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	485.154	592.126	665.565	784.533
Operações de Crédito	210.489	272.934	390.900	465.341
Rendas de Garantias Prestadas	274.665	319.192	274.665	319.192
Comissões de Seguros	1.204.946	1.087.005	1.514.185	1.337.795
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	2.080.008	1.742.245	3.086.364	2.722.640
Cobrança e Arrecadações	750.878	750.157	752.596	752.501
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	383.149	272.794	477.403	353.094
Outras	118.596	130.253	278.416	324.406
Total	**7.243.310**	**6.591.387**	**9.183.765**	**8.408.825**

27. Despesas de Pessoal

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018	**01/01 a 30/06/2019**	01/01 a 30/06/2018
Remuneração	1.912.978	1.912.114	2.128.141	2.083.650
Encargos	678.171	774.152	793.190	864.704
Benefícios	664.550	651.484	750.843	715.049
Treinamento	25.574	24.451	28.084	26.848
Outras	4.471	4.464	5.569	4.506
Total	**3.285.744**	**3.366.665**	**3.705.827**	**3.694.757**

28. Outras Despesas Administrativas

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018	**01/01 a 30/06/2019**	01/01 a 30/06/2018
Depreciações e Amortizações [1]	1.078.880	981.025	1.351.054	1.242.880
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	964.954	888.511	1.206.162	1.096.786
Comunicações	194.991	192.051	207.100	204.207
Processamento de Dados	1.180.580	966.231	1.194.657	999.215
Propaganda, Promoções e Publicidade	205.397	190.291	299.385	231.939
Aluguéis	379.251	352.397	393.495	362.629
Transportes e Viagens	72.323	67.478	91.862	82.904
Serviços do Sistema Financeiro	114.040	121.843	144.806	158.088
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	309.572	304.460	311.110	305.241
Manutenção e Conservação de Bens	110.891	122.543	118.901	124.466
Água, Energia e Gás	109.147	94.407	111.923	96.598
Material	20.668	24.502	22.583	25.844
Outras	246.463	180.987	409.648	285.548
Total	**4.987.157**	**4.486.726**	**5.862.686**	**5.216.345**

[1] No período findo em 30 de junho de 2019, inclui a amortização de ágio na aquisição de controladas no valor de R$65.851 (2018 - R$26.153) no Banco e R$177.542 (2018 - R$139.154) no Consolidado, realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anual.

29. Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018	**01/01 a 30/06/2019**	01/01 a 30/06/2018
Despesa com Cofins [1]	1.029.014	548.727	1.361.260	820.993
Despesa com ISS [3]	294.777	307.571	573.589	407.773
Despesa com PIS [1]	163.160	84.331	230.069	142.659
Outras [2]	105.951	99.140	148.203	140.667
Total	**1.592.902**	**1.039.769**	**2.313.121**	**1.512.092**

[1] Inclui a movimentação do PIS e Cofins diferidos sobre ajuste a valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.
[2] Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.
[3] Pagamento de ISS efetuado pela Santander Leasing para o Município de São Paulo, referente a operações de arrendamento mercantil do período de janeiro de 2014 a dezembro de 2017, no valor total de R$195.569.

30. Outras Receitas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018	**01/01 a 30/06/2019**	01/01 a 30/06/2018
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	260.053	186.080
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 22.c) [1]	-	19.591	-	42.714
Reversão de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 21)	25.482	105.590	25.482	105.590
Atualização de Depósitos Judiciais	287.940	274.784	330.032	336.075
Atualização de Impostos a Compensar	34.525	87.996	52.685	113.559
Recuperação de Encargos e Despesas	636.538	637.826	507.536	513.114
Variação Monetária Ativa	704.568	642.083	705.068	642.819
Outras [2]	489.408	997.329	698.619	1.138.951
Total	**2.178.461**	**2.765.199**	**2.579.475**	**3.078.902**

[1] No período findo em 30 de junho de 2018, inclui o valor de R$51.215 no Banco e R$52.606 no Consolidado referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e reedições.
[2] No período findo em 30 de junho de 2018, inclui, principalmente, o efeito do aumento de contribuição de custeio estabelecida para fins de plano de benefícios pós emprego no montante de R$816.157 (nota 21 e 34).

31. Outras Despesas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018	**01/01 a 30/06/2019**	01/01 a 30/06/2018
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 22.c)	15.878	-	933	-
Trabalhistas (Nota 22.c)	264.252	513.504	307.277	537.196
Cíveis (Nota 22.c)	92.356	276.710	160.783	326.345
Despesas com Cartão de Crédito	2.145.895	1.032.007	1.706.974	1.059.492
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 34.a)	109.879	120.355	109.097	119.489
Despesas Judiciais e Custas	80.043	89.658	96.314	103.017
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	33.118	30.603	33.983	31.365
Corretagens e Emolumentos	48.512	35.382	48.602	36.768
Comissões	242.676	229.554	853.169	804.870
Avaliação do Valor Recuperável [2]	-	305.864	-	305.864
Outras [1]	1.521.772	1.736.160	2.257.234	2.212.072
Total	**4.554.381**	**4.369.797**	**5.574.366**	**5.536.478**

[1] No semestre findo em 30 de junho de 2019 e 2018, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.
[2] No semestre findo em 30 de junho de 2018, inclui o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis (aquisição e desenvolvimento de sistemas) no valor de R$305.864, registrada em função da realização de análises técnicas, as quais demonstraram uma perspectiva de redução significativa nos benefícios econômicos futuros esperados sobre estes ativos (Nota 16).

32. Resultado não Operacional

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018	**01/01 a 30/06/2019**	01/01 a 30/06/2018
Resultado na alienação de Investimentos	-	-	4.369	8.588
Resultado na Alienação de Valores e Bens	6.573	50.567	1.111	40.248
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	(1.714)	(14.675)	(119.930)	(10.574)
Despesas com Bens não de Uso	(28.462)	(19.800)	(28.725)	(19.929)
Ganhos (Perdas) de Capital	971	(2.279)	535	(2.263)
Outras Receitas (Despesas)	37.228	7.182	31.258	11.206
Total	**14.596**	**20.995**	**(111.382)**	**27.276**

33. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018	**01/01 a 30/06/2019**	01/01 a 30/06/2018
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**10.157.045**	**4.126.202**	**11.267.989**	**4.929.376**
Participações no Lucro [1]	(841.678)	(839.779)	(925.262)	(900.141)
Juros sobre o Capital Próprio [2]	-	(600.000)	-	(600.000)
Resultado não Realizado	-	-	16.261	(284)
Resultado antes dos Impostos	**9.315.367**	**2.686.423**	**10.358.988**	**3.428.951**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente [4]	**(3.726.147)**	**(1.208.890)**	**(4.143.595)**	**(1.543.028)**
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas [3]	643.619	299.067	8.688	(312.529)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	790.087	161.324	901.833	176.895
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(202.412)	2.725.675	(202.412)	2.725.675
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	27.023	283.729	60.852	265.893
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL [4]	-	-	53.743	79.489
Demais Ajustes CSLL 5% [5]	-	18.647	-	18.256
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	24.110	225.463	(15.501)	525.427
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(2.443.720)**	**2.505.015**	**(3.336.392)**	**1.936.078**

[1] A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.
[2] A partir de janeiro 2019, nos termos da resolução CMN 4.706, os valores relativos à remuneração do capital declarados devem ser reconhecidos em contrapartida à conta adequada de lucros acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
[3] No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.
[4] Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.
[5] Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.s).

***Hedge* Cambial da Agência Grand Cayman, da Agência de Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC**

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além de uma subsidiária chamada Santander Brasil EFC, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro (Nota 13).

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do *Hedge* cambial para os exercícios findos em 30 de junho de 2019 e de 2018:

Em R$	**01/01 a 30/06/2019**	01/01 a 30/06/2018
Resultado da Intermediação Financeira		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	(554.543)	6.566.088
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como *hedge* cambial	967.148	(12.462.906)
Despesas Tributárias		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como *hedge* cambial - PIS/COFINS	(44.950)	476.406
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como *hedge* cambial - IR/CS	(367.655)	5.420.412

34. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de beneficio, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

III) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no primeiro semestre de 2019 foram de R$68.366 (2018 - R$42.697) no Banco e R$73.271 (2018 - R$47.199) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no primeiro semestre de 2019 foram de R$2.524 (30/06/2018 - R$266) no Banco e R$2.999 (30/06/2018 - R$272) no Consolidado.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco 30/06/2019		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(25.375.054)	(4.178)	(1.438.801)
Valor Justo dos Ativos do Plano	22.395.703	4.700	2.258.949
	(2.979.351)	**522**	**820.148**
Sendo:			
Superávit	898.535	522	820.148
Déficit	(3.877.886)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	589.374	522	817.340
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**309.161**	**-**	**2.808**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	**(3.877.886)**	**-**	**-**
Contribuições Efetuadas	27.827	-	127
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(109.719)	(7)	(153)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.965.786)	511	1.999
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	3.105.096	483	395.197

	Banco 30/06/2018		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(19.588.667)	(4.075)	(1.356.704)
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.252.911	4.465	1.733.896
	(1.335.756)	**390**	**377.192**
Sendo:			
Superávit	591.345	390	377.192
Déficit	(1.927.101)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	431.740	390	374.957
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**159.605**	**-**	**2.235**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	**(1.927.101)**	**-**	**-**
Contribuições Efetuadas	16.958	-	44
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(120.130)	(7)	(218)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.895.041)	497	1.314
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	227.123	190	(9.415)

	Consolidado 30/06/2019		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(25.886.133)	(4.178)	(1.438.801)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.141.470	4.700	2.258.949
	(2.744.663)	**522**	**820.148**
Sendo:			
Superávit	1.176.952	522	820.148
Déficit	(3.921.615)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	801.250	522	817.340
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**375.702**	**-**	**2.808**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	**(3.921.615)**	**-**	**-**
Contribuições Efetuadas	28.111	-	127
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(108.937)	(7)	(153)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.994.425)	511	1.999
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	3.234.405	483	395.197

	Consolidado 30/06/2018		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(19.986.318)	(4.075)	(1.356.704)
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.817.326	4.465	1.733.896
	(1.168.992)	**390**	**377.192**
Sendo:			
Superávit	773.934	390	377.192
Déficit	(1.942.926)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	569.204	390	374.957
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**204.730**	**-**	**2.235**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	**(1.942.926)**	**-**	**-**
Contribuições Efetuadas	17.315	-	44
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(119.264)	(7)	(218)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.932.436)	497	1.314
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	186.212	190	(9.415)

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco 30/06/2019		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Experiência do Plano	(223.239)	20	(6.600)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(2.934.524)	-	-
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(3.157.763)**	**20**	**(6.600)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	2.226.438	292	310.004
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**2.226.438**	**292**	**310.004**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(148.597)**	**(305)**	**(302.812)**

	Banco 30/06/2018		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Experiência do Plano	(42.337)	39	(8.683)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	953.711	-	-
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**911.374**	**39**	**(8.683)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(185.549)	(12)	(92.910)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(185.549)**	**(12)**	**(92.910)**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**42.971**	**(19)**	**101.784**

	Consolidado 30/06/2019		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Experiência do Plano	(225.677)	20	(6.600)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(2.993.914)	-	-
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(3.219.591)**	**20**	**(6.600)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	2.327.751	292	310.004
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**2.327.751**	**292**	**310.004**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(187.003)**	**(305)**	**(302.812)**

	Consolidado 30/06/2018		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Experiência do Plano	(38.211)	39	(8.683)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	972.794	-	-
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**934.583**	**39**	**(8.683)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(255.197)	(12)	(92.910)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(255.197)**	**(12)**	**(92.910)**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**98.733**	**(19)**	**101.784**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2018 e 2017, válidos para 30 de junho de 2019 e 2018:

	Duração (em Anos)	
Planos	**31/12/2018**	31/12/2017
Banesprev		
Plano I	11,35	11,26
Plano II [1]	12,82	11,51
Plano III	9,39	9,03
Plano IV	14,00	13,86
Plano V [1]	9,54	8,82
Pré-75 [1]	10,41	9,57
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	6,37/5,79/6,79	6,41/5,82/6,87
Sanprev		
Plano I	6,47	6,46
Plano II	10,83	10,94
Plano III	9,66	9,46
Bandeprev		
Plano Básico	9,57	9,46
Plano Especial I	6,70	6,75
Plano Especial II	6,52	6,61
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	7,30	7,20

[1] Exceto Planos II, V e Pré-75, cuja duration é de 30/06/2019.

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsidio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.
Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.
Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco			
	30/06/2019		30/06/2018	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.862.349)	(712.139)	(3.245.421)	(714.695)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.686.901	-	3.537.263	-
	(175.448)	**(712.139)**	**291.842**	**(714.695)**
Sendo:				
Superávit	-	-	291.842	-
Déficit	(175.448)	(712.139)	-	(714.695)
Valor não Reconhecido como Ativo	-	-	291.842	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	**(175.448)**	**(712.139)**	**-**	**(714.695)**
Contribuições Efetuadas	43.743	20.348	27.367	17.821
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(689)	(31.774)	766.763	(33.095)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.066.284)	(182.358)	(794.250)	(211.709)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	819.799	-	70.664	-

	Consolidado			
	30/06/2019		30/06/2018	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(5.075.712)	(712.139)	(3.394.370)	(714.695)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.892.565	-	3.699.606	-
	(183.147)	**(712.139)**	**305.236**	**(714.695)**
Sendo:				
Superávit	-	-	305.236	-
Déficit	(183.147)	(712.139)	-	(714.695)
Valor não Reconhecido como Ativo	-	**-**	305.236	**-**
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	**(183.147)**	**(712.139)**	**-**	**(714.695)**
Contribuições Efetuadas	44.803	20.348	28.043	17.821
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(882)	(31.774)	784.624	(33.095)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.045.676)	(182.358)	(782.926)	(211.709)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	855.584	-	89.592	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco			
	30/06/2019		30/06/2018	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(61.083)	(366)	(62.179)	2.130
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(863.421)	-	255.960	-
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(924.503)**	**(366)**	**193.781**	**2.130**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	637.331	-	(98.711)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**637.331**	**-**	**(98.711)**	**-**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**68.671**	**-**	**(291.842)**	**-**

	Consolidado			
	30/06/2019		30/06/2018	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(63.572)	(366)	(65.180)	2.130
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(900.333)	-	266.776	-
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(963.905)**	**(366)**	**201.595**	**2.130**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	665.139	-	(86.806)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**665.139**	**-**	**(86.806)**	**-**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**71.698**	**-**	**(305.236)**	**-**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2018 e 2017, válidos para 30 de junho de 2019 e 2018:

	Duração (em Anos)	
Planos	**31/12/2018**	31/12/2017
Cabesp [2]	15,50	13,02
Bandepe	14,73	14,47
Clínica Grátis	11,04	10,88
Diretores Vitalícios	8,63	8,49
Circulares [1]	11,72 e 10,68	12,40 e 10,15
Seguro de Vida	7,82	7,64

[1] A duração 11,72 (31/12/2018 - 12,40) se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 10,68 (31/12/2018 - 10,15) ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.
[2] Exceto Cabesp, cuja duration é de 30/06/2019.

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2018 e 2017, válidos para 30 de junho de 2019 e 2018, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Instrumentos de Patrimônio	4,8%	4,6%
Instrumentos de Dívida	94,6%	94,7%
Bens Imóveis	0,3%	0,4%
Outros	0,3%	0,4%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	Banco/Consolidado			
	30/06/2019		30/06/2018	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	7,7% [1] e 9,1%	7,9% [2] e 9,3%	10,12% [1] e 9,5%	10,17% [2] e 9,7%
Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	7,7% [1] e 9,1%	7,9% [2] e 9,3%	10,12% [1] e 9,5%	10,17% [2] e 9,7%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,0%	4,0%	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

[1] Banesprev II, V e Pré 75; [2] Cabesp

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica em 31 de dezembro de 2018 e 2017, válidos para 30 de junho de 2019 e 2018, teria os seguintes efeitos:

	Sensibilidade			
	31/12/2018		31/12/2017	
	(+) 1,0%	(-) 1,0%	(+) 1,0%	(-) 1,0%
Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações Atuariais	69.961	(62.469)	57.001	(63.510)
Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	761.619	(680.061)	597.410	(665.700)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

f.1) Programas Local e Global

Abaixo estão os programas de remuneração de longo prazo e suas características.

Programa	Plano	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação
Local	SOP 2013 [1]	Ações Banco Santander Brasil	Jun/2013 a Jun/2016	de 30/06/2016 a 30/06/2018
Local	Plano de Incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High [2]	Dinheiro	Dez/2017 a Dez/19	Em Março/20 e Março/21
Global	Longo Prazo Global - ILP CRDIV - Outorga 2015 [3] [4]	Ações do Grupo Santander Global	2015 a 2016	Em 2019

[1] A quantidade de Units a serem exercidas pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Ativo ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício. A consecução final do plano foi de 89,61%.
[2] Objetiva o crescimento e lucratividade do negócio de Private e o reconhecimento da contribuição do Participante.
[3] Sujeito à consecução do indicador de performance RTA do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais.
[4] Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha. O tipo de liquidação do programa global, outorga 2014/2015 foi alterado em abril de 2019, de ações do grupo Santander Global, para dinheiro.

a) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos Vigentes

i. Private Ultra High

Cada participante tem um *target* em Reais, caso os indicadores sejam atingidos, o *target* será aplicado sobre o valor de referência, a primeira, paga em março de 2020 e a segunda em março de 2021.

Fase 1 (Valor de Referência)	Fase 2 (Cálculo do Incentivo em Dinheiro)
	BAI 50%
	MOL - 25% (Indicador de Margem Ordinária Liquida do Segmento *Private Ultra High*)
BAI (Indicador de Lucro antes do Imposto do Segmento *Private Ultra High*) de 2017	AUM - 25% (Indicador *Assets Under Management* (Ativos sobre Gestão) do Segmento Private Ultra High)

ii. Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: primeiro momento para apuração da elegibilidade (2015-2016) e um segundo momento para apuração do número devido de ações (2016, 2017 e 2018).

Fase 1	Fase 2
RTA versus Concorrentes	RTA versus Concorrentes
ROTE (Retorno sobre Capital Tangível) do Banco versus Orçamento	ROTE Banco versus Orçamento
	Satisfação dos Funcionários
	Satisfação dos Clientes
	Vinculação de Empresas versus Orçamento

Finalizado o período de aferição dos indicadores, o atingimento da Fase 1 foi de 91,5% e da Fase 2 foi de 73,09%, resultando no atingimento final do plano de 66,88%.
Cada executivo teve um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R$45,49, que serão entregues em 2019. Devido à ampliação de capital do Grupo (2017), a quantidade de ações target foi incrementada em aproximadamente 1,5%.
O pagamento correspondente às ações SAN foi realizado em dinheiro em Março/2019 aos participantes do "Grupo Estendido" (sem lock-up) e para os participantes do Coletivo Identificado será realizado em Março/2020, após o lock-up de 1 ano.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Exercício	Data do Final do Exercício
2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015	1.775.049	2016	Executivos	jan/2015	dez/2018
Ações entregues - Mar/2019 (sem Lockup) (1)	(138.815)	2016	Executivos	jan/2015	dez/2018
Ações canceladas (Outorga 2015)	(580.320)	2016	Executivos	jan/2015	dez/2018
Saldo dos Planos em 30 de junho de 2019	**1.055.914**				

[1] O pagamento correspondente às ações resultantes realizado em dinheiro.

b) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
Plano	**30/06/2019**	30/06/2018	**30/06/2019**	30/06/2018
Plano de Incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High	(6.106)	-	(6.765)	-
Longo Prazo Global - ILP CRDIV - Outorga 2014 e 2015	(8.437)	-	(8.984)	-

f.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 14 de dezembro de 2015.
A aprovação da última proposta do plano de incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, ocorreu em 25 de outubro de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária do dia 21 de dezembro de 2016.
Nesta proposta, foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros, em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.
O plano de remuneração variável do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não Identificado. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

			Banco		Consolidado	
			01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
Programa	**Participantes**	**Tipo de Liquidação**	**30/06/2019**	30/06/2018	**30/06/2019**	30/06/2018
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	-	2.935	-	2.935
Coletivo Não Identificado	Funcionários de nível gerencial e funcionários que são beneficiados pelo Plano de Diferimento	100% em dinheiro indexado a 100% do CDI	-	1.298	-	1.319

35. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, dissemina a Cultura Risk Pro, faz a gestão da auto avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho Administrativo, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:
• Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco;
• Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
• Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
• A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
• A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A gestão de Risco de Crédito se baseia em acompanhamentos de indicadores da carteira de crédito e das novas operações. Levando-se em consideração o cenário econômico, são realizadas projeções de rentabilidade e inadimplência, que devem obedecer ao controle de Apetite de Riscos. Estas projeções são base para redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para um determinado perfil de clientes com características similares.
Outro aspecto relevante é a gestão preventiva do crédito, que tem papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária de toda a área comercial, sempre com o apoio das áreas centrais.
Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o banco usa modelos próprios de score/rating internos, contando com área de Metodologia e Validação independentes.
Na reestruturação e recuperação de crédito o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:
• Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos; e
• Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de alto risco.
A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte recorrente da estratégia de recuperação (somente os direitos creditórios), podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.
Além disso, constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 8.e.)

B. Risco de Mercado

A gestão do risco de mercado consiste no desenvolvimento, mensuração e acompanhamento de limites previamente aprovados em comitês internos, pertinentes ao valor em risco das carteiras, as sensibilidades oriundas das oscilações dos dados de mercado (taxas de juros, índices, preços, câmbio, etc), os "gaps" de liquidez, dentre outros, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

C. Risco Operacional, Cibernético e Controles Internos

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar, implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos e perdas, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração e adotando a definição do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. Nosso modelo de governança é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, politicas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.
Para fazer frente à segurança cibernética, foram implementadas medidas abrangentes para reduzir o risco de ameaças que afetam nossas plataformas tecnológicas e nossos negócios. O Banco Santander considerou as melhores práticas estabelecidas no padrão ISO-27002, como base para o modelo. Tais medidas incluem, mas não se limitam a acesso e gerenciamento de privilégios, separação de ambientes de teste e produção, análise de segurança de rede, gerenciamento de incidentes, configuração básica de hardware e software, correlação de log de atividades, prevenção e remediação de malware e análise de segurança das operações de terceiros.
O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance , cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e lei *SarbanesOxley* - SOX (*Security Exchange Comission*).

D. Risco de Compliance e de Imagem

O gerenciamento de risco de *compliance* tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, assessoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às normas e regulamentações aplicáveis a cada área de negócios do Banco.

E. Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo

Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativos, procedimentos e aculturamento relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.

F. Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.327/2014 e do Regulamento SARB Nº. 14 da Febraban, estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades socioambientais relacionados a temas como, por exemplo, adequação na concessão e no uso do crédito, gestão de fornecedores e análise do risco socioambiental, que é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes Atacado, do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.
Os compromissos assumidos na PRSA são detalhados em outras políticas do Banco como, por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores e na Políticas de Risco Socioambiental, além da Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar a estratégia nesse tema e apresentar diretrizes para os programas sociais que fortaleçam essa estratégia.

G. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:
• Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
• Garantir que os limites de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RIA (*Risk Identification & Assessment*) sejam cumpridos;
• Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
• Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento dos indicadores de capital.
No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para o cálculo, gestão, controle e reporte de capital(cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).
Para maiores informações, vide publicação "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital - Resolução nº 4.557/ BACEN" em "Governança Corporativa" e "Gerenciamento de Riscos" na página https://www.ri.santander.com.br/

36. Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos. A conclusão da operação está sujeita à implementação de condições precedentes usuais a esse tipo de transação, inclusive a prévia autorização pelo BACEN.

b) Opção de venda de participação no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado à Aymoré CFI. A conclusão da operação está sujeita à implementação dos procedimentos previstos no Contrato de Investimento.

c) Aquisição de Participação Residual na Getnet S.A.

Em 19 de dezembro de 2018, o Banco Santander e os acionistas Minoritários da Getnet S.A. celebraram aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A., no qual o Banco Santander se compromete a adquirir a totalidade das ações dos Minoritários, correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., pelo valor de R$1.431.000. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 18 de fevereiro de 2019 e concluída em 25 de fevereiro de 2019, de modo que o Banco Santander passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Getnet S.A.

d) Constituição da Esfera Fidelidade S.A.

Em 14 de agosto de 2018, foi constituída a Esfera Fidelidade, com participação totalmente detida pelo Banco Santander. A Esfera Fidelidade atua no desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. Em 26 de novembro de 2018, a Esfera Fidelidade teve seu capital aumentado em R$10.000, passando o capital social para o valor de R$10.001, dividido em 10.001.000 (dez milhões e uma mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander. A sociedade iniciou suas operações em novembro de 2018.

e) Investimento na Loop Gestão de Pátios S.A.

Em 26 de junho de 2018, a Webmotors S.A., companhia com 70% de participação detida indiretamente pelo Banco Santander, firmou acordo de investimento com a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. e Celta LA Participações S.A., a fim de adquirir participação societária correspondente a 51% do capital social da Loop Gestão de Pátios S.A., mediante aumento de capital e emissão de novas ações da Loop a serem totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors. A Loop atua no segmento de comercialização e leilão físico e virtual de veículos automotores. Em 25 de setembro de 2018, a operação foi concluída com a efetivação do aumento de capital social no valor de R$23.900 mediante a emissão de ações representativas de 51% de participação societária na Loop, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors.

f) Constituição da BEN Benefícios e Serviços S.A.

Em 11 de junho de 2018, foi constituída a BEN Benefícios, com participação totalmente detida pelo Banco Santander, que atuará no fornecimento e administração de vales-refeição, vales-alimentação, vales-transporte, vales-cultura e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos.
Em AGE de 1 de agosto de 2018, a BEN Benefícios teve seu capital aumentado em R$45.000, passando o capital social para o valor de R$45.001, dividido em 45.001.000 (quarenta e cinco milhões e uma mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander..
Em AGE de 27 de março de 2019, o Banco Santander aprovou o aumento de capital social no montante de R$44.999, totalizando R$90.000 de capital social dividido em 90.000.000 (noventa milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente detidas pelo Banco Santander.
A BEN Benefícios iniciou a suas atividades no primeiro trimestre de 2019.

g) Aquisição da Isban Brasil S.A. e Produban Serviços de Informática S.A.

Em 19 e 28 de fevereiro de 2018, o Banco Santander adquiriu, respectivamente, a totalidade das ações do capital social da Isban Brasil, detidas pela Ingeniería de Software Bancário, S.L., e da Produban Serviços de Informática, detidas pela Produban Servicios Informáticos Generales, S.L., pelos valores de R$61.078 e R$42.731, respectivamente. As partes envolvidas nas transações possuíam o Banco Santander, S.A. (Banco Santander Espanha) como controlador indireto comum, sendo as operações realizadas em condições de mercado. Em 19 de fevereiro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Isban Brasil no valor de R$33.000, mediante a emissão de 11.783.900 (onze milhões, setecentos e oitenta e três mil e novecentos) ações nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander. Em 28 de fevereiro de 2018, a Produban Serviços de Informática incorporou a Isban Brasil, e na mesma data, a Produban Serviços de Informática teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. Ato contínuo, em 28 de fevereiro de 2018, a Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (atualmente denominada Santander Global Technology, S.L.) aprovou a incorporação da parcela cindida da Produban Serviços de Informática pela Produban Brasil Tecnologia e Serviços de Informática Ltda. (atualmente denominada Santander Global Technology Brasil Ltda.).

h) Constituição da Santander Auto S.A.

Em 20 de dezembro de 2017, Banco Santander e HDI Seguros S.A. (HDI Seguros), celebraram acordos para a formação de parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto, a ser detida 50% pela Sancap, sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A parceria foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 2 de fevereiro de 2018, pelo Bacen em 30 de abril de 2018, e em 15 de maio de 2018, recebeu aprovação prévia da Susep. Em 9 de outubro de 2018, mediante transformação do veículo societário L.G.J.S.PE. Empreendimentos e Participações S.A., Sancap e HDI Seguros constituíram a Santander Auto S.A., com capital social inicial de R$15.000. Em 9 de janeiro de 2019, a Susep concedeu para a Santander Auto a autorização para operar seguros de danos em território nacional. O início das operações está previsto para o segundo semestre de 2019.

i) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito, cujo controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada. Na AGE realizada em 5 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R$285.205, de forma que o capital social passou de R$65.823 para R$351.028. A Companhia desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando um significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. A Companhia iniciou suas operações em 2019 de forma parcial (negativação e cadastro positivo) e o Banco estima que esteja integralmente operacional até o final de 2019.

j) Constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Em 28 de abril de 2016, a Aymoré CFI e Banco Santander celebraram com a Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) os documentos necessários para a constituição do Banco Hyundai e de uma corretora de seguros com o objetivo de oferecer financiamento de automóveis e serviços financeiros e corretagem de seguros para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil.
Em 11 de abril de 2018, as partes constituíram, com participação de 50% da Aymoré CFI e 50% da Hyundai Capital, a sociedade não operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. Em 8 de maio de 2018, a Aymoré CFI e Hyundai Capital deliberaram a transformação da BHJV Assessoria em sociedade anônima não operacional denominada Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e o aumento de capital social de R$99.995, passando ao valor de R$100.000, dividido em 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 13 de dezembro de 2018, foi concluída a constituição do Banco Hyundai.
Na AGE de 19 de fevereiro de 2019, os acionistas do Banco Hyundai aprovaram o aumento de capital social no valor de R$200.000, passando ao montante total de R$300.000 dividido em 300.000.000 (trezentas milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, detidas na proporção de 50% pela Aymoré CFI e 50% pela Hyundai Capital, sendo que a Aymoré CFI detém o controle operacional efetivo desta sociedade.
Em 21 de fevereiro de 2019, a autorização outorgada pelo BACEN para funcionamento do Banco Hyundai foi publicada no Diário Oficial da União. O Banco Hyundai iniciou suas operações em abril de 2019.
Em 13 de maio de 2019, o BACEN autorizou o Banco Santander a deter participação indireta em sociedade a ser constituída sob a denominação Hyundai Corretora de Seguros Ltda. (Hyundai Corretora). A Hyundai Corretora foi constituída em 22 de julho de 2019, ficando o início de suas operações sujeito ao registro da sociedade como corretora de seguros junto à SUSEP.

k) Criação da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 3 de maio de 2018, a Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A., um subsidiária controlada indiretamente pelo Banco Santander, foi convertida em uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e teve sua denominação social alterada para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de conversão foi aprovado pelo Bacen em 21 de novembro de 2018. Em 17 de dezembro de 2018, a SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. teve sua denominação alterada para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo o processo de mudança de denominação social aprovado pelo Bacen em 22 de janeiro de 2019. A companhia iniciou suas operações em 14 de março de 2019.

37. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R$ 39.740.761 (31/12/2018 - R$40.396.524) no Banco e R$ 39.889.632 (31/12/2018 - R$40.761.287) no Consolidado.
b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R$ 1.961.554 (30/06/2018 - R$1.867.850) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R$ 218.082.770 (30/06/2018 - R$201.412.246) registrados em contas de compensação.
c) Os seguros com vigência em 30 de junho de 2019, na modalidade incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R$1.779.044 (30/06/2018 - R$1.316.447) no Banco e R$1.786.758 (30/06/2018 - R$1.323.806) no Consolidado e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R$496.125 (30/06/2018 - R$148.499) no Banco e Consolidado, podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado. Além disso no Banco e no Consolidado em 30 de junho de 2019, existem outras apólices vigentes relacionadas a outros ativos no valor de R$7.615.565.
d) Em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.
e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.
f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	30/06/2019	30/06/2018
Até 1 Ano	716.354	688.054

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE

Sergio Agapito Lires Rial

DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO SÊNIOR

José de Paiva Ferreira

DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Angel Santodomingo Martell

DIRETORES VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Mário Roberto Opice Leão
Patrícia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

DIRETOR EXECUTIVO

José Roberto Machado Filho

DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA

Alexandre Grossmann Zancani
Amancio Acúrcio Gouveia
André de Carvalho Novaes
Carlos Aguiar Neto
Cassio Schmitt
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Fantoni Assa
Ede Ilson Viani
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Franco Luigi Fasoli
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Leopoldo Martinez Cruz
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Rafael Bello Noya
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Rodrigo Cury
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Ulisses Gomes Guimarães

CONTADOR

Leonardo Santicioli - CRC Nº 1SP 265213/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 3(i) e 8)	
A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria. Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de *ratings* (classificação de risco) de crédito. Da mesma forma, considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de *rating* considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas. Efetuamos, também, testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos *ratings* atribuídos, a consistência das premissas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são consistentes com o exercício anterior e razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Reconhecimento e valor recuperável do crédito tributário (Notas 3(s) e 11)	
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo desses tributos, bem como de prejuízos fiscais, incluindo bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, são reconhecidos contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para realização dos mesmos. A expectativa de realização desses créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração, incluindo utilização de premissas. Considerando a subjetividade inerente a esse processo e a relevância dos valores envolvidos, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a apuração desses créditos tributários, bem como as estimativas do seu valor recuperável, de acordo com as normas aplicáveis do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Obtivemos entendimento e avaliamos a razoabilidade das premissas críticas incluídas nas projeções de resultados, comparando-as com dados externos e internos. Também efetuamos testes quanto a exatidão matemática dos valores projetados. Adicionalmente, confrontamos os resultados históricos projetados com os resultados realizados. Aplicamos testes para confirmar a natureza e os montantes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros, com o auxílio de nossos especialistas na área tributária. Discutimos com a Administração e com o Comitê de Auditoria e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização do crédito tributário pelos órgãos adequados da Administração. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil dos créditos tributários referidos acima são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Provisões para passivos contingentes (Notas 3(q) e 22)	
O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre, a completude das informações e o valor correto das provisões. Com o apoio de nossos especialistas, analisamos a razoabilidade do prognóstico de perda de causas significativas, considerando a evolução individual dos processos e decisões similares, quando aplicável. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas estão consistentes com o exercício anterior, e são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Planos de benefício pós emprego (Notas 3(n) e 34)	
O Banco e suas controladas mantêm planos de benefício pós emprego com característica de benefício definido, decorrentes de planos existentes em instituições adquiridas em exercícios anteriores, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações financeiras e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com elevado grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação e de mortalidade. Essa permanece como uma área de foco em nossa auditoria, pois alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido.	Atualizamos nosso entendimento quanto às modalidades de planos em vigor e correspondentes modificações durante o semestre, bem como das metodologias e os julgamentos utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações, em comparação com os parâmetros de mercado e práticas contábeis em vigor. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefício pós emprego. Entre outros, nossos testes consideraram os controles relacionados à integridade e adequação das bases de dados, à existência e valor correto dos ativos dos planos de benefício e os de aprovação das premissas consideradas nos cálculos atuariais. Confirmamos a consistência das premissas mais relevantes adotadas nos cálculos atuariais com aquelas adotadas na última avaliação atuarial anual, bem como avaliamos a razoabilidade das alterações de premissas efetuadas pela Administração. Também, em base amostral, realizamos testes de existência e de recálculo do valor justo dos ativos dos planos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para planos de benefícios pós emprego são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros e derivativos com pouca liquidez e sem mercado ativo (Notas 3(g), 3(h) e 6)	
A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo mantém-se como área de foco em nossa auditoria devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras e o envolvimento de elevado nível de julgamento por parte da Administração, uma vez que parte desses instrumentos depende de técnicas de avaliação realizadas por meio de modelos internos baseados em determinadas premissas para valorização de instrumentos com pouca liquidez e sem mercado ativo e/ou dados observáveis. Esses instrumentos financeiros com pouca liquidez e mercado ativo são substancialmente compostos por contratos de derivativos e aplicações em determinados títulos públicos e privados.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo destes instrumentos financeiros e derivativos. Com o auxílio dos nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, atualizamos nosso entendimento quanto as metodologias de cálculo para precificação, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração nas construções de curvas e modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com as práticas utilizadas no mercado. Efetuamos testes independentes de valorização de determinadas operações, selecionadas em base amostral. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos são razoáveis, tendo em vista as práticas utilizadas no mercado e as práticas contábeis vigentes.
Ambiente de tecnologia da informação (Nota 35(c))	
O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco. Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinamos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de julho de 2019

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador
CRC 1SP127241/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 30 DE JUNHO DE 2019

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos na Reunião do Conselho de Administração de 10 de maio de 2018. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. O Comitê também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela Administração para atendimento de tais apontamentos, mantendo ainda reuniões regulares com representantes do Banco Central do Brasil e, com outros reguladores, sempre que solicitado.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a Coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no primeiro semestre de 2019.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - <u>Demonstrações Financeiras</u>

BrGaap, Conglomerado Prudencial e IFRS - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado do primeiro semestre encerrado em 30 de junho de 2019 da Companhia e do Conglomerado Prudencial em padrão BRGaap, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. O Comitê de Auditoria tomou conhecimento ainda, das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas, conforme as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS").

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - <u>Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais</u>

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das Reuniões do Comitê de Riscos e *Compliance* -, Vice-Presidência Executiva de Meios, Tecnologia e Operações, Diretoria de *Compliance* e principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infraestrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN nos. 2.554/1998 e 4.557/2017, Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e a Circular SUSEP 249/04.

III - <u>Auditoria Interna</u>

Reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o primeiro semestre de 2019, além de verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas onde os controles foram considerados como "A melhorar" ou "Insatisfatório", quando aplicáveis. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria. Além disso, o Comitê revisou e aprovou o Plano de Trabalho da Auditoria Interna para 2019.

IV - <u>Auditoria Independente</u>

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro semestre de 2019. Nessas reuniões tiveram destaque: as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo trimestre e do primeiro semestre de 2019, as práticas contábeis, o plano de continuidade de negócios e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. No período reportado, o Comitê também: (i) revisou e aprovou o Plano de Trabalho da Auditoria Independente para 2019; (ii) acompanhou o processo de negociação dos honorários apresentados, recomendando ao Conselho de Administração a sua aprovação; e (iii) efetuou a avaliação anual formal da atuação dos auditores. O Comitê se reuniu ainda com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), responsável pela auditoria do Banco RCI S.A., integrante do Conglomerado.

V - <u>Ouvidoria</u>

Em consonância com a Resolução CMN 4.433/15 e Resolução CNSP 279/13, foram executados trabalhos específicos no primeiro semestre de 2019, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria que os discutiu e avaliou.

VI - <u>Outras Atividades</u>

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) monitoramento de adequação de Planos de Previdência; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento à demandas; (iii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (iv) revisão e aprovação do Estudo de Realização do Crédito Tributário; e (v) acompanhamento da adoção da norma IFRS 16 arrendamento.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VII - <u>Conclusão</u>

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são **apropriados** e **conferem transparência** e **qualidade** às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Conglomerado Prudencial, para o semestre encerrado em 30 de junho de 2019, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 19 de julho de 2019.

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas - Coordenador
Luiz Carlos Nannini - Especialista Financeiro
Maria Elena Cardoso Figueira
Julio Sergio de Souza Cardozo